

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

DISSERTAÇÃO

**Narrativas de Luta: A Reforma Agrária Radical nas Páginas do Jornal
Liga (1962-1964)**

Charles André Fernandes Barros

2017



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

**NARRATIVAS DE LUTA: A REFORMA AGRÁRIA RADICAL NAS
PÁGINAS DO JORNAL *LIGA* (1962-1964)**

CHARLES ANDRÉ FERNANDES BARROS

Sob a Orientação do Professor
Raimundo Nonato Santos

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências Sociais**, no Curso de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

Rio de Janeiro, RJ
Agosto de 2017

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

B223n Barros, Charles André Fernandes, 1978-
Narrativas de Luta: A Reforma Agrária Radical nas
Páginas do Jornal Liga (1962- 1964 / Charles André
Fernandes Barros. - 2017.
117 f.

Orientador: Raimundo Nonato Santos.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação de
Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade, 2017.

1. reforma agrária radical. 2. imprensa militante.
3. Ligas Camponesas. I. Santos, Raimundo Nonato
1948-, orient. II Universidade Federal Rural do Rio
de Janeiro. Programa de Pós-Graduação de Ciências
Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
III. Título.

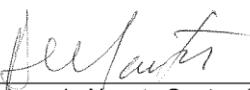
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento,
Agricultura e Sociedade (CPDA)

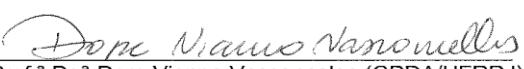
Charles André Fernandes Barros

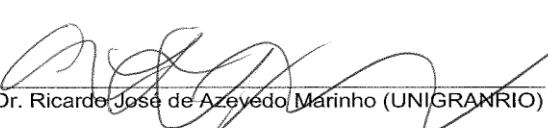
Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade como requisito parcial para
obtenção do grau de mestre em Ciências Sociais.

Dissertação aprovada em 28/08/2017.


Prof. Dr. Raimundo Nonato Santos (CPDA/UFRRJ)
(Orientador)


Prof.ª Dr.ª Débora Franco Lerrer (CPDA/UFRRJ)


Prof.ª Dr.ª Dora Vianna Vasconcelos (CPDA/UFRRJ)


Prof. Dr. Ricardo José de Azevedo Marinho (UNIGRANRIO)

Para
Rubia, Andrea e Pedro
Minhas inspirações

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho é o tributo de muitas contribuições, pessoais, intelectuais e sociais, que perpassaram em minha vida e interiram significativamente em cada palavra aqui expressa.

Não tem como começar esses agradecimentos, sem falar dos lutadores que me inspiraram. Aos lutadores de todas as datas, de todos os tempos, de pessoas que acreditaram em seus objetivos para além de suas forças. De lutadores como Elizabeth Teixeira, Zezé da Galileia, José Ayres, João Pedro Teixeira, Ophelia Maria, entre tantos outros pelo sertão afora. Que fizeram de suas vidas exemplo de luta .

Agradeço ao meu orientador, Raimundo Santos, pela acolhida nas minhas, não poucas dúvidas sobre o objeto de pesquisa. As conversas e debates foram fundamentais para a composição do tema e do andamento da pesquisa. Agradeço também a sua paciência e por acreditar na relevância do tema proposto, indicando bibliografia, aceitando ou rejeitando determinados pontos. Sua contribuição foi fundamental para a realização desse trabalho.

Agradeço também a todos os membros da banca: Débora Lerrer, Dora Vasconcelos e Ricardo Marinho. Débora foi minha professora em Metodologia da pesquisa, quando o meu tema ainda era outro, sempre muito atenta e buscando contribuir propondo textos e chamando a atenção para determinados conceitos. Sua contribuição no exame de qualificação também deve ser destacada, principalmente as dicas sobre o foco no objeto e arrumação dos capítulos. A estrutura da organização dos capítulos do presente trabalho se estruturaram a partir dessas observações. As observações de Dora em ocasião do exame de qualificação também merecem o meu agradecimento, principalmente no que diz respeito ao "sentido discursivo" da bandeira de luta das Ligas. O professor Ricardo eu conheci a pouco tempo, em sua apresentação sobre Gilberto Freyre Político". Uma abordagem interessante desse controverso autor brasileiro.

Venho aqui agradecer a todos os funcionários e professores do CPDA, que formam um "todo orgânico", sem o qual nada disso seria possível.

Um abraço a todos os colegas de turma do CPDA, que durante esse período de curso podemos trocar experiências em conversas informais, mas cheio de conteúdo.

Agradeço ao meus amigos de todas as horas por estarem presente e fazer dessa jornada mais amena, entre eles Bruno Costa, Nabele Rose e Zilmar Luiz.

Um agradecimento carinhoso a minha amada, amiga, companheira, Rosemeri Martins. Que esteve ao meu lado todos esses anos. Seu companheirismo, sua atenção e, sobretudo seu incentivo, foram essenciais para mim nessa caminhada. Obrigado, meu sonho.

Um agradecimento especial para o meu filho, Pedro André, que teve paciência em aguardar o seu pai nos seus afazeres. Valeu filhão, aquele abraço.

“Levaremos aos nossos irmãos que lá ficaram no desconhecido, preparando a terra que encherá o celeiro de nossas cidades, uma mensagem de esperança: a nossa libertação chegará em breve”

(Carta ao Camponês Desconhecido)

RESUMO

BARROS, Charles André Fernandes. **Narrativas de Luta: A Reforma Agrária Radical nas Páginas do Jornal *Liga* (1962-1964)**, RJ, 2017. 128p. Dissertação (Mestrado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2017

A dissertação buscou analisar o sentido discursivo da Reforma Agrária Radical no periódico das Ligas Camponesas - A Liga. A trajetória do texto se inicia com a formação das Ligas Camponesas no nordeste brasileiro e como essas experiências de luta vão ser os ignitores do surgimento de novas ligas por várias partes do território nacional. Se propôs também, a discutir a estruturação do discurso da Reforma Agrária Radical, a partir do encontro que aconteceu na capital mineira em novembro de 1961, ou seja, o I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas. Nesse congresso se edificaria uma bandeira de luta das Ligas Camponesas que seria, a partir de então, o seu principal elemento identificador: A bandeira da Reforma Agrária Radical. Discutimos como o jornal *Liga* se caracteriza como um jornal militante na luta de suas bandeiras e na união entre campo e cidade. Dos trabalhadores do campo e da cidade. A militância pela união operário-camponesa.

Palavras-chave: Ligas Camponesas. Jornal *Liga*. Reforma Agrária Radical

ABSTRACT

BARROS, Charles André Fernandes. **Narratives of Struggle: The Radical Agrarian Reform in the Pages of the Jornal *Liga* (1962-1964)**, RJ. 2017.128p Dissertation (Master of Social Sciences in Development, Agriculture and Society). Postgraduate Program in Social Sciences in Development, Agriculture and Society, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2017

The dissertation sought to analyze the discursive sense of the Radical Agrarian Reform in the Leagues Peasant - The League. The trajectory of the text begins with the formation of the Peasant Leagues in northeastern Brazil and how these experiences of struggle will be the ignores of the emergence of new leagues in various parts of the national territory. He also proposed to discuss the structuring of the discourse of Radical Agrarian Reform, from the meeting that took place in the capital of Minas Gerais in November 1961, that is, the First National Congress of Farmers and Agricultural Workers. This congress would build a flag of struggle of the Peasant Leagues that would be, from then on, its main identifying element: The banner of Radical Agrarian Reform. We discuss how the newspaper *Liga* is characterized as a militant newspaper in the struggle of its flags and in the union between field and city. Of the workers of the field and of the city. The militancy by the worker-peasant union.

Keyword: Peasant Leagues. League Newspaper. Radical Agrarian Reform

LISTA DE SIGLAS

Atamg - Associação dos Trabalhadores Agrícolas de Minas Gerais
Cepal - Comissão Econômica para a América Latina
CIA - Central Intelligence Agency
CIDOC - Centro Intercultural de Documentação
CGT - Comando Geral dos Trabalhadores
CNI – Confederação Nacional da Indústria
FMP - Frente de Mobilização Popular
GB – Estado da Guanabara
IBAD - Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IPES – Instituto de Pesquisa de Estudos Sociais
ISEB- Instituto Superior de Estudos Brasileiros
LCB - Ligas Campesinas do Brasil
MASTER - Movimentos dos Agricultores Sem-Terra
MRT - Movimento Revolucionário Tiradentes
PCB- Partido Comunista Brasileiro
PDS- Partido Democrático Social
PSB - Partido Socialista Brasileiro
PTB- Partido Trabalhista Brasileiro
SAPP- Sociedade Agrícola de Pecuaristas e Plantadores de Pernambuco
UDN - União Democrática Nacional
Ultab- União dos lavradores e trabalhadores agrícolas do Brasil
USP- Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: -----	12
CAPÍTULO 1: UM FANTASMA RONDA OS CAMPOS: A ORIGEM BANDEIRA DA REFORMA AGRÁRIA RADICAL DAS LIGAS CAMPONESAS.....	19
1.1- A Origem das Ligas Camponesas: -----	19
1.1.1 A Liga de Sapé: -----	25
1.2 As Múltiplas formas de Luta das Ligas Camponesas: Entre a Luta Jurídica e a Bandeira da Reforma Agrária Radical: -----	27
1.3 O Congresso Nacional Camponês: A Reforma Agrária Radical Fala Mais Alto :----	32
1.3.1- Antecedentes: -----	32
1.3.2- Em Belo Horizonte: -----	37
1.4- Ventos de Havana: As armas Enquanto Alternativa: -----	42
CAPITULO 2: PALAVRAS CONTESTADORAS PARA ALÉM DAS CERCAS: FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DO JORNAL LIGA: -----	45
2.1 A Importância do Jornal Militante na Pedagogia da Luta : -----	45
2.2- O Jornal Militante de Base Marxista: -----	49
2.3- A Formação e a Atuação do Jornal Liga: -----	53
2.4- A Estrutura do Jornal Liga: -----	58
CAPITULO 3: VOZES E LUTAS IMPRESSAS: A REFORMA AGRÁRIA RADICAL NO JORNAL LIGA: -----	70
3.1- A Liga e Seu Tempo: -----	70
3.1.2- Muita Inflação e Pouco Feijão: Urge a Reforma Agrária?:-----	77
3.2 -Reforma Agrária em Debate: O Tema da Reforma Agrária Radical no Jornal <i>Liga</i> e Outras Proposições em Pauta: -----	80
3.2.1- Forma e Conteúdo: As concepções de Reforma Agrária Radical das Ligas Camponesa e do Partido Comunista Brasileiro: -----	87
3.2.2- E a Igreja?: -----	91
3.3- Narrativas de Luta:-----	93
3.4 -A Práxis: -----	97
CONSIDERAÇÕES FINAIS: -----	100
CORPO DOCUMENTAL:-----	103
REFERÊNCIAS BIBIOGRÁFICAS:-----	104
ANEXOS: -----	108

INTRODUÇÃO

"A verdade é que a reforma agrária tem de ser radical". Essa frase foi proferida por Francisco Julião, um dos principais líderes das Ligas Camponesas, lida em um texto intitulado: "Carta de Emancipação" no I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas (Congresso Nacional Camponês) em Belo Horizonte (MG) em 1961¹. Nela se inaugura uma proposição das Ligas Camponesas no debate com os demais segmentos da sociedade envolvidos com a questão do campo, entre esses segmentos podemos citar: o Partido Comunista Brasileiro (PCB), a Igreja Católica e setores do governo no pré-64. Como já havia destacado MEDEIROS (1995): se forjava no contexto do final dos anos 1950 e início dos anos 1960 uma bandeira que parecia unificadora: a bandeira da reforma agrária.

As Ligas Camponesas, ou as novas Ligas Camponesas, que surgem a partir do engenho da Galiléia em Pernambuco em 1955 (AZEVEDO:1982)², assumem uma postura de radicalização principalmente no sentido discursivo, mas com algumas experiências práticas³, a partir do I Congresso Nacional Camponês em 1961, propondo a bandeira da Reforma Agrária Radical. Com um número reduzido de delegados no Congresso, as Ligas conseguem empolgar os participantes com as palavras de ordem que vão dar a tônica do evento, tais quais: "reforma agrária na lei ou na marra", "terra ou morte" ou ainda "terra para quem trabalha". Desta maneira, verbalizam o seu posicionamento no que concerne ao tipo de reforma agrária a ser empregado naquele contexto histórico. A partir de então, abre-se um franco debate com as demais entidades que se dedicavam as questões do campo brasileiro enquanto proponentes de atuações diferenciadas.

Sobre a origem das Ligas e sua propagação nos relata Martins:

"As Ligas se espalharam rapidamente pelo Nordeste, contando inicialmente com o apoio do Partido Comunista do Brasil e com a severa oposição da Igreja Católica. Elas surgiram e se difundiram principalmente entre os foreiros de antigos engenhos que começavam a ser retomados por seus proprietários absenteístas devido a valorização do açúcar e à expansão dos canaviais.. Desde os anos 40 os foreiros vinham sendo expulsos da terra ou então, como vimos, reduzidos a moradores de condição, passo para se tornarem trabalhadores assalariados não-residentes"(MARTINS, 1981, P.76-77).

No caso em tela, no que diz respeito à concepção de reforma agrária radical entendida pelas Ligas Camponesas, Martins destaca que "para as Ligas, a reforma somente seria radical se alcançasse no seu conjunto o direito de propriedade da terra, se

¹ Sobre o Congresso Nacional Camponês, ver: Costa, 2010

² As primeiras Ligas Camponesas foram organizadas pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) entre as décadas de 1940 e início de 1950 (AZEVEDO:1982) e (SANTOS & COSTA:1997)

³ O jornal *Liga*, vai elaborar uma narrativa sobre as experiências de luta na formação do seu sentido discursivo na defesa da Reforma Agrária Radical. Esse sentido discursivo será analisado no terceiro capítulo.

acabasse com o monopólio de classe sobre a terra e desse lugar à *propriedade camponesa* inclusive à estatização da propriedade. Isso significa a recusa da política da frente única preconizada pelo Partido Comunista e que também era adotada pelo governo Goulart. Para as Ligas não havia contradição essencial entre o latifúndio e a burguesia, como entendia o PCB" (MARTINS, 1981, p.89). Como podemos perceber nessa citação de Martins, a concepção de reforma agrária das Ligas se diferenciava das demais entidades que atuavam politicamente no campo.

Uma das formas que propagandear e defender a sua posição de uma reforma agrária radical, foi através da criação do periódico *Liga* em outubro de 1962. Fundado no Rio de Janeiro em outubro de 1962, o jornal *Liga* atravessará dois momentos distintos das Ligas Camponesas, o da radicalização e o da reestruturação, mas sempre com a bandeira mestra da Reforma Agrária Radical. O periódico terá um curto período de vida, pois será extinto com o rompimento da ordem democrática promovido pelo golpe militar de 1964. Com bem relata Aguiar, "o periódico tinha circulação nacional, vendido em bancas em formato tradicional. Os textos claros, diretos e dosados com apelos ideológicos, harmonizavam-se com a natureza do movimento. Diagramado em colunas impressas em preto e branco, trazia o título *Liga* em branco dentro de um retângulo vermelho, logo abaixo do lema: "Ou ficar a Pátria Livre ou morrer pelo Brasil", do Hino da Independência" (AGUIAR, 2014, p.427).

Na edição do jornal *Liga* de novembro de 1962, são delineadas algumas atribuições de uma Liga Camponesa e a importância do periódico, destacando a reforma agrária radical como a solução dos problemas dos camponeses:

"A Liga tem como dever lutar para que se resolvam os problemas dos camponeses. Conseguir um advogado, resolver alguns casos de doença, mas que ela seja um órgão de luta dos camponeses, na luta contra o cambão, a meia, a terça, a renda do fôro, por aumento de salário dos diaristas, exigir dos prefeitos sementes selecionadas, inseticidas, inclusive arados e tratores. Com esses instrumentos haverá abundância. Deve ser um dever dos camponeses esclarecidos exigir escolas, ler o seu jornal LIGA, mostrando que os seu problemas só serão resolvidos com a vitória da *Reforma Agrária Radical*" (LIGA, 06 de novembro de 1962, p.01)

Nossa pesquisa tem como objetivo central identificar a natureza (sua forma e seu conteúdo) da reforma agrária radical no periódico *Liga* do movimento das Ligas Camponesas. Pesquisar o sentido discursivo e suas experiências práticas noticiadas no jornal, dessa chamada reforma agrária radical; como era noticiado que os camponeses e lideranças se organizam para lutar por ela; a sua importância em frente às demais propostas de reforma agrária, bem como, seus possíveis desdobramentos. E possui os seguintes pontos específicos:

⁴ grifo nosso

- Analisar como a conjuntura política, econômica e social, fomentou a escolha da reforma agrária radical pelas Ligas Camponesas;
- Mapear as formas de luta das Ligas em território nacional na defesa da reforma radical;
- Identificar as imediatas consequências governamentais e dos demais setores da sociedade envolvidos com a questão do campo brasileiro em relação às formas de luta das Ligas Camponesas;
- Registrar a importância do periódico *Liga* como parte integrante de uma imprensa militante e de defesa do camponês e dos trabalhadores do campo em relação dialógica e de construção de aliança de classes com os setores de trabalhadores urbanos e também estudantes
- Analisar a influência da conjuntura internacional (vide a revolução cubana) no conteúdo da reforma agrária radical;
- Identificar os outros setores da sociedade civil organizada que se identificavam com a bandeira proposta pelas Ligas;
- Identificar e analisar os atores sociais que defendiam outras formas de luta e outro tipo de reforma agrária. Entre os principais atores sociais àquela época podemos citar a Igreja Católica e o Partido Comunista Brasileiro;
- Como que o periódico *Liga* fomentava (em sentido pedagógico, ideológico e político) a organização de uma Liga Camponesa (estrutura, organização, divisão de tarefas, atores envolvidos, formas de luta, etc)
- Identificar e analisar como que as ações práticas das Ligas Camponesas noticiadas no jornal, alimentavam o conteúdo ideológico do sentido discursivo da defesa da Reforma Agrária Radical

O recorte temporal específico da nossa proposta de pesquisa compreende a fundação do periódico *Liga* em 1962 até a sua extinção em 1964. No que concerne o recorte espacial de nossa pesquisa, vamos trabalhar com a atuação nacional das Ligas Camponesas, isto é, das regiões noticiadas pelo jornal. Ainda que esse movimento tenha uma origem regional, especificamente Pernambuco e Paraíba, assumirá um caráter nacional já em 1960. Como podemos constatar, tendo como exemplo, a fundação da sede do jornal *Liga*, que pretendia falar em nome do movimento das Ligas Camponesas, ser no Rio de Janeiro (no então Estado da Guanabara).

Acreditamos que tal pesquisa revela-se relevante, pois busca estudar a insígnia (Reforma Agrária Radical) de um importante sujeito coletivo de luta - as Ligas Camponesas - em seu periódico *Liga*. Em sua proposta de luta pela bandeira de uma reforma agrária radical defendida e noticiada no jornal em um período histórico onde a reforma agrária e as chamadas reformas de base estavam sendo discutidas em âmbito nacional e já encontrava, naquela época, as devidas resistências dos setores conservadores da elite brasileira. Portanto, a bandeira da reforma agrária radical das Ligas Camponesas destacada em seu periódico *Liga*, assim como nos demais veículos de comunicações ou onde suas lideranças podiam verbalizar seus objetivos, demonstra o quanto significativo era a luta pela reforma agrária, a luta por direitos dos camponeses, o rompimento com as formas arcaicas e as espoliações do homem do campo (cambão, a

meia, a terça, a renda do foro⁵, etc), a luta contra a violência no campo promovida por aqueles que não queriam ver a estrutura da terra, e com isso os seus privilégios de classe, ser modificada.

Nosso interesse particular pelo tema, se deu a partir de uma primeira leitura dos textos selecionados por Francisco Julião, quando estava no exílio no México, de recortes do jornal *Liga* (resultando em uma coletânea de quase 600 páginas). Essa coletânea cujo título é: "*Ligas Camponesas: outubro de 1962- abril de 1964*" Francisco Julião (editor). México: CIDOC, 1969. (Cuadernos, nº 27). Nessa coletânea é possível perceber uma grande quantidade de matérias relacionadas a Reforma Agrária Radical, narrados com uma altivez e um entusiasmo pouco comum. Sendo assim, me interessei em buscar e tentar entender aquele discurso, suas razões, fundamentações, história e caracterização.

Abordagem Teórica

O termo *camponês* é bastante citado no jornal *Liga*. Sendo assim, percebemos a necessidade de uma melhor apuração de conceito. Para tanto, temos algumas indicações bibliográficas que nos fornecem uma base para uma discussão preliminar, tais quais: Martins (1981), Oliveira (1991), Moura (1988), entre outros. Como bem nos lembra Oliveira (1991):

“A presença da força de trabalho familiar é característica básica e fundamental da produção camponesa. É pois derivado dessa característica que a família abre a possibilidade da combinação muitas vezes articuladas em outras relações de trabalho no seio da unidade camponesa. É assim que o trabalho assalariado, ajuda mútua, e parceria aparecem como relações que garantem a complexidade das relações de produção camponesa. Porém essa complexidade de relações estabelecidas é primeiro e fundamentalmente, articulada a partir da família, a partir da hegemonia que o trabalho familiar exerce nessa unidade de produção e consumo” (OLIVEIRA, 1991, P. 56).

Nossa consideração em relação à conceituação de camponês, está atrelada ao posicionamento político de um movimento social que tinha em sua pauta de reivindicação o modo camponês de produção. Todavia, o termo camponês no jornal possuía uma caracterização ampliada, abarcando também, algumas das vezes o trabalhador assalariado do campo. A noção colocada por Medeiros (1989), do camponês enquanto "um conjunto de forças heterogêneas que lutavam no campo", nos dá uma base para uma leitura de análise de entendimento do termo no periódico.

Quando falamos de movimentos sociais do campo, temos algumas observações importantes no que tange a sua formação e a sua constituição. À primeira vista, e nem por isso menos importante, por se tratar de um movimento campesino é comum associarmos como frutos de uma estrutura fundiária excludente. No entanto, Scherer-warrem (1993), acrescenta o fator do "reconhecimento de um direito" como fator

⁵ Sobre o cambão e outras formas de exploração do homem do campo, ver: Julião (2009)

primeiro de formação de um movimento social. Esclarece-nos a autora: "é o reconhecimento coletivo de um direito que leva à formação de uma identidade social e política. Reconhece-se mutuamente como pertencendo à mesma situação de carência e como portador do mesmo direito" (SCHERER-WARREM, 1993, P.69-70). Pois se trata do reconhecimento de lutar, forma-se a partir deste dado uma identidade classista ou de grupo na busca por um direito. Cria-se, portanto, o binômio reconhecimento-identidade. Vale lembrar, que as Ligas dos Galileus, teve em sua origem a luta e defesa de direitos e, que, com a ampliação das Ligas como um movimento nacional, teve no reconhecimento do *seu direito* ao acesso à terra como constituição de uma bandeira.

Ainda seguindo a trajetória da formação e constituição de um movimento social, a autora destaca ainda a "sociabilidade política", como requisito de constituição de um movimento social. A sociabilidade política trata-se na participação de grupos ou da classe de trabalhadores em assembleias, buscando o senso de união, organização e maneiras de reivindicações de seus projetos.

Por fim, um quarto elemento que a autora aborda é o "projeto de mudança" que podem ser percebidas em duas perspectivas: "(p.ex.: a posse da terra, ou a não desapropriação da terra ou a desapropriação justa, os direitos da trabalhadora rural, etc). Se o movimento social limita-se a isto tende a terminar uma vez atingindo o objetivo. A outra perspectiva é a utopia de construção de uma nova sociedade, a qual é concebida como um processo em que novas relações comunitárias e societárias vão sendo construídas" (IDEM:72).

No caso em tela, podemos enumerar os critérios de constituição de um movimento social da seguinte maneira:

- 1- reconhecimento de um direito;
- 2- identidade coletiva;
- 3- sociabilidade política;
- 4- elaboração de um projeto de mudança

Para melhor analisar a formação e constituição de um movimento social e, mais especificamente de um movimento social do campo, como é o caso das Ligas Camponesas, vamos trabalhar com os textos de Scherer-Warrem (1993), Gonh (1996), Grzybowski (1987), Martins (1989), entre outros.

Uma discussão importante no campo teórico refere-se à cisão entre a influência do marxismo-leninismo dos partidos comunistas e a influência da revolução cubana nos movimentos sociais brasileiros. As Ligas ao optarem pela defesa da reforma agrária radical no contexto do pré-64, demonstra uma clara influência da experiência de Sierra Maestra. Sobre essa controvérsia trabalharemos com Carvalho Costa (1996), Santos e Costa (1997), Aued (1981) e demais autores.

O debate sobre a autonomia de um movimento social, frente as demais instituições políticas, proporciona algumas reflexões. O comportamento das Ligas diante do cenário político no imediato pré-64 nos leva para elas. Uma possível abertura para esse debate é sobre a relação dos movimentos sociais com o Estado e, também, o seu caráter institucional ou não-institucional. A discutida relação entre o poder institucionalizado e os movimentos sociais é decorrente de determinações históricas, que permitirá a análise, se esta relação constitui um enfrentamento com ações diretas ou

por vias institucionais (voto, ações judiciais, etc). Essa discussão leva a posições divergentes entre os que apoiam e os que ponderam a autonomia dos movimentos sociais. Para citar alguns exemplos, temos a posição de Grzybowski, que acredita que "os movimentos, do campo e da cidade, abrem e constroem alternativas, mas por si sós se tem revelado incapazes de mudar o Estado, a relação de hegemonia e poder que dá substância à dominação do Estado" (GRZYBOWSKI, 1987, P.88). Já outros como Martins, em seu texto de 1989, observa que os movimentos sociais são forças sociais que questionam a ordem e o saber. São os movimentos sociais e não os partidos políticos de esquerda que constituem o desafio maior à estabilidade política. A ordem instituída do Estado se defronte com o risco desarticulador dos movimentos sociais (MARTINS, 1989, P.137). Esse é um debate complexo e muitos autores se dedicaram a esse temário, entre eles podemos citar: Gonh (1997a e 1997b), Jacobi (1987), Karner (1987), Martins (1981 e 1989), Camacho (1987), entre muitos outros.

Por fim, podemos acrescentar na circunscrição do debate teórico a importância da imprensa militante na constituição dos movimentos sociais, na organização e divulgação de suas ideologias, seu caráter pedagógico etc. Na tradição marxista a imprensa militante⁶ sempre se fez presente, vide o jornal Iskra na Rússia, l'Unità (jornal fundado por Gramsci) na Itália, Siempre! em Cuba, entre muitos outros. Sobre a importância da imprensa militante trabalharemos inicialmente com Souza (2005), Medeiros (1995) e demais autores.

Plano de Redação

O primeiro capítulo se discutirá a origem e a defesa da bandeira da "reforma agrária radical" pelas Ligas Camponesas, em uma fase desse sujeito coletivo de luta conhecido como o seu período de radicalização (1961-1962). Todavia, as notícias sobre ações radicalizadas no periódico vai continuar até a sua extinção. A edificação da bandeira da reforma agrária radical proferida pelas Ligas, fica evidenciada na realização do Primeiro Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil - Congresso Nacional Camponês- realizado em Belo Horizonte (MG) em 1961, onde com um reduzido número de delegados em relação as demais delegações (entre elas a delegação do Partido Comunista Brasileiro), conseguiu empolgar o plenário com as palavras de ordem da "reforma agrária na lei ou na marra", "terra pra quem trabalha", "terra ou morte", isto é, a defesa da reforma agrária radical (AZEVEDO:1980, COSTA:2010)

Para a realização desse primeiro capítulo sobre a origem e edificação da bandeira da reforma agrária radical defendida pelas Ligas Camponesas, trabalharemos com os já consagrados textos sobre as Ligas Camponesas, como Azevedo (1982), Aued (1981), Rugai Bastos (1983), Benevides (1985), Martins (1981, 1989 e 2000), entre outros. Bem como os textos de Carvalho Costa (1996 e 2010), Aguiar (2014), Bandeira (1983), além de teses e dissertações sobre o tema específico que está sendo discutido e temas correlatos. Trabalharemos também com fontes primárias de vários arquivos como o arquivo CIDOC, dos jornais digitalizados do Armazém da Memória, etc.

⁶ O próprio Marx se destacou como articulista em sua Nova Gazeta Renana (Neue Reinische Zeitung)

O segundo capítulo abordará o surgimento do jornal *Liga*⁷ das Ligas Camponesas em 1962, em sua caracterização enquanto um jornal militante e seu trabalho de proselitismo na formação das Ligas noticiadas e fomentadas pelo periódico. Fará um percurso analítico da caracterização dos jornais militantes, dos jornais marxistas. É nesse capítulo que descreveremos a estrutura do jornal, bem como o traçado geral de sua linha de atuação política (Souza, 2005 e 2011; Pedro Porfírio, 2004; Serra, 2007; Medeiros 1989 e 1995, entre outros, serão fundamentais para a composição e a análise desse capítulo)

O terceiro capítulo será o foco da pesquisa a partir do qual apresentaremos algumas considerações finais. Este discutirá o noticiário do periódico sobre a conjuntura econômica e política, e como a mesma servia como justificativa para a defesa da reforma agrária radical. Fará uma análise detalhada do conteúdo do tema da reforma agrária e como se caracterizava. Também é objetivo desse capítulo, a diferenciação das propostas de reforma agrária das Ligas e das demais organizações políticas. Também é preocupação aqui, delinear o sentido discursivo da defesa da reforma agrária radical e como que essa defesa era estruturada ideologicamente pelo noticiário das ações, tanto da radicalidade, quanto as suas formas de luta. Esse capítulo terá como base o arquivo documental sobre o periódico *Liga* organizado por Francisco Julião em 1969 (CIDOC Cuaderno n°27), no período em que esteve no exílio no México. Este arquivo organizado por Julião, contém uma reunião de artigos e notícias do jornal *Liga* estruturados em mais de 500 páginas. Trabalharemos também com outras fontes bibliográficas e documentais. Entre essas outras fontes bibliográficas temos: Medeiros (1995), Gohn (1997), Moraes (1976), Oliveira (1999), Rangel (2000), entre outros.

O que concerne à metodologia, faremos um balanço bibliográfico dos principais eixos abordados, tentando discutir como foi fundamentada a proposta da reforma agrária radical pelas Ligas noticiada em seu jornal. Para tanto, faremos um percurso analítico que vai desde a formação das principais Ligas, entre elas a Liga da Galileia e a Liga de Sapé. Abordaremos o nascimento dessa bandeira, sua caracterização enquanto um jornal militante, bem como o conteúdo da reforma agrária radical no jornal. Para analisarmos esse último item, faremos uma apuração do material empírico, isto é o estudo do corpo documental ou fonte primária que consiste o jornal. A análise do jornal em si, será acrescida com o debate com a bibliografia especializada, para por fim, delinear as algumas considerações.

⁷ A dissertação de mestrado defendida na Universidade Rural do Rio de Janeiro em 2016 de Max Porphirio, trata do Jornal *Liga*. Todavia a sua abordagem se diferencia da nossa, pois o seu objetivo era discutir como as principais representações do campesinato: Igreja. PCB e ligas, usavam os seus respectivos periódicos para organizar os trabalhadores e sua linha de atuação política. A diferenciação do nosso trabalho consiste, primeiramente, por estarmos tratando especificamente do jornal *Liga*, e pelo nosso foco de análise ser conteúdo da Reforma Agrária Radical no referido periódico.

Um outro texto que trata do Jornal *Liga* é a da Elnice Souza (2011), um texto que discute as caracterizações gerais do jornal: formato, diagramação, articulistas, etc. Não é preocupação da autora, nesse pequeno texto on line, a análise específica da reforma agrária radical no periódico. O texto de Souza, vai ser bem interessante para o nosso trabalho, para delinear a configuração do jornal. Ambos os textos estão referendados na bibliografia.

CAPÍTULO I

UM FANTASMA RONDA OS CAMPOS: A ORIGEM DA BANDEIRA DA REFORMA AGRÁRIA RADICAL DAS LIGAS CAMPONESAS

Esse capítulo abordará o surgimento discursivo e prático da defesa da reforma agrária radical enquanto uma bandeira de luta e de orientação política das Ligas Camponesas. Fazendo um percurso analítico, desde a origem das Ligas no Nordeste brasileiro, a conjuntura política e a estrutura fundiária à época - no imediato pré-64 - as formas de espoliações do homem do campo. Abordaremos também, o posicionamento das Ligas no Congresso Nacional Camponês de 1961 em Belo Horizonte. Um marco político na discussão nacional sobre a questão agrária brasileira e suas consequências sociais e econômicas para o camponês, bem como, apresentar para a classe política brasileira e para a classe beneficiária da estrutura desigual no campo (o latifundiário), a importância de uma reforma agrária.

No que concerne a discussão sobre a reforma agrária, é justamente no evento de Belo Horizonte em que se encontra o lugar social para o mote da reforma agrária radical tutelada pelas Ligas Camponesas. Nesse evento, como veremos detalhadamente mais adiante, com um pequeno número de delegados os integrantes das Ligas foram as vozes dissonantes com brados e cartazes com os dizeres: " TERRA PARA QUEM TRABALHA", " TERRA OU MORTE", ou ainda, " REFORMA AGRÁRIA NA LEI OU NA MARRA". Para além das palavras de ordem, esses dizeres tinham um significado e conteúdo político que vai marcar o evento e vai por na agenda de debates, a salvaguarda da *Reforma Agrária Radical*⁸.

Por fim, ainda nesse capítulo, trabalharemos com as consequências políticas após a *Declaração do I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas sobre o caráter da Reforma Agrária*, assinada em novembro de 1961 em Belo Horizonte (MG), que, como já foi dito, foi protocolada pelos congressistas a proposta da Reforma Agrária Radical e também as outras faces da radicalização⁹ das Ligas, como por exemplo a Carta de Ouro Preto e o Movimento Tiradentes. As Ligas se apresentarão no imaginário nacional como *um fantasma que rondava os campos*¹⁰, principalmente pelos seus opositores que temiam o fim de seus privilégios de classe calcados na estrutura desigual da terra.

1.1 - A Origem das Ligas Camponesas

⁸ O debate sobre o tipo de reforma agrária discutido no I Congresso Nacional Camponês com outros segmentos políticos que atuavam no campo, como a Igreja Católica e o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Onde foi referendado pelos demais congressistas a proposta defendida pelas Ligas da reforma agrária radical, constando inclusive em sua Declaração, se estenderá após as palmas e encerramento do Congresso. Esse debate será melhor trabalhado em um capítulo específico.

⁹ Sobre a radicalização das Ligas ver: AZEVÉDO (1981), BASTOS (1983) e AUED (1986)

¹⁰ Esse termo foi utilizado por Azevêdo (1981,p.85) em uma clara alusão ao Manifesto Comunista de Marx e Engels, ao se referir a posição política e ideológica das LIGAS a partir de 1960.

De que Ligas Camponesas nós estamos falando? Essa pergunta se justifica para fazermos uma distinção analítica entre as Ligas Camponesas que foram organizadas pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) em meados da década de 1940 e início da de 1950 e as Ligas Camponesas que se originou a partir da experiência da Sociedade Agrícola de Plantadores de Pernambuco (SAPP) em 1955, que ficou conhecida como Ligas Camponesas da Galiléia pela imprensa conservadora do Estado em alusão as antigas Ligas do Partido Comunista (AZEVEDO, 1981, P. 59).

Segundo Oliveira, a origem da expressão "Ligas Camponesas" está relacionada ao movimento de organização de horticultores da região de Recife pelo Partido Comunista do Brasil, durante seu curto período de legalidade, na década de 1940. Este movimento decorreu do fato de, na época, os sindicatos rurais serem inconstitucionais. A maioria desses núcleos desapareceu com a colocação do partido na ilegalidade. A "Liga" de Ipatinga, fundada em 1946 em Pernambuco, foi uma das últimas das poucas que resistiu ao desaparecimento geral (OLIVEIRA, 1999, P.22).

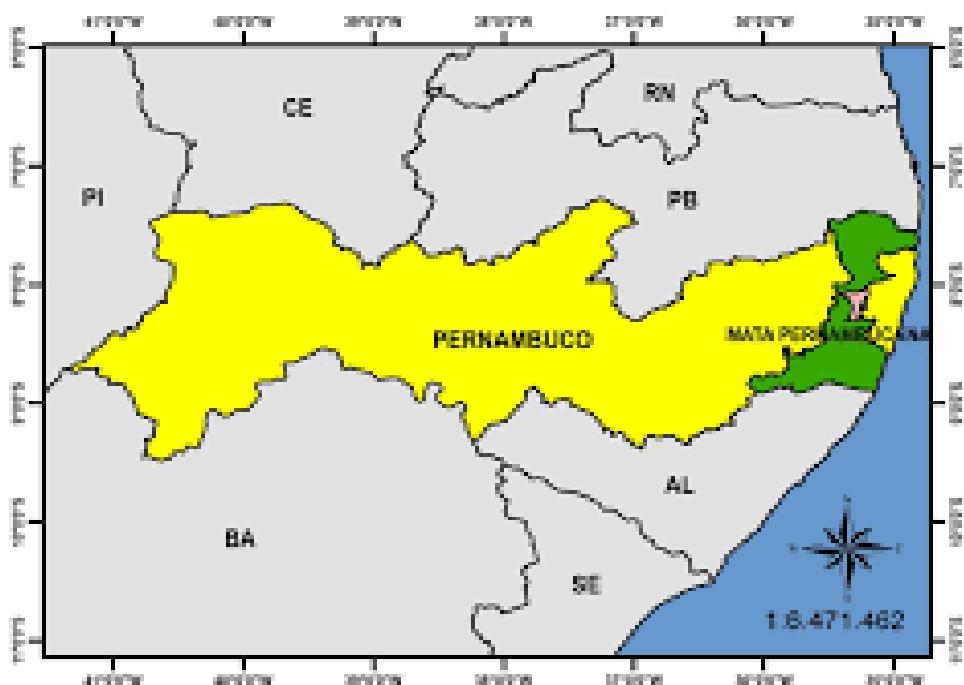
Já em relação ao Engenho da Galiléia, considerada por muitos autores como o lugar social da origem das Ligas Camponesas, que futuramente assumirá uma dimensão nacional, nos esclarece Bastos:

"O Engenho da Galiléia localiza-se em Pernambuco, no município de Vitória de Santo Antão, distante 60km de Recife, em região de transição entre a Mata e o Agreste. Desde o fim da década de 40, os proprietários deixavam de explorar a cana em sua terras e passam a arrendá-las. Os 500ha são arrendados por cento e quarenta famílias, reunindo cerca de mil pessoas. Arrendatários da terra e proprietários dos outros meios de produção utilizam a força de trabalho familiar e combinam a produção de subsistência com a mercantil, produzindo legumes, frutas, mandioca e algodão.

A área média das propriedades é de 3,5 ha e foi impossível reconstituir, através de sistema contábil, a situação econômica dessas famílias que, além da reposição dos meios de produção, devem retirar do rendimento global o pagamento da renda da terra , que é feita em dinheiro: é o foro" (BASTOS, 1983, P.18)

A autora relata que a SAPP (Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco), foi fundada por foreiros do Engenho da Galileia, com a orientação de José dos Prazeres. Essa sociedade tinha como presidente Paulo Travassos e vice-presidente Zéze da Galiléia (administrador do Engenho que possuía uma forte liderança local). Diz ainda, que do ponto de vista legal, a SAPP caracterizou-se por constituir-se numa sociedade civil benéfica, de auxílio mútuo, cujos objetivos eram, primeiramente, a fundação de uma escola e a constituição de um fundo funerário (muito comum na região) e, secundariamente, a aquisição de implementos agrícolas (sementes, inseticidas, adubos, instrumentos) e reivindicação de assistência técnica governamental (Ibid, p.19).

MAPA DO ESTADO DE PERNAMBUCO DESTACANDO A ZONA DA MATA E O MUNICÍPIO DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO



FONTE: CUNHA (2012))

Segundo Martins, foi no Nordeste brasileiro, particularmente em Pernambuco e na Paraíba, que se desenvolveu o capítulo mais importante da história contemporânea do campesinato.

Ao analisar as condições que fomentaram a origem da Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco e das demais Ligas no Nordeste, Martins vai relatar que as elas surgiram e se difundiram principalmente entre os foreiros de antigos engenhos que já vinham sido expulsos da terra desde a década de 1940, devido a valorização do açúcar e a expansão dos canaviais. O autor diz ainda, que as Ligas surgem em um contexto mais amplo, além da expulsão dos foreiros, que as mesmas são fruto de uma crise política regional caracterizada por uma ação da burguesia para angariar mais recursos do governo federal, não só em momentos emergenciais, como também para uma política de desenvolvimento em um contexto de industrialização do Nordeste.

No que diz respeito a crise política regional citada pelo autor fica evidenciado um conflito de interesses entre a burguesia local e o campesinato nordestino, sendo esses últimos em suas mais variadas formas (foreiros, meieros ou assalariados) historicamente explorados pelos grandes proprietários de terra (FERREIRA, 2009 .p. 169).

No contexto da formação da Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco, que, como já foi citado, foi formados por foreiros e moradores do Engenho da Galiléia, é que vem a tona no cenário político da época, a figura do deputado e romancista pernambucano - Francisco Julião. O mesmo foi procurado pelos

Galileus para tratar de seus direitos referentes ao litígio¹¹ do Engenho. Julião vai propor aos foreiros a organização de uma sociedade civil ao invés de um sindicato. Essa escolha se explica porque a burocracia para formar uma sociedade civil era mais simples, bastava registrar em um cartório enquanto que o sindicato dependia da aprovação do Ministério do Trabalho (MARTINS, op cit, p.78).

A experiência a partir das Ligas da Galiléia vai além da circunscrição de Vitória de Santo Antão, como relata Andrade:

"O exemplo de Galiléia foi um estopim e, em 1960, as Ligas já possuíam associados em 26 municípios pernambucanos da Mata, do Sertão e Agreste, alastrando-se rapidamente pela Paraíba, onde surgiram grandes núcleos em Santa Rita, Sapé, Mamanguape, Guarabira, Pirpirituba, Espírito Santo e outros centros de menor importância. O núcleo de Sapé é o mais importante por contar com perto de 7 mil associados. Atualmente, as Ligas têm influência em todo o Nordeste, uma vez que seus núcleos são numerosos no Piauí, no Ceará, onde as várias associações municipais se congregam formando uma federação sob a liderança de José Leandro, e na área baiana do São Francisco. Em Alagoas, seus primeiros núcleos estão sendo fundados em Viçosa e Atalaia (ANDRADE in WELCH, 2009, p. 77)

Certamente as Ligas da Galiléia em Pernambuco e a de Sapé na Paraíba (a primeira por ser a inspiradora da chamadas "novas ligas" e a segunda pelo número expressivo de associados) são as mais conhecidas e estudadas, no entanto, como percebemos nessa citação de Andrade, o número de ligas assume uma proporção considerável já a partir de 1960

DIFUSÃO DAS LIGAS NOS ESTADOS DE PERNAMBUCO E PARAÍBA (1960)¹²

PERNAMBUCO	PARAÍBA
LIGA DA GALILEIA	LIGA DE SAPÉ
LIGA DE MIRUEIRA	LIGA DE SANTA RITA
LIGA DE JABOATÃO	LIGA DE MAMANGUAPE
LIGA DA COVA DA ONÇA	LIGA DE GUARABIRA
LIGA DE BOM JARDIM	LIGA DE PIRPIRITUBA
LIGA DE LIMOEIRO	LIGA DE ESPÍRITO SANTO
LIGA DE ÁGUA PRETA	LIGA DA FAZENDA MIRIRI
LIGA DO ENGENHO LIMÃO	LIGA DE ARAÇAGI
LIGA DE CABO PESQUEIRA	LIGA DE CAMPINA GRANDE

¹¹ O litígio era referente a luta dos foreiros pela desapropriação do Engenho da Galiléia em favor dos mesmos. Após uma intensa luta dos Galileus, como por exemplo, pressionando a assembleia legislativa de Pernambuco a desapropriação foi aprovada em 1959 (AZEVEDO, op cit, p.71)

¹² O objetivo dessa tabela é destacar as principais Ligas dos dois estados nordestinos que serviram como base para a regionalização e nacionalização das Ligas Camponesas. Por questão de método, omitimos os nomes de algumas ligas que podem ser contempladas nos trabalhos de AUED (1981), BASTOS (1983), entre outros.

LIGA DE BEZERROS	LIGA DE MARI
LIGA DE BUÍQUE	LIGA DE ITAPOROROCA
LIGA DE BARRA E GUABIARA	LIGA DE PEDRAS DO FOGO
LIGA DE PONTE DOS CARVALHOS	LIGA DE OITIZEIRO
LIGA DE ARAÇOÍBABA	LIGA DE VÁRZEA NOVA
ENTRE OUTRAS	ENTRE OUTRAS

TABELA 1 FONTE:TABELA ELABORADA PELO AUTOR¹³

O próprio Julião faz questão de explicar a sua participação na formação da SAPPP ao relatar que: "queremos deixar bem claro, para esclarecer uma velha dúvida, que não interferimos sequer na fundação dessa sociedade, a Liga-mãe ou inspiradora de dezenas e dezenas de outras, que, hoje se espalha pelo Nordeste e por várias regiões do país"(JULIÃO, 1962, P.24). Embora a imagem de Julião seja diretamente ligada como líder e até mesmo formador das Ligas, percebemos nessa citação que o mesmo tenta esclarecer que a SAPPP foi formada por camponeses e que após essa experiência são formadas várias outras LIGAS, que, provavelmente, não contava com a liderança direta de Francisco Julião.

Discorrendo sobre a propagação das Ligas após a experiência de luta da Liga de Vitória de Santo Antônio, nos clarifica Julião:

" A experiência tem demonstrado é que o choque com as forças do latifúndio é que divulga, sensibiliza, politiza, dá raízes e força as organizações camponesas. Foram, sem dúvidas, a resistência e atitudes radicais que projetaram as Ligas Camponesas, e muitos dos seus líderes fora da fronteira de Pernambuco. Não tardaram de surgir novos grupos de camponeses, organizados e filiados à Galiléia. Tomaram o nome de Delegacias da SAPPP, apelidadas também de Ligas, tais como as de Mirueira, entre Olinda e Paulista, onde se destacou o camponês Manoelzinho, a de Jaboatão e a de "Cova da Onça", de onde surgiram Joaquim Camilo, José Evangelista, José Caçador, a de Bom Jardim, a de Limoeiro, da Água Preta, do "Engenho Limão", Cabo Pesqueira, Bezerros, Buíque, Barra de Guabiraba, Ponte dos Carvalhos, Araçoiaba, Tóto, entre dezenas de outras" (JULIÃO, 1962, P. 30)

Há uma clara difusão das Ligas a partir de Galiléia, onde Julião chama a atenção para a importância dos advogados, nesse primeiro momento de formação e constituição dessas sociedades civis na luta por direitos, no marco legal, naquilo que Martins chama de um *campesinato que quer entrar na terra*.¹⁴

Sobre a temática da luta por direitos, Martins, aborda o quanto contraditória é essa luta, pois em um só tempo que camponês invoca o direito de propriedade para tentar impedir a expropriação é o mesmo direito que o capitalista utiliza para expropriar o

¹³ Tabela elaborada a partir de dados de JULIÃO(1962), ANDRADE (1963) e AUED (1981)

¹⁴ MARTINS, Op cit ,p.16

camponês. Diz ainda que é das contradições desse direito que serve as duas formas de propriedade privada, anômico familiar e a capitalista, e que essa contradição no mesmo código garante direitos conflitantes¹⁵

Grzybowski, ao se referir a luta por direitos e as identidades múltiplas do campo, destaca que o campo está prenhe de contradições e se agita de muitas formas. Cruzam e entrecruzam lutas. Emergem sujeitos sociais de muitas caras, impondo a sua conflituosa presença, exigindo o reconhecimento de seus direitos (GRZYBOWSKI, 1987, p. 49).

Nessa referência de Grzybowski, principalmente o que está relacionado a multiplicidade, podemos ampliar o debate também sobre a multiplicidade das mediações políticas no campo, isto é, sobre a tutela política¹⁶ do campesinato. E se tratando do pré-64, a tutela política do campesinato estava na ordem do dia, vindo à tona sujeitos sociais com propostas de organização e formas de luta diferenciadas das defendidas pelas Ligas Camponesas. No tabuleiro político do início da década de 1960, as mediações eram disputadas por atores com perfis ideológicos e programáticos distintos como o PCB, a Igreja Católica, os trabalhistas, e claro, as Ligas Camponesas

As Ligas, portanto, assumem a bandeira da luta por direitos, já em sua causa pela desapropriação do Engenho Galileia, considerada por muitos com uma grande vitória dos camponeses frente aos grandes proprietários de terra e, possivelmente, um modelo a ser seguido pelas demais ligas que surgiam por todo o Nordeste e, posteriormente, por outros estados brasileiros. Para além de uma sociedade civil, as ligas assumiam uma feição de movimento social, com características próprias e bandeiras de luta bem definidas, entre elas, provavelmente, a mais importante, a bandeira da reforma agrária. O amadurecimento político das Ligas, e suas bandeiras, são demonstradas pelos chamados dez mandamentos das LIGAS CAMPONÉSAS elaborado por Francisco Julião e citado por Andrade. Eis os dez mandamentos:

1- Acha que os estados federados, usando das prerrogativas constitucionais que lhes destinam o imposto territorial (este, após a conferência, passou à competência dos municípios), devem aumentar a tributação sobre a terra, até hoje irrisória, “passando de prática inexistência atual do imposto territorial para a sua regulamentação altamente progressiva, a partir de uma avaliação realista da propriedade e discriminando-se as taxas com base na extensão de cada estabelecimento”.

2- No âmbito federal, deve ser feita a arregimentação de todos os que desejam resolver o problema agrário visando, de logo, a “lutar pela reforma da Constituição para definir o justo preço, de maneira a reprimir a especulação e permitir o pagamento das indenizações em bônus ou títulos de dívida pública”.

3- A necessidade de que se legisle, desde logo, com base no art. 147 da Constituição de 1946, procurando alcançar a “regulamentação de arrendamento e da parceria, à base de prazos longos e preços módicos, considerada ainda a possibilidade

¹⁵ idem. loc cit

¹⁶ Ainda que o termo *tutela política* esteja sendo referido aqui, é importante diferenciarmos, como bem chama a atenção Martins, da tutela que era promovida pelo coronelismo. A tutela ou mediação trabalhada no texto se refere justamente na tentativa de superação da condição de explorado do camponês (MATINS:1981). Sobre um melhor entendimento do coronelismo, ver: LEAL: Coronelismo, enxada e voto (1997)

de aforamento, nos casos de utilização adequada da terra a ser definidos. Aponta a Resolução n.6, de 7 de agosto de 1957, sobre a utilização das terras do Distrito Federal como modelo aceitável para o que pleiteia acima.

4- Aproveitamento ao máximo das cooperativas mistas e de produção, cuja economia pode ser reforçada à base do beneficiamento e da industrialização.

5- Estabelecimento das sanções eficientes, pela tributação e outros meios, contra a concentração monopolista da terra.

6- Aceitação dos programas de colonização se houver “doação de terras em usufruto ou entrega de títulos de propriedade a associação cooperativa de camponeses; auto- administração e ampla associação dos colonos em todas as fases da atividade agrícola; repúdio à especulação imobiliária”.

7- Aplicação plena à população rural dos direitos assegurados na Constituição, na legislação trabalhista e demais leis que beneficiam os trabalhadores urbanos com “garantia dos direitos civis e políticos, repressão aos despejos, às polícias privadas e a todas as ofensas à integridade física, à segurança e ao trabalho camponês”

8- Eliminação dos abusos do intermediário pela organização de cooperativas que garantam o abastecimento de alimentos e matérias-primas e organizem a comercialização dos produtos.

9- “Reestruturação da lavoura canavieira: 1) utilização de 10% da área dessa lavoura previstos no Estatuto Canavieiro para o cultivo de gênero alimentícios, em terras contínuas, de condições adequadas de fertilidade, mediante o planejamento do poder público, em forma de associação e cooperação camponesa; 2) zoneamento agrícola, visando a diminuir a área de cultivo da cana e elevar a sua produtividade através de melhorias tecnológicas; 3) sindicalização conjunta de assalariados da lavoura e da indústria açucareira; 4) representação de camponeses e assalariados no Conselho Nacional e no Regional do Instituto do Açúcar e do Álcool.”

10- Estimular, como “coroamento de todas essas medidas”, a criação das Ligas Camponesas em todo o território nacional porque elas “são a Lei e a Ordem contra o latifúndio, que é a anarquia e a desordem”. (JULIÃO 1961 apud ANDRADE in WELCH, 2009, P.79)

Entre esses itens é possível fazer algumas observações sobre importantes características das ligas. A primeira coisa que chama a atenção em vários deles é a utilização da legislação da época para reivindicar no marco legal melhorias para o camponês; uma outra observação se refere em uma defesa do modo camponês de produção e o fim do monopólio da terra (como podemos ver nos itens 5 e 6), bem como, a proposta de nacionalização das ligas no item 10.

1.1.1 A LIGA DE SAPÉ (PB)

Na Paraíba, estado limítrofe com Pernambuco, ocorreram algumas mudanças nas relações de produção do sistema latifundiário paraibano, culminando com a expropriação definitiva do camponês e sua consequente expulsão da terra. Esse processo encontrou resistência pelo campesinato através da criação das Ligas Camponesas e dos sindicatos rurais (BENEVIDES, 1985, P. 61).

Para Aued, a formação das Ligas na Paraíba ao invés de sindicatos rurais se explica em uma tentativa de fugir do burocratismo, assim como também já tinha afirmado Julião na constituição das Ligas enquanto sociedades civis.

A autora enfatiza a importância do líder camponês João Pedro Teixeira, na formação da primeira liga camponesa da Paraíba - a Liga Camponesa de Sapé - aquela que se tornará a maior Liga do Brasil em número de associados (mais de 13 mil), segundo a própria autora.

Sobre a formação da LIGA DE SAPÉ e a importância de João Pedro Teixeira enquanto liderança camponesa nos revela Aued:

"Na Paraíba, parece não haver dúvidas de que as Ligas Camponesas começaram através da ação de João Pedro Teixeira, em torno de 1954. A figura deste líder tem representado na luta contra a opressão, um exemplo, uma lição. Efetivamente a contextualização histórico-social, assim como os dados biográficos disponíveis nos mostram que não apenas condições objetivas mas também subjetivas contribuíram a criação da Liga Camponesa. Nas contínuas buscas que João Pedro Teixeira se lançou para sobreviver, encontrou também "lições de unidade operária", as quais, insistente, procurou produzir na prática, marcando com isso os passos da Liga de Sapé - a primeira do Estado" (AUED, 1981, P.25)

Essa citação de Aued se refere à primeira tentativa de organização dos camponeses na Paraíba por Teixeira. Devido as ações do proprietário da terra e da polícia ela se extinguirá logo em seguida. No entanto, a Liga de Sapé, resurgirá em 1958, como novos métodos de ações, no sentido de institucionalização do movimento e na luta por direitos, tornando-se, já no início da década de 1960, a maior Liga do Brasil em número de associados.

MAPA DA PARAÍBA DESTACANDO O MUNICÍPIO DE SAPÉ



Fonte: Melo e Silva (2009)

No caso em tela, percebemos que a formação das Ligas no Nordeste e, posteriormente, em vários Estados da federação, é fruto de uma estrutura desigual da terra e na organização dos camponeses e trabalhadores do campo na luta por seus direitos, entre esses direitos - a reforma agrária.

Esse subtítulo tem a preocupação de mostrar um período das Ligas, no plano discursivo e prático, de ações radicalizadas. É justamente nesse período de radicalização que surge o jornal *Liga* como, entre outras características, uma fonte de propagação do ideal da REFORMA AGRÁRIA RADICAL.

1.2. As Múltiplas Formas de Luta das Ligas Camponesas: Entre a Luta Jurídica e a Bandeira da Reforma Agrária Radical

A formação e organização da Sociedade Agrícola dos Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco (SAPP), serviu como modelo para as demais Ligas¹⁷, primeiramente em escala regional e posteriormente em escala nacional. A SAPP era uma sociedade civil com jurisdição para todo o estado de Pernambuco (AZEVEDO, 1982, P.75). Portanto, como uma sociedade civil, a luta jurídica era o seu primeiro instrumento de ação política, pois como bem nos esclareceu Bastos (1983), a SAPP surge como uma como uma sociedade que tinha como prerrogativa garantir direitos mínimos como: funeral, escola, a luta contra o foro abusivo, etc.

Azevêdo, descreve que a organização das Ligas era centralizada por um núcleo político e ideológico conhecido como Conselho Deliberativo ou Conselho Regional, composto por treze membros formado por parlamentares, intelectuais e líderes camponeses. Enquanto que as delegacias (ou Ligas locais) eram compostas exclusivamente por camponeses e dirigidas localmente por uma Assembleia Geral de Sócios (p.76).

O autor supracitado argumenta que essa forma de organização das Ligas a partir da cidade para o campo é uma forma de evitar o isolamento das Ligas locais e a retaliação dos latifundiários

Para entendermos melhor a organização e estruturação das Ligas, vamos fazer uma breve análise do ESTATUTO DAS LIGAS CAMPONESAS DO ESTADO¹⁸ reproduzido do trabalho de Azevêdo:

Denominação, sede e fins

¹⁷ Sobre a organização das LIGAS Camponesas, no seu texto de 1962, Julião nos relata que: "a Ligas como organização, caracterizam-se pela forma centralizada de atuação. Tratando de uma associação o nome pouco importa, ela organizava delegacias em qualquer lugar onde haja camponeses. A sede central deve ser na capital do Estado ou na maior cidade da região onde se funde. Porque aí estão a classe operária, os estudantes, os intelectuais revolucionários, a pequena burguesia, uma justiça mais avançada ou menos reacionária do que aquela que se deixa sufocar, numa cidadezinha do interior, sob o peso do latifúndio. Tendo jurisdição para todo o Estado, a organização pode fundar, como consta do estatuto, as suas delegacias ou núcleos em qualquer cidade, distrito, povoado, fazenda, serra ou córrego (JULIÃO, 1962, P.47)

¹⁸ O ESTATUTO DAS LIGAS CAMPONESAS possui 31 artigos que versam sobre a formação, organização, objetivos e funcionalidade de uma Liga Camponesa. Apenas destacamos aqui os dois primeiros artigos para uma análise dos objetivos e dos sujeitos.

Art. 1º-

A Liga Camponesa do Estado... fundada no dia...de 19... com sede no foro em... Estado do... é uma sociedade civil de direito privado com jurisdição para todo o Estado... e se regerá pelos presentes estatutos e pelas leis em vigor do País;

Art. 2º - A Liga tem por objetivo:

1- Prestar assistência social aos arrendatários, assalariados e pequenos proprietários agrícolas;

2 - Criar, instalar e manter serviços de assistência jurídica, médica, odontológica e educacional segundo suas possibilidades;

§ único - A Liga não fará discriminação de cor, credo, político, religioso ou filosófico entre seus filiados.

Já no artigo primeiro, como foi destacado anteriormente, as Ligas eram uma sociedade civil, e, como mencionou Martins e o próprio Julião, a escolha de formar uma sociedade civil e não um sindicato era devido a uma maior facilidade burocrática para a sua formação, diferentemente dos sindicatos, que naquele contexto histórico específico (metade da década de 1950) ainda possuía barreiras para a sua formação, desta maneira, uma sociedade civil conseguiria agilizar a ação política e social das Ligas contornando as barreiras burocráticas e buscando atender as demandas dos seus associados.

Quando avançamos para os objetivos das Ligas em seu estatuto, o item 1 do Art. 2º nos deparamos com ou para quem as Ligas estão voltadas? Por quem ela é formada? Para quem ela deve nortear as suas ações? O texto diz claramente que as Ligas devem prestar assistência social aos arrendatários, assalariados e pequenos proprietários agrícolas. Bastos, argumenta que as Ligas inicialmente arregimentava preferencialmente arrendatários, posseiros, parceiros e pequenos proprietários, isto é, uma parcela do campesinato em detrimento do assalariado rural que seria, segundo a autora, a base social da nascente sindicalização. Essa é uma interpretação da autora baseada nos três fatores elencados por Julião para se organizar uma classe: o fator jurídico, o fator financeiro e o fator econômico que, para a autora, o campesinato possuía melhores condições e potencial mobilizador em relação ao assalariado. Interpretando os três fatores destacados por Julião, Bastos relata que:

a) "o fator *jurídico*, que busca na lei a proteção dos direitos daqueles trabalhadores. A organização dos trabalhadores agrícolas interpõe acordos com os órgãos oficiais dos quais depende do reconhecimento de seu direito de associação, acordos esse ancorados no pacto de 30. O camponês, ao contrário, tem o direito de associar-se direito esse fundado no Código Civil. Tal fundamentação legal facilita o registro rápido do estatuto das Ligas Camponesas, que se apresenta para fins legais, como uma sociedade civil não dependendo da aprovação do Ministério do Trabalho.

b) o fator *financeiro*, que confere ao camponês uma grande capacidade de resistência na luta contra o latifundiário. Enquanto o assalariado não dispõe dos meios de produção, o

camponês pode sustentar-se, e a sua família, durante o tempo que se prolonga a sua demanda, pois continua a ocupar as suas terras. Possui meios de manutenção através de uma produção que visa sua subsistência e cujo excedente coloca em mercado de forma independente. Assim, dispõe de condições que lhe permitem a condução legal da luta pelos seus direitos.

c) o fator *econômico* que se configura na possibilidade de resistência ao adversário. O sentimento de propriedade das benfeitorias fortalece o espírito de luta, na defesa de direitos que consideram legítimos. É também o sentido de defesa que lhe permite alianças, seja com outros trabalhadores do campo, seja com setores urbanos. É o próprio direito de propriedade que está em questão. As leis invocadas na luta são as leis dos locatários e a do usucapião. Ambas se encaminham na direção da defesa dos direitos. Os dirigentes do movimento consideram muito importante esse fator, porque enquanto o assalariado dirige sua luta contra a usina - setor político e economicamente mais forte - o camponês se lança contra o latifúndio - um elo enfraquecido na estrutura de classes" (BASTOS, 1983, P. 64-65)

As vantagens do fator jurídico na formação e organização de uma entidade de classe, já tinham sido destacadas, que no contexto da época era mais "fácil" abrir uma sociedade civil do que um sindicato. No que se refere ao fator financeiro e econômico na avaliação da autora, faz-se necessário algumas observações. A preocupação da autora em seu método comparativo em relação às vantagens e desvantagens do campesinato e do assalariado rural, no que diz respeito a formação de sua entidade de classe e a vinculação se sua luta, a autora não destacou algumas possíveis desvantagens ou dificuldades do campesinato, como por exemplo, ainda que o campesinato trabalhe no regime de subsistência é preciso levar em conta o fator climático e ambiental que em algumas regiões do Nordeste é bem severa - como é o caso da seca. Um outro ponto a se considerar é a relação predatória entre o latifundiário e o campesinato - como é o caso do cambão. Isto é, os camponeses tinham que trabalhar gratuitamente para os donos das terras, fortalecendo a relação desigual de classes.

É importante relatar que o estatuto das Ligas abrange todos os trabalhadores do campo como ficou evidenciado no seu segundo artigo.

O segundo item do Art. 2º, que versa sobre os serviços no qual era designado a uma Liga Camponesa, merece nossa atenção, uma vez que trata das formas de atuação e de luta das Ligas. O item aborda que um dos objetivos da Liga é a assistência jurídica. Vale destacar, que a questão da assistência jurídica é central para entendermos a origem das novas Ligas, a partir do contexto do litígio do engenho da Galiléia e da formação da SAPPP.

Azevêdo, enfatiza que a primeira forma de luta adotada pelas Ligas se deu no campo jurídico, na medida em que seus advogados passam a representar os interesses dos camponeses nos tribunais, assumindo os seus litígios e a suas demandas contra os

grandes proprietários. E que essas lutas travadas nos tribunais, combinava-se com a luta política em torno da denúncia das arbitrariedades que tinham no campo, e na própria defesa das primeiras delegacias¹⁹ da SAPPP.²⁰

Francisco Julião nos esclarece a importância da luta jurídica no contexto do início da formação das Ligas Campesinas:

"O latifundiário, a princípio, apela para a força, visando derrotar o inimigo que se organiza. Comete violências, faz ameaças de morte, põe o gado no roçado, arranca a lavoura, derruba o casebre miserável, decreta o despejo sumário do camponês... É então que se inicia a batalha jurídica. Aí, o advogado da Liga desempenha relevante papel. A ação proposta pelo camponês é regra, a de indenização por benfeitorias. Quem mai se interessa pela demanda é o camponês. Ele quer ficar com a terra ou obter o pagamento de suas benfeitorias. Às audiências, já não comparece só. Leva outros companheiros. O camponês sabe que pode perder a causa ou ter uma vitória inexpressiva, mas contenta-se em arrastar ao pretório o senhor da terra. É a sua vingança". (JULIÃO apud AZEVEDO, 1982, P.82)

Nessa citação de Julião, podemos perceber que a ação jurídica foi um importante instrumento de luta na gênese das Ligas. Os camponeses eram largados a própria sorte onde não se tinha uma entidade de defesa e de luta que se propunha a enfrentar os "senhores da terra" que carregavam o vício histórico do coronelismo e do mandonismo²¹. A partir da formação da SAPPP, que serviu como modelo para as demais Ligas, e, principalmente, a partir da vitória do litígio do engenho da Galiléia, isto é, da sua desapropriação em favor dos "galileus", verificamos que a disputa jurídica se diga, as Ligas principalmente a partir do núcleo pernambucano, vão propor vôos mais altos quando incorporam em seus discursos a bandeira da reforma agrária radical.

Azevêdo elabora uma periodização das Ligas em três fases, no que se refere à ação política desse movimento camponês:

A primeira, entre 1955 e 1959, que corresponde o período da fundação da SAPPP até a expropriação do Engenho Galileia, onde as Ligas orientam suas ações de uma forma geral para a assistência e a organização dos camponeses na luta jurídica contra os grandes proprietários e para a campanha de denúncia contra as condições sociais no meio rural em que eram submetidos os camponeses como: o cambão (trabalho gratuito), o vale do barracão, o aumento do foro, etc.

A segunda fase (1960-1962) tem início logo após a expropriação do Engenho da Galileia, onde as Ligas ficaram conhecidas nacionalmente e seria marcada por alguns

¹⁹ As delegacias eram como eram chamadas as unidades das Ligas Campesinas.

²⁰ AZEVEDO, F, *op, cit.*, p. 81

²¹ Sobre o mandonismo ver: CARVALHO, J. M. " Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma discussão conceitual" (1997)

fatores que juntos contribuíram para a virada política e ideológica das Ligas, como por exemplo, quando Julião e Clodomir de Moraes em uma visita a Cuba conhecem o plano de reforma agrária daquele país. É neste período também que ocorre um crescimento territorial das Ligas Camponesas em Pernambuco e a sua ampliação para outros estados do Nordeste e do Centro-Sul do País e que o Conselho Regional (Conselho Deliberativo das Ligas Camponesas) define a reforma agrária radical ("na lei ou na marra") como objetivo estratégico do movimento social agrário.

A terceira fase, segundo Azevêdo, inicia-se a partir de 1963 e é caracterizada por uma crise das Ligas por uma divisão interna entre seus membros, bem como, o fato de perderem terreno para os sindicatos controlados pelo PCB e pela Igreja. Em uma tentativa de reestruturação após a Conferência do Recife em outubro de 1963 é criada as Ligas Camponesas do Brasil em uma nova estruturação na campanha de coordenação da luta por uma reforma agrária radical²²

Sobre a periodização proposta por Azevêdo, só gostaríamos de acrescentar que o discurso da radicalização manifestou -se presente no periódico até a sua extinção

Como percebemos nessa periodização proposta por Azêvedo, que as Ligas Camponesas vão assumir um caráter nacional a partir da década de 1960.

Segundo Aued, com base na fonte do II Exército 218 Ligas espalhadas em território nacional em 20 Estados em 1963²³. Podemos perceber que ocorreu uma difusão das Ligas em território nacional.

DISTRIBUIÇÃO DAS LIGAS EM TERRITÓRIO NACIONAL

ESTADOS	QUANTIDADE DE LIGAS
AMAZONAS	08
PARÁ	08
MARANHÃO	12
PIAUÍ	04
RIO GRANDE DO NORTE	05
ALAGOAS	05
SERGIPE	04
BAHIA	07
MINAS GERAIS	09
ESPÍRITO SANTO	03
PARANÁ	11
SANTA CATARINA	04
RIO GRANDE DO SUL	05
MATO GROSSO	06
CEÁRA	10
GOIÁS	12
RIO DE JANEIRO	14
PARAÍBA	15

²² AZEVÊDO, F. OP CIT., P.77-79

²³ A autora pede cautela em relação as fontes

SÃO PAULO	15
PERNAMBUCO	64

Fonte:Tabela elaborada pelo autor com base nos dados de Aeud (1981)²⁴

Observando a tabela vemos que no Estado de Pernambuco se concentrava um número expressivo de Ligas. Um outro dado interessante nessa tabela é o fato das Ligas Camponesas além de se espalhar territorialmente pelo Nordeste brasileiro, teve uma quantidade considerável de Ligas pelo Centro- Sul, como é o caso de São Paulo e Rio de Janeiro. No Rio de Janeiro eram 15, e é justamente nesse Estado que vai ser fundado em 1962 o jornal *LIGA* que servirá como um importante organismo de difusão das ideias das Ligas Camponesas na defesa da reforma agrária radical.

1.3- O Congresso Nacional Camponês: A Reforma Agrária Radical Fala Mais Alto

O I Congresso Nacional de Trabalhadores Agrícolas e Lavradores - o Congresso Nacional Camponês - realizado em Belo Horizonte, Minas Gerais em 1961 é considerado por muitos analistas como um marco histórico que pôs na pauta nacional o debate sobre a reforma agrária e como a mesma deveria ser implementada. No referido Congresso estavam presentes importantes sujeitos políticos que discutiam e lutavam pela reforma agrária no Brasil.

1.3.1 - Antecedentes

Antes de falarmos especificamente do Congresso Nacional Camponês, gostaríamos de fazer uma rápida contextualização e destacar algumas participações das Ligas Camponesas em alguns congressos camponeses regionais²⁵, com o intuito de chamar a atenção para a sua organização enquanto uma entidade de classe e a gestação da bandeira da reforma agrária radical.

O início da década de 1960 e mais especificamente o ano de 1961, ano em que a conjuntura política estava em seu mais alto grau de agitação, com direito a renúncia de presidente, impedimento da posse do vice, luta pela posse, o campo como palco de disputas homéricas, de um lado a velha e desgastada classe oligárquica do senhores de terra e do outro os trabalhadores rurais e o campesinato em geral se organizando de variadas formas tanto por intermédio da Ultab, quanto por intermédio das Ligas Camponesas, bem como, outras organizações como é o caso do MASTER (Movimentos dos Agricultores Sem-Terra), que lutavam para por em pauta as suas demandas.

Medeiros, relata que a força que os movimentos camponeses adquiriram no início dos anos de 1960, através de suas ações de resistências, manifestações de rua, greves, etc., o vigor que a bandeira da reforma agrária assumiu deve ser buscado também em questões mais gerais da política brasileira e latino-americana. Diz ainda que após a Segunda Guerra Mundial, no contexto da guerra fria, era posto a necessidade do

²⁴ AUED, B, W. 1981, p. 62

²⁵ Segundo Lygia Sigaud, de 1953 a 1964 foram realizados 27 congressos, encontros e conferências, alguns nacionais, outros regionais, mas com repercussão nacional, e alguns com expressão meramente local (SIGAUD, 1981, P. 03)

desenvolvimento econômico dos países latino-americanos através da industrialização. E que, a agricultura que tinha como base as grandes propriedades com baixo nível tecnológico eram vistas como empecilhos ao desenvolvimento (MEDEIROS, 2002 P.20).

As teses desenvolvimentistas para a América Latina tinham na Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), seu locus de elaboração e propagação para o continente, isto é, nas palavras de Santos e Costa (1997), o ideário cepalino era uma releitura do keynesianismo e tinha na industrialização o escopo para seu desenvolvimento (p.83). Sendo assim, a estrutura arcaica da terra no Brasil, estava sendo questionada não somente pelos camponeses e trabalhadores rurais e suas lideranças, que viam uma urgência na mudança dessa estrutura, mas também, por um conjunto mais amplo da sociedade. No entanto, o desenvolvimento do país via industrialização e uma possível mudança na estrutura agrária, estava longe de ser unanimidade e que:

"No bojo da luta política que então se travava, as diferenças profundas entre as propostas em pauta se explicitavam. Se o desenvolvimento do país, através da intensificação da industrialização, era a meta, a aposta dos segmentos industriais mostrava-se muito mais voltada para estimular a *modernização da agricultura*²⁶, sem alterar a estrutura fundiária. Para os segmentos dominantes desse setor, o mercado que a agricultura poderia abrir era principalmente o de máquinas e equipamentos pesados, insumos químicos etc., o que não pressupunha uma redistribuição de terras" (MEDEIROS, 2002, p. 21)

Percebemos nessa citação da autora, que o termo desenvolvimentismo via industrialização era um termo em disputa e podia ser moldado conforme os interesses de classes e frações de classes, e que a própria modernização da agricultura, que grifamos, pode ser entendida como uma forma que as classes dominantes utilizaram para forjar uma modernização e mimetizá-la de desenvolvimento. Com isso, como Medeiros mencionou, não mudariam a estrutura da terra.

Ainda aproveitando as interpretações de Medeiros, a autora destaca as disputas que giravam sobre o tema do desenvolvimento e das reformas estruturais:

"O que se verificou foi, pois, o encontro de duas perspectivas distintas e projetos diferenciados apontando para a necessidade de reformas estruturais e convergindo para uma posição crítica em relação à concentração da propriedade fundiária. Essa crítica foi potencializada e dramatizada pela enorme quantidade de conflitos caracterizados pela resistência a ameaças de expulsão da terra, levados à frente por posseiros (Goiás, Paraná, Rio de Janeiro), moradores e foreiros (Pernambuco e Paraíba), arrendatários (São Paulo, Goiás, Minas Gerais), trabalhadores

²⁶ Grifo nosso

sem-terra que acampavam nos limites das propriedades demandando por terra (Rio Grande do Sul), transformando a reforma agrária, no início dos anos 60, em um dos principais temas para o debate sobre a necessidade de reformas estruturais e eixo de um projeto nacional-desenvolvimentista" (MEDEIROS, 2002, p.20-21)

Como bem considera a autora, a reforma agrária se constituiria como um tema, cuja relevância abarcaria uma parcela significativa da sociedade em suas mais variadas interpretações. Ao que cabe aos camponeses e trabalhadores do campo, para além das interpretações sobre o desenvolvimento, a reforma agrária era uma necessidade premente, dadas as condições à época, como observamos em linhas anteriores. Nesse entretanto, a organização das entidades de classe foram sendo amadurecidas durante o final de 1950 e início de 1960, através de congressos e conferências regionais para tratar de variados temas, sendo um deles, a questão fundiária e seus desdobramentos.

Um desses congressos regionais é o Congresso de Salvação do Nordeste realizado em 1955 em Pernambuco. Segundo Azêvedo, esse congresso tem a sua relevância no que concerne ao questionamento da fatalidade climática regional ligada a seca dentro de uma concepção de fatalismo geográfico, que só favorecia as oligarquias tradicionais com medidas técnicas e isenções fiscais e creditícias. Destaca ainda, que a questão agrária e camponesa regional não eram discutidas e combatidas. Sobre a organização do congresso, o autor relata que foram por volta de 1600 delegados de nove estados da região que se dividiam entre parlamentares, comerciantes, líderes sindicais, escritores, cientistas sociais, além de várias entidades de classe, que ao final dos debates de cada comissão do congresso, apresentavam as suas sinopses até a elaboração do texto final que ficou conhecido como Carta de Salvação do Nordeste²⁷. Os representantes das Ligas estavam na comissão que discutia os problemas da terra, composta de 200 delegados e presidida pelo padre Leopoldo Brentano da Ação Católica Operária (AZÊVEDO, 1982, P. 63-65)

O que é mais importante em destacar no referido congresso citado acima, além da participação de representantes das Ligas, é o fato da reforma agrária e a consequente condenação da estrutura agrária concentradora e arcaica estarem registradas no texto final do congresso. Ainda que não seja um congresso exclusivo de camponeses, representantes da nascentes Ligas estavam presentes e o combate a concentração de terras, bem como, as medidas paliativas que só favoreciam as oligarquias agrárias estavam sendo questionadas.

Sobre o Congresso de Salvação do Nordeste, nos relata Clodomir de Moraes:

"Entre os dias 20 e 27 de agosto do mesmo ano (1955), que resurgiam as Ligas Camponesas, realizou-se, em Recife, o

²⁷ Bastos, acrescenta que o Congresso de Salvação do Nordeste constitui em um instrumento de introdução no Nordeste de teses desenvolvimentistas, e, que, tendo sido preparados por sindicatos e associações de bairros esse congresso amplia o espaço dos movimentos populares. Relata que no documento final do congresso é proposto a defesa da indústria nacional, o reconhecimento das instituições intersindicais, o direito a greve, etc (BASTOS, 1983, P.44)

Congresso de Salvação do Nordeste, que teve importância decisiva no desenvolvimento do movimento camponês. Tratava-se de um congresso convocado pelas personalidades e organizações mais progressistas de Pernambuco e que conseguiu reunir os mais amplos setores sociais dos nove Estados que compõem o "Grande Nordeste", do Maranhão à Bahia.

Ali estavam 2 mil pessoas, entre elas parlamentares, muitos representantes de indústrias, do comércio, dos sindicatos de trabalhadores urbanos, das universidades, dos grêmios estudantis, dos profissionais liberais, das Ligas Camponesas, etc. Cada comissão técnica desse congresso valia por um congresso independente tão grande era o número de seus participantes. Por exemplo, a comissão do Problemas da Terra, dirigida pelo padre Bretano, composta de mais de 200 delegados a maioria representantes das Ligas.

Nessa oportunidade, institucionalizou-se, pelo menos em Pernambuco, a прédica da reforma agrária. Além do mais, o Congresso de Salvação do Nordeste, desenvolveu no Estado, o processo eleitoral, baseado na denúncia permanente do anacronismo das estruturas rurais e na condenação do acentuado atraso econômico (industrial-urbano) em que mantinha Pernambuco a oligarquia agrária semifeudal dominante," (MORAIS *in* STÉDILE, 2012, P.39)

Algumas considerações podem ser feitas a partir dessa citação de Morais: vale destacar a heterogeneidade desse congresso, no que diz respeito aos grupos sociais envolvidos, ao ponto de cada comissão assumir características de um congresso independente. É importante contextualizar o período em que o congresso foi realizado, em que o país passava por uma franca tentativa de modernização e as teses do desenvolvimentismo estavam em disputa, como vimos em um dos pontos do congresso na defesa da indústria nacional e a acentuada crítica a estrutura agrária oligárquica, o que ajuda a entender a diversidade social do congresso e seus pontos em comum²⁸.

Em setembro de 1955, as Ligas promovem em Recife o I Congresso Camponês de Pernambuco com a participação de três mil camponeses e sob a presidência de Josué de Castro. É nesse congresso que as Ligas surgem como referência para o movimento camponês e organizam uma grande manifestação em favor dos foreiros da Galileia.

²⁸ Um fato que desperta a nossa atenção sobre o Congresso de Salvação do Nordeste, que reforça a sua caracterização heterogênea (agrupando setores da esquerda e da direita), é que aquele que presidiu o evento, o governador do estado de Pernambuco Cordeiro de Farias, segundo Morais (2012), vai ser o protagonista de uma violenta perseguição aos camponeses e suas lideranças com mortes e prisões arbitrárias em um período que Francisco Julião vai chamar de "quadriênio do terror" (1955-1958). Essa perseguição sistemática do governo de Cordeiro de Farias aos camponeses, vai impulsionar as Ligas a apoiar a candidatura de Sid Sampaio ao governo do estado. No entanto, esse apoio das Ligas não vai obter os dividendos políticos e sociais esperados, pois o governo de Sampaio se voltará contra as Ligas e o povo em várias ocasiões (JULIÃO, 1962, P. 45).

Outro ponto favorável nesse congresso foi a ampliação da SAPPP para além dos limites de Vitória de Santo Antão, isto é, a associação civil deixou de ser local e passou a ser estadual, atuando em vários municípios, bem como, a formação da organização estrutural das Ligas.

Complementando sobre o I Congresso Camponês Pernambucano, temos essa citação de Aued:

"Muito encorajados pela repercussão das conclusões tiradas do Congresso de Salvação, os camponeses organizam em setembro de 1955, outro congresso, também de amplitude regional, mas fundamentalmente destinados aos delegados de associações camponeses. O êxito desse encontro foi devido a vários aspectos, dentro os quais o elevado número de camponeses - mais de três mil.

Esse congresso, realizado no clube Náutico (outro importante clube de Recife) e patrocinado pelo professor Josué de Castro, então diretor geral da FAO (Food and Agricultere Organizacion), teve também como destaque uma ruidosa passeata pelas ruas da cidade" (AUED, 1981,P.30)

Sobre os dois congressos de 1955, podemos traçar algumas observações. O primeiro, o de Salvação de Nordeste, foi percebido aqui como heterogêneo e que abarcou um sem número de estusiastas em defesa do Nordeste (do lado direito e do lado esquerdo), mas que teve nas Ligas de então um representante do campesinato. Já o I Congresso Camponês de Pernambuco, vai levar para a cena política um nascente sujeito coletivo de luta- as Ligas, tendo no decorrer do evento se arquitetado enquanto uma organização para além das cercas da Galiléia, organizado sua estrutura de associação civil estadual, escolhido seu presidente (José Aires dos Prazeres) além de ter feito uma grande marcha de camponeses pelas ruas de Recife em prol do foreiros da Galileia e da luta pela terra.

Além dos dois congressos citados no texto, Lygia Sigaud faz um resumo de alguns congressos importantes que ocorreram no pré-64, entre eles temos a Primeira Conferência de Trabalhadores Agrícolas de 1953, onde se decidiu pela criação de uma entidade nacional que organizasse os trabalhadores rurais no qual foi convocado uma segunda conferência. A Segunda Conferência Nacional de Trabalhadores Agrícolas, que foi preparada em encontros estaduais anteriores. É nesse congresso que se cria a Ultab (União dos Trabalhadores Agrícolas Brasileiros), cujo objetivo era congregar agremiações já existentes, organizar novas associações e prestar assistência jurídica. Em 1958, foi realizada a o Primeiro Congresso das Ligas, no ano seguinte em 1959 foi desapropriada o Engenho da Galileia, sendo considerada a primeira grande vitória dos camponeses e projetado o nome das Ligas nacionalmente. Em 1959, é realizada a Primeira Conferência Nacional da ULTAB e em 1960, ocorre o Primeiro Congresso dos Trabalhadores Rurais do Paraná. Em 1961, após um acumulado de experiências tanto em relação as Ligas, quanto em relação a Ultab, bem como, a ebulação política que ocorre no país e convocado o congresso unitário dos trabalhadores rurais, o Congresso

Nacional Camponês (SIGAUD, 1981, p. 03-05). Caberia a Ultab (União dos lavradores e trabalhadores agrícolas do Brasil)²⁹, reunir as principais representações na constituição do congresso unitário.

1.3.2. Em Belo Horizonte

A capital mineira foi escolhida para ser o local do primeiro congresso que reuniria as principais lideranças do campesinato, bem como, partidos, parlamentares, estudantes, sindicatos, e o recém-empossado presidente (após uma tentativa de golpe contra a sua posse), João Goulart e seu Primeiro Ministro na ocasião, Tancredo Neves. A escolha da capital mineira para ser o local da realização do evento pode ser considerado tanto o fato da sua localização geográfica, por estar no "meio do caminho" do nosso país-continente, facilitando o deslocamento das entidades de classe para o evento, bem como, pelo fato de ter uma entidade local envolvida como um das organizadores, como é o caso da Associação dos Trabalhadores Agrícolas de Minas Gerais (Atamg).

Para ser realizado o primeiro congresso unitário, Costa vai relatar que várias reuniões estaduais vão discutir os preparativos, como pode nos dizer melhor o autor:

"Várias reuniões estaduais são realizadas para a preparação do congresso nacional camponês. A I Conferência Estadual dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de São Paulo inicia sua preparação m junho de 1961 na sede do Sindicato dos Metalúrgicos. Desta primeira reunião, presidida por Lyndolpho Silva, participaram os diretores das associações de lavradores dos municípios de Dracena, Marília, Araçatuba, Pompeia, Vera Cruz, Espigão, São Miguel Paulista, Ribeirão Preto, Garça e Barrinha..

[...]

A partir dessa reunião, os atos preparatórios em São Paulo do encontro nacional envolveram 54 assembleias distritais e municipais até a realização de uma conferência estadual. Dos seus quatro temas, os dois primeiros - propriedade da terra (reforma agrária) e regulação dos contratos de arrendamento e parceria - já indicavam o ponto para onde convergiriam as atenções do congresso nacional camponês" (COSTA, 2010, P.24)

O tema da reforma agrária já estava sendo gestado nos encontros municipais e estaduais e vai ser o grande protagonista do congresso nacional camponês. Destarte, em

²⁹ Segundo Lyndolpho Silva, em uma reportagem do Terra Livre em novembro de 1961, "o Congresso foi uma iniciativa da Ultab e da Associação dos Trabalhadores Agrícolas de Minas Gerais (Atamg), apoiada em todas as associações de lavradores e ligas camponesas de Pernambuco e do movimento sindical operário" (SILVA in COSTA, 2010, p.121)

20 de maio de 1961 é lançado pela comissão organizadora o manifesto de convocação e após ser discutido por mais de 200 mil pessoas (segundo o relatório da Ultab) era divulgado o seu temário. (Costa, 2010. p. 24)

Enfim, entre os dias 15 e 17 de novembro de 1961 em Belo Horizonte (MG), foi realizado o *I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas* (Congresso Nacional Camponês, ou ainda, Congresso de Belo Horizonte como também era conhecido). Com 1600³⁰ delegados eleitos em 13 encontros estaduais e conferências municipais, bem como as assembleias realizadas em fazendas.

A organização das comissões do congresso estava divida conforme o temário divulgado no dia 20 de maio de 1961. Portanto, como o eram nove temas, o congresso ficou dividido em nove seções assim discriminadas: Primeira seção: Soluções para o problema da propriedade e do uso da terra no Brasil; Segunda seção: medidas imediatas e parciais de reforma agrária; Terceira seção: Formas de arrendamento e parceria; Quinta seção: Ajuda aos cultivadores agrícolas; Sexta seção: Assalariados e semiassalariados rurais; Sétima seção: Organização de massas trabalhadoras no campo; Oitava seção: Reivindicações democráticas, e por fim a Nona seção, que tratava das reivindicações sociais.

Aspecto do I Congresso Nacional Camponês (novembro de 1961)



fonte: Costa (2010)

³⁰ Segundo o jornal Terra Livre , de novembro de 1961, eram 1800 delegados e mais de 7 mil pessoas.

Existia um clima muito favorável entorno do Congresso Camponês, como relatou um dos principais líderes das Ligas Camponesas João P. Teixeira, nas palavras de sua esposa Elisabeth Teixeira em depoimento a Ayala A. Rocha:

"João Pedro e os demais companheiros chegaram do Congresso muito animados. Foram direto para a Liga e, imediatamente, marcaram uma reunião, para transmitir as informações que trouxeram. Ao chegar à casa, João Pedro me contou sobre o Congresso: compareceram mais de 1.500 delegados de toda parte do Brasil. Demonstrando muito alegria, continuou:

- Não é brincadeira conseguir colocar, num Congresso, tantos delegados. Foi uma demonstração da nossa força, que ninguém pode ignorar. Além disso, o Congresso foi aberto pelo Presidente da República, com a presença de governadores, ministros, senadores, deputados, representantes da Igreja, intelectuais, etc. E aprovaram um documento bem importante para nossa luta. Nessa reunião, foi reconhecido, pelos participantes, que o latifúndio possui quase a totalidade das terras para agricultura. O que sobra é muito pouco para repartir para muita gente" (TEIXEIRA in ROCHA, 1999, P 70)

A bibliografia que aborda o tema do Congresso Nacional Camponês, geralmente destaca as divergências que ocorreram entre o posicionamento das Ligas Camponesas e do PCB (com sua Declaração de Março de 1958 e a resolução do V Congresso debaixo do braço)³¹ em relação a que tipo de reforma agrária deveria ser empregada no país. Essa polêmica estava sendo discutida na segunda seção do Congresso. As polêmicas gravitavam em torno da mudança radical da estrutura fundiária, ou se a mesma deveria ser mudada de imediato e radicalmente (Ligas Camponesas), ou por medidas parciais (PCB). (Azevêdo, 1982; Bastos, 1983, Aued, 1981, Medeiros, 1989)

Após um debate acalorado, inflamado com as palavras de ordem que entrariam para história naquele momento: "REFORMA AGRÁRIA NA LEI OU NA MARRA, TERRA PARA QUEM TRABALHA, TERRA OU MORTE", a tese da REFORMA AGRÁRIA RADICAL se constituiria na escolhida pelo plenário.³²

Antes de adiantar essa escolha vamos verificar aqui as considerações de Panini sobre as duas proposições de foram acolhidas pelos congressistas:

³¹ Segatto, destaca que tanto a Declaração de Março de 1958, como nas resoluções do V Congresso do de 1960, o PCB preconiza que "a luta por uma reforma agrária que liquide o monopólio da terra pelos latifundiários e fortaleça a economia camponesa, sob formas individuais ou associadas. Para se alcançar tal objetivo, era necessário lutar por" medidas parciais"(aumento de impostos ou taxações sobre terras improdutivas, redução de taxas de arrendamento, defesa dos diretos dos posseiros, etc,"(SEGATTO, 1995, p. 209)

³² O apoio de alguns membros do PCB à linha política das Ligas no Congresso Nacional Camponês, acarretou em uma onda de expulsão desses membros do partido após o Congresso, entre eles Clodomir de Moraes e Adauto Freire da Cruz. (MORAIS in Alves, 2015, p.50).

"A primeira propõe uma política agrícola que consiste em crédito para a aquisição de insumos agrícolas, garantia de preços mínimos, imposto territorial rural progressivo, ou seja, elevada incidência sobre a grande propriedade e isenção sobre a pequena propriedade, cooperativismo, assistência à economia camponesa, reconhecimento dos sindicatos rurais e legalização trabalhista para o agricultor

A segunda tendência exige uma reforma agrária radical, que consiste na transformação da estrutura agrária vigente, no fim dos latifúndios de terra, na distribuição gratuita das terras ociosas, no arrendamento por baixo preço das terras desapropriadas dos latifundiários, enfim, na substituição da propriedade monopolista da terra pela propriedade camponesa, em forma individual ou associada, e pela propriedade estatal" (PANINI, 1990, P.62)

Fazendo uma interpretação sobre o balanço dos acontecimentos do Congresso Nacional Camponês, Medeiros vai enfatizar que além do marco das divergências entre as principais forças políticas na condução da luta camponesa, é fortalecido o termo camponês como categoria política:

"Se o Congresso de Belo Horizonte é considerado um divisor de águas entre as correntes que disputavam a hegemonia da condução das lutas dos trabalhadores rurais, ele guarda outros significados também. Antes de mais nada, ele marcou como nenhum outro evento o reconhecimento social e político da categoria "camponês", sintetizando um conjunto de forças heterogêneas que lutavam no campo" (MEDEIROS, 1989, p.60)

Esse camponês enquanto "um conjunto de forças heterogêneas que lutavam no campo", vai ser amplamente divulgado e caracterizado no jornal *Liga*. Sendo assim, um dos elementos identitários do periódico.

Partindo de uma leitura que vai na contramão em relação a grande parte da bibliografia sobre o Congresso de Belo Horizonte, Welch tenta desestruturar essa imagem de um congresso cíndido, de polarização acentuada:

"Houve, com certeza, diferenças táticas e filosóficas entre os delegados das ligas e os comunistas, como o debate sobre se fossem os camponeses ou os proletários a vanguarda revolucionária ideal, mas o resultado mais notável foi a realização de colaboração entre grupos de várias perspectivas no incursão de um assunto tão polêmico como a questão agrária. Por um lado, os delegados mostraram uma capacidade bastante madura de engajar o debate democrático. Na maioria, os

delegados da Ultab escutaram as críticas dos delegados das Ligas e muitos concordaram em dar ênfase a reforma agrária radical. Por outro lado, o PCB demonstrou sua capacidade de manter sua liderança na prática de sua política de Frente Única[...]. Do início até o fim do congresso, a proposta da Ultab foi a acumulação de forças, a inclusão de todos os grupos, especialmente as Ligas. A maior prova disso foi a escolha do Julião como presidente da Comissão de Reforma Agrária que escreveu a declaração. O partido abriu mão no nível da direção, confiante de sua predominância da base. O objetivo da mobilização seria a reforma agrária, sim, mas o veículo seria o movimento dirigido pelo partido – sindicatos de trabalhadores rurais – e não as Ligas. (WELCH, 2010, p.312)

O autor está partindo de uma perspectiva de análise, em que é reafirmado o caráter positivo de reunir forças que convergiam em discutir uma pauta específica, a questão agrária. Por conta disso, minimiza as divergências e até põe em um plano secundário, ao relatar o caráter democrático dos debates e a aceitação das diferenças. Um dado curioso, nessa análise, é sobre a leniência do PCB em relação à ênfase dada a reforma agrária radical defendida pelas Ligas, chegando a relatar que esta prerrogativa fazia parte da política de frente única do partido em sua afirmação como uma liderança na prática. Na interpretação do PCB, segundo o autor, ainda que a mobilização fosse sobre a reforma agrária, o pano de fundo consistia no veículo que conduziria todo o movimento, nem que para isso tivesse que fazer determinadas concessões. Todavia, alguns acontecimentos posteriores, como as críticas de alguns membros do PCB a Julião, bem como, o desligamento e até expulsão de alguns membros do PCB que apoiaram a linha das Ligas no Congresso Camponês, faz crer que essa estratégia do Partido Comunista ficou restrita à Belo Horizonte.

Haja vista, como bem no lembra Santos e Costa, do artigo de Giocondo Dias em relação as posições de Julião:

"O artigo de Giocondo Dias Francisco "Julião, os comunistas e a revolução brasileira" resume bem o sentido da controvérsia que a direção pecebista iria manter com Julião cuja influência se estendia, cada vez mais, não só no Nordeste, mas também na esquerda, inclusive no próprio PCB. Não por acaso, Giocondo Dias organiza um argumento generalista para interpelar as consequências das teses de Julião. Uma delas seria a substituição dos objetivos da fase revolucionária –antiimperialismo, eliminação do latifúndio– pela ideia de confronto com a burguesia como classe que ele enxergava no discurso de Julião, cancelando a política de frente única e levando ao isolamento". (SANTOS & COSTA, 1997, P.100-101)

No que diz respeito ao nosso registro sobre as múltiplas formas de luta das Ligas Camponesas, consideramos que o Congresso Nacional Camponês vai referendar a bandeira da Reforma Agrária Radical como um vetor discursivo das Ligas Camponesas, que vai ter no seu periódico *Liga* o multiplicador desse ideário. Como teremos a oportunidade de analisar no terceiro capítulo.

1.4. Ventos de Havana: As Armas Enquanto Alternativa

O contexto internacional (vide a invasão da Baía dos Porcos em Cuba), as sucessivas tentativas de golpe no Brasil, bem como o armamento do latifúndio, eram as bases para fomentar a luta armada no país, segundo Morais. Considera ainda que a partir da década de 1960, as Ligas vão ter duas vertentes, uma ligada ao grupo dos comunistas divergentes que vão organizar o esquema guerrilheiro. A outra vertente estava ligada a Julião, que era o "propagandista urbano da luta armada"³³ (MORAIS in STÉDILE, 2012, P.52).

Sobre a experiência do dispositivo armado das Ligas Camponesas nos esclarece Azevêdo:

"[o dispositivo armado] uma inversão da ação das Ligas, até agora voltada predominantemente para a agitação política e a organização legal do movimento camponês.

Assim, os melhores quadros das Ligas de Pernambuco são remanejados e distribuídos por vários estados do país, onde passam a orientar a organização e a mobilização camponesa, dentro da ação desenvolvida no Nordeste, e os militantes são enviados para os campos de treinamento guerrilheiro, os quais iriam se constituir no núcleo do dispositivo militar das Ligas.

A área escolhida para os treinamentos estava localizada no nordeste de Goiás, na transversal rodoviária de Dianápolis" (AZEVEDO, 1982, P.93)

Partindo de uma outra influência que não é somente cubana, mas também chinesa, nos mostra Porfírio que:

"Alguns integrantes do movimento das Ligas Camponesas se deslocaram para campos de treinamentos, onde seriam preparados para a guerrilha. O governo da China teria enviado instrutores para o Brasil. Segundo Alexina Crespo, primeira esposa de Francisco Julião, três chineses vieram ao país e chegaram a se reunir com seu marido e com Clodomir Morais. Ela ainda afirma que quando esteve na China, acompanhada dos

³³ Em sua leitura, Morais vai considerar Julião como o propagandista urbano da luta armada, mas que o mesmo não tinha direção do movimento guerrilheiro e nem tinha informação completa de todo o esquema (MORAIS in STÉDILE, 2012, P, 53)

filhos, foi recebida por Mao TseTung, a quem pediu armas"(PORFÍRIO, 2013, 61)

O autor vai destacar também a experiência de Dianápolis, no estado de Goiás, como o dispositivo guerrilheiro mais conhecido:

"Entre os campos de treinamento guerrilheiro, o que ficou mais conhecido foi o de Dianópolis, em Goiás. Este foi descoberto pelo coronel Nicolau José de Seixas, em uma investigação sobre caixas de geladeiras entregues na cidade, que não tinha energia elétrica. Segundo Flávio Tavares, o coronel, chefe do Serviço de Repressão ao Contrabando, encontrou, no lugar de refrigeradores, um farto material com referência a Cuba, textos e imagens de Fidel Castro e Francisco Julião, manuais de combate, planos de implantação de focos de sabotagem e de sublevação armada das Ligas Camponesas, além da contabilidade dos recursos financeiros enviados pelo governo cubano com a finalidade de montar campos de guerrilha. Nicolau Seixas tinha encontrado, em 1962, aquilo que se pretendia como um acampamento guerrilheiro" (PORFÍRIO, 2013, 61)

A organização do dispositivo militar tinha sua própria dinâmica autônoma o que acarretou uma descentralização e uma disputa pela hegemonia do setor militar (AZEVEDO, 1982, p 94)

Com o intuito de restabelecer a unidade e não perder por completo a direção política das Ligas, é lido por Francisco Julião, em um ato público no Morro da Queimada em Ouro Preto (MG), em 21 de abril de 1962, o manifesto de fundação do Movimento Tiradentes, reafirmando o socialismo nos moldes da revolução cubana. "defendo a gloriosa revolução de Fidel Castro e te recomendo, companheiro e compatriota, que leias e sigas os ensinamentos da II Declaração de Havana" (JULIÃO apud AZEVÊDO, 1982, P. 94).

Em relação à Reforma Agrária Radical relacionada ao Movimento Tiradentes, nos clarifica Bastos:

"Esse manifesto também conhecido com "Carta de Ouro Preto", após realizar um balanço sobre a situação do trabalhador do campo e distribuição de terras, propõe as bases de uma reforma agrária radical, retomando os pontos já propostos na Declaração de Belo Horizonte" (Bastos, 1984, p. 102)

Prossegue o texto informando que o MRT (Movimento Revolucionário Tiradentes) não vai restabelecer a unidade, e por conta disso, Julião é afastado da direção nacional desse movimento.

A tentativa de uma experiência armada, nos moldes cubanos, pode ser interpretada como uma das múltiplas formas de luta das Ligas Camponesas. As divergências em relação à condução do movimento e fatores de ordem organizacional, levou o intento armado a fracassar.

CAPÍTULO II

PALAVRAS CONTESTADORAS PARA ALÉM DAS CERCAS: A FORMAÇÃO E A ATUAÇÃO DO JORNAL *LIGA*

Esse capítulo abordará o surgimento do jornal *Liga* das Ligas Camponesas em 1962, analisará o perfil do jornal enquanto um jornal militante³⁴, seu trabalho de proselitismo na formação das Ligas em várias partes do território nacional, suas abordagens de conjuntura nacional e internacional no que se refere a luta dos camponeses, operários e estudantes em um intento de uma união operário-camponesa, como foi noticiada na sua primeira edição. Analisar o jornal *Liga*, como suas palavras contestadoras para além das cercas, isto é, para além do campo, em seu trabalho de diálogo com o setor urbano na construção dessa ponte de união os trabalhadores do campo e da cidade. Para efeito de um quadro geral de análise, abordaremos também a importância do papel do jornal militante enquanto um constituinte de luta, faremos um rápido balanço dos principais jornais militantes, bem como, a trajetória dos jornais de influência marxista. Afinal, o que é um jornal militante? Como esse tipo de jornal pode ajudar na luta dos trabalhadores? Quais as diferenças entre o chamado jornal militante e os outros jornais? Quais as características do jornal *Liga* que o enquadram enquanto um jornal militante?

2.1. A Importância do Jornal Militante na Pedagogia da Luta

Trabalhar com a pesquisa de um jornal que tem como propósito retratar a luta dos camponeses e dos trabalhadores do campo em geral, além de retratar que daria uma concepção passiva, o jornal *Liga* serviu como um constituinte da luta, isto é, um componente de ação e reflexão e serviu de base para a divulgação de um movimento, de formas e bandeiras de luta.

Nos termos colocados por Carlos Vesentini, que propõe uma reflexão sobre o jornal enquanto documento/memória, destaca que os jornais "expressam práticas políticas, lutas políticas, sendo a consubstanciação de práticas e práxis de sujeitos concretos" (apud Gonçalves Pereira, 2001, p. 12). Na verdade, o autor está chamando a atenção para o jornal enquanto objeto de estudo que reflete a práxis de sujeitos

³⁴ Uma noção de "imprensa militante" é registrada na dissertação de Cavalcante de Souza: Campo e Palavras - Dimensão da Questão Agrária no Ceará (1954-1964). Ainda que a autora não conceitue o termo e utilize também os termos imprensa libertária e imprensa dos trabalhadores, fica entendido no decorrer da sua pesquisa que a imprensa militante é a que trata dos aspectos da vida dos camponeses e operários e que faz parte de um projeto maior servindo como instrumento organizativo, doutrinário e pedagógico de inserção política de classe.

Um outro termo é de "imprensa popular alternativa" trabalhado por Cassol (2010). Todavia, faremos uma ressalva em relação ao uso do termo para não fazermos uma análise com categorias extemporâneas, uma vez que o autor trabalha com periódico atual (anos 2000), mas o que nos interessa são as partes constituintes da construção do termo como a noção de "imprensa alternativa" caracterizada como uma imprensa que busca oferecer uma alternativa à grande imprensa ou imprensa de referência.

concretos na elaboração de textos nada neutros, uma vez que estamos trabalhando com jornais colocados na esfera de um jornal militante, de um constituinte de luta.

A discussão sobre neutralidade na imprensa de uma forma geral, abre um franco de debate, justamente no que difere a chamada grande imprensa e a imprensa dos trabalhadores. Cassol (2010), observa que a objetividade da imprensa ou dos jornalistas já tinha sido colocado em xeque, pelas próprias teorias que tratam da questão, mas que, no entanto, o discurso da objetividade (ou paradigma, como coloca o autor), é utilizado como forma de legitimação para a conquista de leitores e anunciantes na ocultação de interesses empresariais na chamada grande imprensa (CASSOL, 2010, p.18). Abordando outros aspectos do jornalismo e da imprensa e com isso ampliando as finalidades da imprensa de uma forma geral, o autor supracitado elenca as potencialidades do jornalismo e relata com base em Gomes (2009) que o jornalismo é um sistema profissional com discursos da atualidade.

Tavares de Almeida, ao retratar a importância do jornal na circulação de ideias de uma intelectualidade nascente de esquerda e da consolidação das Ciências Sociais, enfatiza o quanto necessário em publicar em jornais em um contexto em que as Ciências Sociais não tinha um lugar cativo nas Universidades (nesse caso estamos falando de antes de 1930). A partir de 1950 o ISEB³⁵ e os intelectuais da USP escreveram e publicaram com frequência na imprensa, segundo a autora.

Sobre as publicações do ISEB e da USP em relação aos seus objetivos nos relata a autora:

"Para os participantes do ISEB era fundamental tratar de comunicar-se com a cidadania ilustrada, com as diferenças políticas e, especialmente, com as elites governantes e com os dirigentes e quadros técnicos das agências públicas. Por essa razão a imprensa constituía um instrumento privilegiado - mas não o único- de divulgação maciça da sua sociologia "em mangas de camisa", que se afirmava não acadêmica e que justificava sua existência em termos da capacidade de autoconsciência da nação e ferramentas de domesticação da política pelo conhecimento e pela razão.

Para os sociólogos da USP, a imprensa era um dos lugares da atividade extra-acadêmica, fosse ela manifestação da opinião individual sobre a política prática ou adesão a campanhas cívicas - como a defesa da escola pública. Nos dois casos, atividades só indiretamente relacionadas à "profissão" de cientista social acadêmico" (ALMEIDA, 1992, PP.15-16).

Como percebemos nessa citação de Tavares de Almeida, embora a finalidade do ISEB seja a divulgação das pesquisas do campo das ciências sociais, ela se dá de maneira elitista, já que o seu público alvo é a elite ilustrada e os governantes.

³⁵ Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), órgão autônomo criado na metade da década de 1950 vinculado ao Ministério de Educação e Cultura, com o intuito de realizar pesquisas e divulgação das Ciências Sociais

No que podemos nos referir a uma imprensa que venha em oposição a chamada imprensa empresarial, grande imprensa ou até mesmo a imprensa de referência, Pereira, caracteriza a esse tipo de imprensa de "imprensa popular", como bem fica explicado nessa citação:

"Nesta época [pré-64], essa imprensa de oposição ao modelo capitalista era chamada de "imprensa popular". Destacam-se nesse período os jornais vinculados às organizações nacionalistas de esquerda, a partidos políticos, às emergentes Ligas Camponesas e aos setores progressistas da Igreja Católica. O líder camponês Francisco Julião, então deputado federal, mantinha o jornal *Ligas* (sic). O também deputado federal Leonel Brizola comandava o *Panfleto*. Os padres dominicanos de São Paulo publicavam o semanário *Brasil Urgente*, enquanto uma dissidência do PCB imprimia o *Classe Operária*" (PEREIRA apud CASSOL, 2010, P.36)

Em relação à citação acima, temos algumas considerações e algumas ponderações. Acreditamos que o termo mais adequado ao se referir a Francisco Julião³⁶, ao invés de líder camponês, seja o de líder dos camponeses, pois mesmo ainda que tivesse origem do campo, não tinha origem camponesa (AGUIAR, 2010). No entanto, o mais importante nessa citação são as referências de alguns periódicos ditos pelo autor como imprensa popular, entre eles o jornal *Liga* que atuavam no pré-64. Esses jornais tinham o papel de servirem como divulgadores do ideário dos grupos no qual faziam parte.

O papel do jornal militante se manifesta nos mais variados segmentos ideológicos e de matizes diferenciadas, tanto na ação quanto no discurso, como exemplo o trabalho de Braga, sobre a imprensa anarquista nas primeiras décadas do século XX e mais especificamente sobre a atuação política do gráfico Pedro Motta que editou e escreveu nos periódicos *Voz do Gráphico* (CE - 1920- 1922), *O Combate* (CE - 1921) e *A Plebe* (SP - 1917- 1951).

Sobre a atuação de Pedro Motta na imprensa libertária e a importância desse tipo de imprensa nos esclarece Braga:

"Suas ações na imprensa e nos sindicatos de resistência fazem parte de um mesmo projeto: a imprensa alimenta a movimentação social e as ideias correntes, afirmindo a perspectiva do sindicato como escola; e a luta alimenta a imprensa, desde a prática e experimentação do pensamento dando substância às ideias defendidas nas páginas dos jornais. Palavra e ação em sintonia. A pedagogia da militância se faz na luta e no jornal, nas associações, nos *meetings*, nas greves, nas conferências" (BRAGA, 2013, P.79).

³⁶ Sobre a trajetória de Francisco Julião ver: AGUIAR, C. **Francisco Julião - uma Biografia.** (2010) e PORFÍRIO, P. F. A. "De Pétalas e pedras: A Trajetória de Francisco Julião" (2013)

Nos deteremos em algumas observações desse excerto de Braga, que vai de encontro com o que estamos propondo em analisar nesse capítulo, isto é, a composição de um jornal militante e sua importância na luta e, mais ainda, na configuração do jornal *Liga* enquanto um jornal militante. Braga, destaca a relação de reciprocidade da imprensa militante com o movimento no qual faz parte (nesse caso o autor está se referindo ao sindicato de resistência anarquista no contexto da década de 1920), mas podemos fazer um paralelo com a imprensa militante e as outras organizações como partidos e movimentos sociais. Continuando, o autor destaca que o sindicato (movimentos sociais, partidos) é visto como uma escola e sua luta alimenta a imprensa e vice-versa criando uma sintonia entre palavra e ação, criando uma pedagogia da militância³⁷ O jornal *Liga* pode ser entendido como um jornal militante que através dessa 'pedagogia da militância' (Braga, 2013) ou através do "proselitismo" (Julião, 1962), buscava em suas páginas fomentar a criação de novas Ligas Camponesas e, mais ainda, fomentava a luta dos trabalhadores do campo, do campesinato.

Na edição do jornal *Liga* de 06 de novembro de 1962, o caráter pedagógico do periódico fica evidenciado quando relata que:

"Como todos sabem, o movimento camponês do Brasil ainda não penetrou em todos os recantos do país. É necessário que se ensine o camponês a se organizar. O jornal "Liga" tem o dever de esclarecer o homem do campo sobre este problema, ensinando como deve ser organizada uma Liga Camponesa. Mostrando que os camponeses de um município, de uma vila, de um sítio ou de uma grande fazenda devem reunir 40 ou 50 companheiros de trabalho em uma casa ou mesmo debaixo de uma árvore, e entre si escolher um presidente, um secretário e um tesoureiro por aclamação, ou seja, quem tiver de acordo que fulano seja presidente, que levante o braço. Assim será feito com os outros membros da diretoria." (LIGA, novembro de 1962, nº 5, p.03)

Nesse trecho do jornal *Liga*, percebemos o passo a passo da formação de uma Liga Camponesa, servindo como uma espécie de cartilha ou manual em seu intento pedagógico, assumindo um "dever de esclarecer o camponês". O que nos chama a atenção também, é a linguagem coloquial do jornal, que provavelmente era um método de por em termos simples³⁸ as demandas do campesinato, além de criar um canal direto de entendimento do que estava sendo proposto pelo jornal.

O jornal *Liga* no quadrante de análise enquanto um jornal militante, pode ser entendido enquanto um jornal que tratava do cotidiano do campesinato em sua luta, bem

³⁷ Proselitismo: no termo utilizado por Julião em 1962

³⁸ Vale lembrar que a linguagem coloquial e simples é uma das características marcantes do meio rural e dos trabalhadores do campo. Portanto um jornal, cujo objetivo era falar para e sobre o camponês (não somente o camponês, mas os trabalhadores em geral e os estudantes) a linguagem coloquial era a mais adequada

como, os trabalhadores urbanos e os estudantes, trabalhando com o aspecto organizacional no fomento das Ligas, discorrendo sobre a conjuntura, *pari passu* em que defende melhores condições de vida e trabalho para o campesinato, denuncia a violência praticada contra esses trabalhadores, ao passo que, defendia a proposta da reforma agrária radical. Por ser um jornal militante, servia como uma resposta aos veículos de comunicação que defendiam os interesses do grande capital, portanto era, como muitos outros jornais com o cariz militante (ou jornal dos trabalhadores, de esquerda, de resistência, libertário), um porta-voz das classes trabalhadoras e um contraponto da imprensa empresarial. As respostas do *Liga* à grande imprensa ficavam registradas na seção "o outro lado da história" que posteriormente mudaria o nome para "imprensa anti- popular".

2.2- Os Jornais Militantes de Base Marxista

Aqui faremos um rápido percurso sobre algumas construções teóricas da imprensa e do jornalismo por alguns autores marxistas, isto é, quais as definições do papel do jornal para a imprensa da esquerda marxista.³⁹ A escolha de tratar das definições da imprensa por autores marxistas, se justifica devido a aproximação ou identificação ideológica do jornal *Liga* com esse ideário, como veremos mais adiante quando o jornal vai propagandear as revoluções de cunho ideológico marxista em suas páginas.

No bojo dos acontecimentos políticos e econômicos da Alemanha entre 1848 e 1849, Marx⁴⁰ e Engels vão editar o jornal *Nova Gazeta Renana*⁴¹ (Neue Rheinische Zeitung), nesse jornal eles tecem as crônicas revolucionárias e impulsionam a classe operária na revolução democrático-burguesa alemã. Sobre o papel de Marx e Engels no *Nova Gazeta Renana*, aborda Gorender:

"Marx e Engels, em particular, assim que surgiu o movimento revolucionário na Alemanha, imediatamente se transferiram da França para o seu país natal. Passaram a atuar, não como membros da Liga dos Comunistas, que não tinha organização e suficiente estrutura para dirigir um movimento tão grande como aquele, porém como membros do movimento democrático-

³⁹ Somente para efeito de esclarecimento, como bem nos lembrou Fraga: "A caracterização como "marxistas e de esquerda" visa um critério mais abrangente, pois toda revista [ou jornal] marxista é de esquerda, mas nem toda revista de esquerda é marxista. O critério, portanto, não é o doutrinário estrito. Mas sim o da relação teoria-prática, ou seja, considerar os periódicos que cumpriram um papel de intervenção, influência e formação na política e na cultura do pensamento da esquerda socialista no Brasil" Fraga, D. P. "Revistas Marxistas e de Esquerda no Brasil". Disponível em: file:///C:/Users/extra/Documents/Revistas-de-Esquerda-no-Brasil-P-Denisar.pdf. Acessado em 21.03.17

⁴⁰ As atividades de Marx enquanto jornalista são fundamentais para entender a evolução intelectual desse pensador. Em uma pequena coletânea intitulada "Liberdade de Imprensa" de 1999, traz alguns textos das contribuições de Marx em alguns periódicos. Nessa coletânea temos os seis textos da *Gazeta Renana* de 1842 : " Debates sobre a imprensa e a comunicação"; o seu discurso de defesa publicado na *Nova Gazeta Renana* "O papel da imprensa como crítica de funcionários governamentais", bem como artigos do *Die Presse* e *New York Daily Tribune*.

⁴¹ O nome do jornal *Nova Gazeta Renana*, publicado em Colônia (1848-1849), é uma referência ao jornal *Gazeta Renana*, publicado na Renânia (1842-1843), onde Marx foi redator

popular em curso. Logo conseguiram se assenhorear de um jornal diário, A Nova Gazeta Renana, do qual Marx se tornou redator-chefe. Através das páginas do jornal, Marx comentava os acontecimentos do dia-a-dia e traçava *uma tática e uma estratégia para a classe operária, no processo da revolução democrático-burguesa na Alemanha*⁴²".(GORENDER, 2008, pp.11-12)

Nesse fragmento de texto, grifamos justamente a parte que menciona as táticas e estratégias traçadas e direcionadas para a classe operária naquela conjuntura histórica e revolucionária alemã. Tentando destacar o jornal enquanto um ente político e motivacional da ou para a classe operária em um determinado contexto político. No entanto, vão ser Lênin e Gramsci que trarão para o debate sobre a relevância do jornal enquanto um "organizador coletivo" na intervenção de Lênin ou da prática de um "jornalismo integral", ou ainda, o jornal enquanto um "intelectual coletivo" na contribuição de Gramsci.

Por intermédio inicial no jornal *Iskra*, Lênin vai propor e desenvolver a teoria do partido revolucionário russo no início do século XX (pelo menos até 1903 quando estava na diretoria do jornal). E foi nesse mesmo jornal, na edição número 4, que Lênin vai escrever o texto "Por Onde Começar?", justamente sobre a importância do jornal enquanto constituinte revolucionário, organizacional e doutrinário do partido.

Sobre a importância do jornal nos relata Vladimir Ilitch Lênin:

"Enfim, aqui necessitamos absolutamente de um jornal *político*. Na Europa moderna sem um órgão de imprensa política é inconcebível um movimento ser chamado político. Sem um órgão de imprensa política é absolutamente impossível cumprir o dever de concentrar todos os elementos de descontentamentos de protesto político, de fecundar com estes o movimento revolucionário do proletariado. Demos o primeiro passo, despertamos na classe operária a paixão pelas "denúncias" econômicas de fábricas. Devemos completar o passo seguinte: despertar em todos os estratos do povo mais ou menos consciente a paixão pela denúncia política. Se as vozes que se levantam para desmascarar o regime são hoje tão débeis, raras e tímidas, não devíamos ficar impressionados. Isso não se deve a resignação geral ao arbítrio policial. É devido ao fato que homens capazes de fazer as denúncias, e, portanto, fazê-las, não tem uma tribuna no qual possam falar, não tem um público que escute e aprove apaixonadamente os oradores; ao fato destes não verem de nenhuma parte do povo uma força a qual valha a pena

⁴² Grifo nosso

dirigirem-se para protestarem contra o "onipotente" governo russo." (LÊNIN, 1901)

Nesse fragmento do texto " Por Onde Começar?", escrito nos idos do primeiro ano do século XX, Lênin clarifica o que ele entende como a importância do jornal. Na tarefa de organização da classe trabalhadora, o autor enfatiza, até com uma certa veemência, a relevância do jornal como componente político de organização. O mesmo vai registrar em uma outra passagem do texto que a missão do jornal não se restringe à propagandista e agitador coletivo, mas sim a um "organizador coletivo"

Sônia Serra, no seu texto sobre o jornal comunista *O Momento* da Bahia na década de 1950⁴³, faz um panorama da contribuição de Lênin sobre o papel do jornal, após a III Internacional Comunista de 1919 em seu II Congresso em 1920. Segundo autora, é a partir desse Congresso que a visão de Lênin sobre a imprensa vai se edificar e ser seguida pelos demais partidos comunistas filiados a III Internacional. No item 13 do capítulo II (do II Congresso da III Internacional), faz uma avaliação e uma denúncia em relação aos jornais operários dos países capitalistas que sob a égide enganosa da liberdade e da igualdade, persegue os jornais operários. Ainda sobre a resolução da imprensa no segundo Congresso que denuncia os ataques aos jornais do operariado e busca uma solução contra esses ataques, Lênin afirma que:

"Para lutar contra isto, e possibilitar ao proletariado uma informação revolucionária, além dos panfletos clandestinos, os partidos comunistas devem criar "um novo tipo de periódico visando a sua difusão maciça entre os operários... publicações legais que, sem chamar-se comunista e sem dizer que pertencem ao partido, aprendam a utilizar as menores possibilidades legais"
(LÊNIN apud SERRA, 2007. P.09)

A autora também relata que após esse Congresso, os jornais partidários deveriam publicar as decisões da III Internacional e seu Comitê.

"Dizer a verdade é revolucionário" essa frase era o lema do jornal *L' Ordine Nuovo* em que Antonio Gramsci foi redator -chefe e articulista⁴⁴ de 1919 até 1924. No entanto esse lema só vai ser adquirido pelo jornal em 1921 quando vai se tornar o porta voz do recente criado Partido Comunista Italiano. Posteriormente é fundado o jornal *L'Unità* (jornal que pregava a unidade entre os operários e camponeses).

A fundação do jornal *L'Unità* se insere no contexto do II Congresso que foi citado acima. Primeiramente, por ser um jornal cuja fundação foi orientada pelos

⁴³ Serra, S. " Jornalismo Político dos Comunistas no Brasil: Diretrizes e Experiências da "Imprensa Popular" (2007) in Anais do II Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política. Disponível em http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2011/01/gt_jmp-sonia.pdf. Acessado em 20.03.2017

⁴⁴ Já em 1915, Antonio Gramsci começa as suas contribuições em periódicos entre eles temos o *Avanti!* (jornal turinense onde escrevia de assuntos voltados para a cultura e o cotidiano com poucas intervenções sobre política). Escreve um único volume de uma revista chamada *La Città Futura* (com temas mais gerais), bem como, no *Grido del Popolo* (LEPRE, 2001)

dirigentes da Internacional e, também, pelo fato de adquirir características do novo tipo de jornal preconizado nas resoluções do II Congresso. Por exemplo, nessas novas características era orientado que o jornal não precisava se referir ao partido, bem como, ampliar o conteúdo do jornal e publicar outras tendências ideológicas como a anarquista (LEPRE, 2001).

No que se refere a esse novo aspecto do jornal partidário filiado a III Internacional, assim como, a participação de Gramsci na fundação do jornal, nos clarifica Aurélio Lepre:

"A Internacional Comunista decidiu finalmente que o melhor destino para Gramsci seria Viena. Lá poderia não só manter os contatos com Moscou e Itália, mas também acompanhar o nascimento de um novo jornal cuja fundação fora decidida pelos dirigentes da Internacional. (...) O novo jornal deveria ser redigido de maneira que sua dependência do partido não aparecesse muito claramente: deveria publicar alguns escritos anarquistas, republicanos e sindicalistas e emitir opiniões que parecessem desinteressadas e "científicas". Gramsci propunha como título *L'Unità*: unidade não apenas política, entre operários e camponeses, mas também territorial, ou seja, como uma das aspectos da questão nacional" (LEPRE, 2001, P. 67)

O jornal partidário nesse contexto específico narrado por Lepre, vai assumir tarefas para além das circunscrições do partido, aumentando o seu público de interesse em uma clara tentativa de massificar o seu conteúdo ideológico.

Nessa interpretação do periódico aumentar o seu raio de ação, Gramsci vai elaborar o que ele chamou de "jornalismo integral":

"JORNALISMO INTEGRAL. O tipo de jornalismo estudado nestas notas é o que poderia ser chamado de "integral" (num sentido que, no curso das próprias notas, adquirirá significado cada vez mais claro), isto é, o jornalismo que não somente pretende satisfazer todas as necessidades (de uma certa categoria) de seu público, mas pretende também criar e desenvolver estas necessidades e, consequentemente, em certo sentido, criar seu público e ampliar progressivamente sua área." (GRAMSCI, 1982, P.161)

A definição acima é bem conhecida e bastante citada, e nos tráz aqui uma clareza maior do que se entende por ampliação da área de atuação do periódico militante ou partidário. Lembremos o jornal *Liga*, que originalmente seria um jornal discursivamente voltado para as demandas do campesinato, mas que amplia o seu raio de atuação ao buscar o diálogo com outros setores da sociedade como o operariado, os estudantes, a Igreja, entre outros, no constructo de uma união operário camponesa (LIGA: "Avança a união operário-camponesa", 09/10/1962, p.01)

O jornal *Liga* em sua atuação jornalística e política de 1962 a 1964 se insere na caracterização de um jornal de esquerda e marxista, não somente pelo fato de ser um movimento que pregava a reforma agrária radical e tinha em Cuba um modelo de revolução, mas pelo fato de no decorrer de suas matérias o seu conteúdo revela tal identificação e filiação. Somente pra citar alguns exemplos, vejamos os títulos das seguintes matérias: (LIGA: "Carta convoca Congresso de apoio a Cuba", 09/10/1962, p. 01); (LIGA: "Lutas de classes no Brasil", 09/10/1962, p. 03); (LIGA: "História das lutas sociais no Brasil", 16/10/1962, p. 04); (LIGA: Padre Alípio diz a jornal goiano que revolução vem, mas na marra, 11/12/1962, p. 03). Provavelmente, somente com alguns títulos de matérias do jornal é possível que não tenhamos uma compreensão mais concreta do periódico em sua filiação marxista, mas no decorrer da pesquisa, principalmente no próximo item, onde discutiremos a formação e a atuação do jornal *Liga* e, também, no terceiro capítulo onde analisaremos o plano discursivo da defesa da reforma agrária radical nas páginas do periódico e a influência cubana nessa defesa.

2.3 A formação e atuação do jornal *Liga* (1962-1964)

Com sede na rua Alcindo Guanabara, número 15 (sala 1002), surgia no Rio de Janeiro, no dia 09 de outubro de 1962, o periódico *Liga*, fundado por Francisco Julião, cujo objetivo era dar sustentação política e projetar nacionalmente o movimento das Ligas Camponesas. Além da sede do Rio de Janeiro, o jornal vai inaugurar sucursais em algumas capitais, tais quais: no Recife (Av. Rio Branco, 155 - 1º andar); em João Pessoa (Rua Duque de Caxias, 129) e, posteriormente em São Paulo (Av. Ipiranga, 1100, conjunto 141). Tendo no seu início Francisco Julião como diretor do jornal e Antônio Avertano Barreto da Rocha⁴⁵ como editor-chefe.

O jornal circulava semanalmente. O formato ou diagramação do jornal *Liga* era bem semelhante aos jornais que circulavam em território nacional. Diagramado em colunas impressas em preto e branco, trazia o título *Liga* em branco dentro de um retângulo vermelho. A partir da data simbólica de 1º de maio de 1963 (edição número 28), trazia o lema: "Ou Ficar a Pátria Livre ou Morrer Pelo Brasil", do Hino da Independência (AGUIAR, 2014).

Em relação aos seus textos, possuía uma linguagem clara, direta e coloquial, com apelos ideológicos que identificavam o movimento das Ligas Camponesas.

O jornal *Liga* se insere em um contexto de um periódico alternativo tanto em relação aos jornais de direita, quanto aos jornais de esquerda, como demonstra Pedro Porfírio:

"A **Liga**⁴⁶ era um dos poucos semanários alternativos [...] Além dele que mal nascia, o partidão editava o reformista **Novos Rumos**, sob a direção de Mário Alves; os nacionalistas gravitavam em torno de **O Semanário**, outra grande trincheira dirigida por Oswaldo Costa [...]. **O Hoje**, que funcionava como

⁴⁵ Antônio Avertano Barreto da Rocha foi um líder estudantil e jornalista do Recife e membro da Aliança Operário -Estudantil- Camponesa, convidado por Julião para participar do jornal (AGUIAR, 2014)

⁴⁶ Grifo conforme o original. Todas as palavras em negrito dessa citação foram grifadas pelo autor.

diário do partidão sob direção de Coelho da Graça, deixou de circular depois das eleições de outubro [1962] e **A Classe Operária** do PC do B, só iria para as bancas depois" (PORFÍFIO, 2004, P. 138)

Na primeira edição em 09 de outubro de 1962, cuja manchete era "*Avança a união operário-campesina*", Francisco Julião vai escrever um editorial publicado na capa do jornal, que pode ser interpretado como o manifesto do periódico, eis a reprodução desse manifesto, que embora seja uma citação longa, se justifica pelo teor da sua importância na caracterização do jornal e de seus objetivos:

"Diante da gravidade dos problemas sociais e da sucessão de crises políticas aguça-se o interesse do povo em conhecer as causa e razões dessa situação. Em consequência, um número cada vez maior de brasileiros começa a participar do processo político, com uma visão mais clara de suas implicações econômicas e de classe. Essa legião de descontentes e inconformados é necessário arregimentar, unir e dinamizar para a luta libertadora. Com esse objetivo, para ajudar nessa grande tarefa, surge esse jornal.

O seu título representa um compromisso, A LIGA é um prolongamento e um resultado dos imensos sacrifícios dos pioneiros da luta camponesa, no Brasil, principalmente no Nordeste. Sacrifício de heróis e patriotas anônimos que começaram vencendo o egoísmo, depois o medo e, por fim o preconceito para se entregarem a catequese e ao serviço dos seus irmãos. Enfrentando, passo a passo, a injúria, a discriminação, o despejo, a prisão, o espancamento, as balas, a morte.

A eles a nossa primeira homenagem. Aos muitos companheiros cujas virtudes tão bem se representam em um Zé da Galileia - o abnegado lutador; e em João Pedro Teixeira - o valoroso mártir da nossa causa.

Agora, já não é apenas, Ligas Camponesas. A ponte se constrói, a aliança se estreita, entre a cidade e o campo. É hora da Aliança Operário- Camponesa, reforçada pelo concurso dos estudantes, dos intelectuais revolucionários e outros setores radicais da população. É a hora da Liga.

A LIGA, como um instrumento dedicado a forjar a solidariedade de todos os oprimidos e injustiçados. A realizar, em definitivo, a libertação nacional e social da Pátria e do Povo.

[...]

A realizar a *Reforma Agrária Radical*⁴⁷ para a redenção de quarenta milhões de camponeses sem terra ou de pouca terra, a quem o latifúndio esmaga, atrasando o Brasil.

[...]

A contenção do movimento popular tem sido pedida em nome de uma frente única que tem tido como consequência a renúncia das classes trabalhadoras em dirigir o processo histórico brasileiro. A tarefa histórica das massas operárias e camponesas não é a de se atirarem à luta, de empenharem o seu sofrimento para que um setor da burguesia substitua a outra no poder, mas sim a de se unirem para liquidar todo o sistema de dominação.

[...]

Ao iniciar a sua tarefa, a LIGA proclama a confiança inabalável do Povo Trabalhador, único meio de resolver os imensos problemas da atualidade, agravados com a ambição e a falência das classes exploradas, OU FICAR A PÁTRIA LIVRE OU MORRER PELO BRASIL!" (JULIÃO in LIGA, 09.10.1962, n° 01, P.01)

Esse foi o manifesto de lançamento do jornal Liga escrito no editorial por Francisco Julião. Podemos destacar alguns elementos, entre eles logo no início é colocado que a tarefa do jornal é arregimentar a classe trabalhadora em unidade para uma luta libertadora. Em seguida é lembrado e reverenciado os grandes líderes das Ligas nordestinas que servem de inspiração para prosseguir na luta. É feito também uma análise de conjuntura e reforçado a intenção do jornal em unir camponeses, operariado, estudantes e intelectuais revolucionários em busca da libertação nacional e social. No entanto, gostaríamos de frisar dois pontos desse editorial/manifesto. O primeiro ponto se refere ao posicionamento do jornal em defender, já na sua primeira página, a bandeira da reforma agrária radical, visto, naquela quadra histórica, como uma condição *sine qua non* para acabar com o atraso provocado pelo latifúndio. O segundo ponto, que na verdade dialoga e é um desdobramento do primeiro, se refere à crítica da chamada frente única percebido nesse editorial como uma renúncia da classe operária e camponesa de dirigir o processo histórico brasileiro.

Ainda falando sobre a estrutura do periódico, o seu corpo editorial, de articulistas e de colaboradores era formado pelos seguintes nomes: José Pessoa, Wanderlei Guilherme, Ferreira Gullar, Jânio de Freitas, Cláudio Bueno Rocha, Zuenir Ventura⁴⁸ e Luciano Martins, bem como os colunistas, Francisco Julião, Pedro Motta de Barros, Heliodoro Albuquerque, Eulália Vieira, Manoel de Jesus, Padre Alípio de

⁴⁷ grifo nosso

⁴⁸ Em correspondência eletrônica com o autor após um pedido de entrevista, Zuenir Ventura negou a sua participação no jornal Liga. Afirmou que nunca colaborou com o jornal, mas que o engano se justifica pois Francisco Julião ficou um tempo em seu apartamento antes de se exilar no México.

Freitas, Padre Aluísio Guerra, Wânia Filizola, Pedro Porfírio Sampaio, Carmem da Silva, Inácio Cava e Floriano Silva, além de colaboradores das sucursais.

Um acontecimento narrado por Clodomir de Moraes⁴⁹, relata uma mudança no corpo editorial do jornal *Liga*. Segundo Moraes (2012), devido a insatisfação do setor armado com as eleições de 1962⁵⁰, isto é, com os candidatos das Ligas, entre eles a candidatura de Julião (diferentemente o que trata o próprio jornal), obrigam o mesmo a dissolver o movimento Tiradentes e expulsar seus participantes (noticiado na edição de 30 de outubro de 1962 do jornal *Liga* citado por Moraes) e a mão armada dominam o jornal⁵¹

No caso em tela, o biógrafo de Francisco Julião, Claudio Aguiar, menciona que a primeira crise do jornal, que acarretaria na mudança de seus colaboradores, já se deu no quarto número do jornal (justamente a edição de 30 de outubro de 1962 que preconizava o fim do Movimento Tiradentes⁵² e a expulsão de parte de seus integrantes (do setor político). Essa crise se caracterizava pelas divergências do setor político e do setor armado das Ligas na condução do editorial do jornal. Aguiar vai utilizar como fonte uma entrevista com Antônio Avertano, onde o mesmo relata para o autor sobre as divergências na direção do jornal e do movimento como um todo. Essas divergências teriam como ignitores, os boatos sobre a má utilização de supostas verbas do governo cubano destinadas as Ligas Camponesas por Clodomir de Moraes e seus seguidores mais próximos. Avertano teria viajado para Recife a fim de prestar contas com Julião. No entanto, Julião saiu em defesa de Moraes com a surpreendente frase: "Clodomir é o sol e vocês são os pirilampos" (AGUIAR, 2014, p. 428-429).

Ainda na esteira das mudanças e divergências no jornal, Aguiar também se utiliza de uma entrevista de Ferreira Gullar à Folha de São Paulo, onde mesmo discorre sobre a sua saída do jornal *Liga* devido à boataria dos desmandos de dirigentes e da predileção de Julião por Moraes.

Com a saída de alguns dos colaboradores do jornal, após as divergências do número 4 do jornal *Liga*, podemos dividir analiticamente com ajuda das informações de Aguiar, da seguinte maneira:

PRIMEIRA FASE DO JORNAL (ATIVISTAS LIGADOS AO MOVIMENTO TIRADENTES)

- Antônio Avertano
- Wanderley Guilherme dos Santos
- Ferreira Gullar
- Cláudio Bueno Rocha

⁴⁹ Moraes in Stédie. 2012. p. 56-57

⁵⁰ Sobre as eleições de 1962, ano de fundação do jornal *Liga*, Bastos relata que Julião estava voltado a campanha política sendo o próprio candidato a Câmara Federal, enquanto outros líderes do movimento se colocam como pretendentes as Assembleias Estaduais. Isso desvia os esforços dos integrantes das ligas, assim como parte dos recursos financeiros, o que acarreta novos descontentamentos internos à organização (BASTOS, 1984, P.103)

⁵¹ Wanderley Guilherme dos Santos, confirma a iniciativa de dissolver o movimento Tiradentes e expulsar alguns dos seus integrantes, o que propiciou o fim de sua colaboração no jornal, no entanto, o mesmo nega a interferência armada. (entrevista concedida ao autor: 29.06.2017)

⁵² O Movimento Tiradentes ou Movimento Revolucionário Tiradentes era um movimento ligado as Ligas Camponesas criado por Julião, no intento de unificar as direções do movimento nacional das Ligas Camponesas.

- Luciano Martins

SEGUNDA FASE (ATIVISTAS LIGADOS À ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DAS LIGAS – OP)

- Pedro Porfírio Sampaio
- Padre Alípio de Freitas
- Adauto Freire da Costa
- Mariano José da Silva
- Ozias Ferreira
- José Hugo Arruda de Paula (irmão de Julião)⁵³

Sobre a direção do jornal Liga no controle da OP (Organização Política das Ligas), no relata Aguiar:

"Essa dissidência entre "ativistas" e "intelectuais" só terminou com a efetiva intervenção de Julião. A solução foi convocar um jornalista experiente para o cargo de editor e criar um conselho de direção formado por membros do movimento político das ligas.

(...)

Diante da crise no jornal, Julião convocou Sampaio para dirigí-lo na condição de editor-chefe. Para ajudá-lo, designou um conselho editorial formado por membros da organização política das ligas: padre Alípio de Freitas, Adauto Freire da Costa, Mariano José da Silva e Ozias Ferreira. A parte administrativa ficou a cargo do jornalista e pintor José Hugo Arruda de Paula, Irmão de Julião," (AGUIAR, 2014, P.431).

Nas considerações de Pedro Porfírio Sampaio em seu livro "Confissões de um Inconformista", o contexto para as divergências era o mais variado possível, desde a conjuntura internacional como a crise dos mísseis em Cuba, quanto a perda de importantes quadros das Ligas Camponesas para o recém- criado PC do B. No que diz respeito a saída de alguns integrantes e a sua posse como redator- chefe relata o autor:

"Os intelectuais que faziam o jornal também se mandaram com o Avertano e o Pessoa, deixando a sua redação acéfala. Não esperaram nem o desfecho da crise dos mísseis, tão forte devia ser a razão da dissidência.

(...)

Por falta de opções, Julião me pediu que salvasse o jornal e o colocasse ao lado de Cuba naquele momento, em que Kennedy, depois de estabelecer um cinturão de encouraçados em torno da ilha, ameaçava desembarcar seus fuzileiros. Nem pensei duas vezes, até porque me sentia muito comprometido com a

⁵³ A citação desses nomes tem apenas o caráter de fazer um quadro amostral a partir das mudanças de colaboradores. Lembrando também, que esse nomes se referem as lideranças políticas do jornal, pois o mesmo era formado por mais colaboradores entre jornalistas e técnicos, como já foi citado.

revolução cubana, a que servia pessoalmente, por 9 meses" (PORFÍRIO, 2004, P.137).

Doravante, o autor vai expor a sua opinião sobre os motivos das divergências na direção do jornal *Liga*, como fica evidenciada na citação a seguir:

"O racha aconteceu, sobretudo, devido à exaustão do processo de preparação da luta armada, que acabou sendo mais uma batalha de Itararé. A cúpula perdeu autoridade junto aos poucos quadros escalados para armar uma estranha insurreição a partir de fazendas compradas para servirem de primeiras locações, nas quais os pretensos guerrilheiros acabavam isolados e entregues ao tédio e à dúvida. Além disso, havia acusações seríssimas sobre desvio de dinheiro. Só em novembro, com a queda de um avião da Varig no Peru eu ia ficar sabendo das razões das divergências brabas" (PORFÍRIO, 2004, P. 138).

É importante registrar, que o nosso objetivo aqui não é expor as fissuras das divergências que ocorreram no início do jornal *Liga*, nem levantar falsas questões. As citações se justificam para documentar a trajetória de alguns dos seus integrantes, principalmente no que concerne a direção política do jornal. E mais importante ainda, já que trata da verve da nossa pesquisa, mesmo com as mudanças ocorridas no jornal, a temática sobre a reforma agrária radical sempre esteve presente (sem mudança do seu conteúdo como foi exposto no manifesto do jornal na sua primeira edição) da primeira edição em outubro de 1962 até o seu precoce fim com a extinção da ordem democrática em abril de 1964.

2.3.1 - A Estrutura do Jornal *Liga*

A ordenação do jornal no que diz respeito às seções e temas abordados, pode ser analisado com o viés de interpretação de um veículo representativo de um movimento do campo que buscava uma relação dialógica com os setores urbanos (operários, estudantes e intelectuais), com um intento de somar forças para promover a superação do sistema de exploração e espoliação no campo.

Como bem relata Aguiar, a estrutura do corpo do jornal, além de espaços destinados aos noticiários do movimento camponês, à política nacional e internacional, possuía várias seções permanentes de interesse de camponeses, como festas religiosas, horóscopo, provérbios do dia, informações sobre agricultura, bem como, o incentivo a literatura de cordel⁵⁴, tendo em Julião um entusiasta, etc.

Como já foi mencionado em linhas anteriores, o jornal *Liga* buscava uma ponte de diálogo com os setores urbanos, sendo assim, as seções do jornal refletiam esse

⁵⁴ Sobre a literatura de cordel é importante destacarmos que a mesma era vista por Julião como um instrumento de divulgação de ideias da luta pela reforma agrária e conscientização da luta camponesa. Em seu texto de 1962, Francisco Julião incentiva a literatura de cordel como uma forma de proselitismo e conscientização. (JULIÃO, 1962; BASTOS, 1984; AGUIAR, 2014)

intento. Enilce Lima Cavalcante de Souza propõe que uma leitura geral do jornal sugere como chave de interpretação que as linhas centrais do jornal se enquadram no internacionalismo, nacionalismo, socialismo e a formação doutrinária, como bem fica explicitado no fragmento a seguir:

"Estes temas perpassam a conjuntura política nacional e internacional, com ênfase no acompanhamento dos países do eixo socialista. Nacionalmente, as conjunturas política, eleitoral, econômica e cultural são amparadas por notícias e análises de questões tocantes a todo o país. As lutas sociais são bem representadas por meio de contribuições locais e de textos historiográficos, sociológicos e de análise política-econômica. Constrói-se assim, em conjunto com as cartas doutrinárias para a formação ideológica de leitores, filiados militantes, um corpo pedagógico rico e importante à investigação e elucidação dos propósitos da Cultura Política de comunistas, socialistas e militantes no Brasil dos anos 1960."(SOUZA, 2011. P. 04 e 05)

No decorrer de suas edições, percebemos que essas linhas centrais vão caracterizando a estrutura do jornal. No que se refere à conjuntura internacional, daremos uma atenção maior a esse tema (principalmente em relação a Cuba), por entendermos a relação tênue existente entre a proposição da bandeira da reforma agrária radical e as experiências de revoluções em âmbito internacional. O que aqui estamos propondo de chamarmos de uma rede de solidariedade internacional (através da força do exemplo, táticas e modelos), no que se trata das reformas agrárias e revoluções socialistas. Sobre os temas centrais observados pela autora, a mesma não mencionou a Reforma agrária radical como um dos temas centrais. Acreditamos que o temário da reforma agrária radical consiste como eixo caracterizador do jornal Liga, além de ser uma proposta ou uma bandeira do movimento das Ligas Camponesas e, consequentemente, do jornal.

Além dos países do eixo socialista que recebiam a devida atenção de cobertura do periódico, vale ressaltar que os países da América Latina (a "Nossa América" como era referida no jornal) também recebiam uma cobertura especial. Notícias sobre Argentina, México, Chile, Venezuela, Costa Rica, Guatemala, e, sobretudo de Cuba (SOUZA, 2011)

Em relação à Cuba, vale registrar que a Liga, tinha na ilha revolucionária, uma inspiração incontestável, um norte, um modelo. Como bem observa Souza:

"Cuba é um capítulo a parte na constituição do temário de A Liga, inclusive por, provavelmente, não ser mera coincidência o "lema irrenunciável de Fidel": Pátria ou Morte, o lema escolhido como amálgama da luta das Ligas Camponesas e subtítulo do jornal. Não só há eminência qualitativa como quantitativa das notícias sobre a ilha latino-americana socialista. O que não é possível observar, quando o jornal se refere e cede igual espaço aos países socialistas da Ásia e do Leste Europeu, faz-se notório

quanto à Cuba: o alinhamento político e ideológico aos ditos cubanos. Desde a organização de um congresso em defesa da autonomia cubana aos discursos de página inteira de Fidel Castro, Cuba tem presença garantida nos números de A Liga, com mais de 80 chamadas" (SOUZA, 2011, P. 04).

Ainda que a influência cubana sobre as Ligas Camponesas seja amplamente documentada pela historiografia, o interessante em destacar no jornal Liga é justamente a materialidade dessa influência, por ser tratar de um documento de memória iconográfica, as inúmeras matérias sobre Cuba e seus líderes torna-se uma materialidade documental. Além do mais, como já nos referimos anteriormente, essa influência, sobretudo após a II Declaração de Havana⁵⁵, servirá como um cabedal teórico e prático para a defesa da bandeira da reforma agrária radical, portanto, é imperativo nos dettermos em sua análise.

Apenas para reforçar a questão da influência cubana sobre as Ligas Camponesas e seus líderes, vale a pena darmos uma olhada nesse fragmento da "Carta de Ouro Preto", onde era lançado em 21 de abril de 1962 o Movimento Revolucionário Tiradentes, com referências a II Declaração de Havana:

""defendo a gloriosa revolução de Fidel Castro e te recomendo, companheiro e companheira, que leias e sigas os ensinamentos da II Declaração de Havana, proclamada a 4 de fevereiro deste ano, naquela cidade livre, perante um milhão e quinhentas mil pessoas. Essa declaração é alta como os Andes, corajosa como Tiradentes, pura como a face da liberdade e generosa como um seio materno. É a constituição dos povos latino-americanos para esta fase de sua história e de suas lutas pela emancipação econômica".⁵⁶

Ainda sobre a o corpo estrutural do jornal Liga, podemos destacar o papel pedagógico do periódico, no que concerne à arregimentação de militantes para o movimento e a formação de novas ligas camponesas.

⁵⁵ Como reação da expulsão de Cuba da Organização dos Estados Americanos (OEA), foi lida na praça José Martí por Fidel Castro em 4 de fevereiro de 1962, a II Declaração de Havana , que lançava as bases do posicionamento cubano contra o imperialismo norte americano, bem como, declarava o potencial revolucionário do campesinato. Essa declaração vai exercer forte influência sobre os partidos e movimentos sociais da América Latina e, sobretudo, no nosso caso, nas Ligas Camponesas. Ao ponto de Francisco Julião registrar um manifesto chamado de "Carta de Ouro Preto", onde divulgava a importância da II Declaração de Havana para os movimentos revolucionários. Sobre a importância da Revolução Cubana sobre os partidos e movimentos sociais brasileiros ver a tese de doutorado: " **O Impacto da Revolução Cubana sobre as Organizações Comunistas Brasileiras (1959-1974)**" de Jean Rodrigues Sales defendida na UNICAMP em 2005.

⁵⁶ Citado por AZEVEDO, 1982, P. 94

Para efeito de uma visão panorâmica dos temas centrais do periódico, elaboramos alguns quadros- síntese⁵⁷ com os principais temas e suas respectivas matérias⁵⁸.

QUADRO-SÍNTESE DE MATERIAS DO JORNAL *LIGA* SOBRE O PAPEL PEDAGÓGICO DE FORMAÇÃO E DIFUSÃO DAS LIGAS CAMPONESAS EM TERRITÓRIO NACIONAL

"Como organizar uma Liga"	06\11\1962 n° 05, p. 03
"Avança no país inteiro, o trabalho das ligas"	06\11\1962 n° 05, p. 03
"A Associação de Lavradores de Barretos ajuda a fazer liga dos camponeses pobres"	06\11\1962 n° 05, p. 03
"Em meio ao terrorismo, nascem as Ligas Camponesas de Mato Grosso"	16\10\1962 n° 02, p. 05
"Bispo da Igreja brasileira funda ligas e quer reformas"	27\11\1962 n° 08, p.04
"Nova liga camponesa em Pernambuco: Bento Velho"	01\01\1963 n° 13, p. 03
"Raimundo BORBOREMA fundou no Acre uma das mais fortes ligas do país"	01\01\1963 n° 13, p. 03
"Posseiros fundarão ligas para defender as terras"	06\03\1963 n° 21, p.03

Como percebemos no quadro acima, embora tenha sido escolhida apenas algumas matérias, é possível detectar não somente o aspecto da importância da fundação das Ligas, como também a sua difusão em território nacional, isto é, para além dos bastiões nordestinos de Vitória de Santo Antão e Sapé. Até mesmo no recém-fundado estado acreano já contava com um núcleo das Ligas Camponesas. No termo fundado por Lênin em 1901, no seu texto "Por onde começar", ou seja, do jornal enquanto um "organizador coletivo", fica evidenciado essa função do jornal *Liga*, que noticiando como fazer uma Liga Camponesa e as novas Ligas que surgem em território nacional acaba criando uma "tentativa" de organicidade entre as Ligas, bem como, em uma outra tentativa, de evitar o isolamento desses novos núcleos. Todavia, como já foi colocado por alguns autores (Aued, 1981; Azevedo, 1982; Bastos, 1984), era justamente a organicidade em escala nacional, uma das grandes dificuldades das Ligas Camponesas.

Um outro papel muito relevante do periódico *Liga*, eram a denúncias de violências contra posseiros, trabalhadores sem-terra, do campesinato de uma forma geral, promovidos pelos latifundiários e pela polícia (braço armado do Estado). Nunca é

⁵⁷ Para elaborarmos esses quadros-síntese, destacamos apenas algumas matérias para efeito de análise e um panorama amostral.

⁵⁸ Além das matérias, nesse quadro específico sobre a formação e difusão das ligas em território nacional, também foram utilizadas cartas dos leitores para o jornal.

demais lembrar, que o acirramento da questão agrária brasileira aflora no final das décadas de 1950 e início da de 1960, aumentando o debate sobre a Reforma Agrária, bem como, a difusão das Ligas e de outros movimentos sociais pelo Brasil afora em suas lutas contra o arcaísmo opressor do campo brasileiro. E, com isso, para combater *o fantasma que rondava os campos*, que os latifundiários usavam da violência contra esses lutadores. O caso do assassinato de João Pedro Teixeira (liderança da Liga de Sapé) em 1962, por capangas do latifúndio (Benevides, 1985) é um dos casos mais emblemáticos de assassinatos de lideranças das Ligas Camponesas (ainda que não seja o único caso).

QUADRO-SÍNTESE DE MATERIAS DO JORNAL *LIGA* SOBRE DENÚNCIAS DE VIOLÊNCIAS CONTRA CAMPONESES

"Terrorismo foi a arma eleitoral do latifúndio"	09\10\1962 n° 01, p. 05
"Pernambuco: sequestrado um camponês"	13\11\1962 n° 06, p. 01
"Grileiros espalham pânico no estado do Rio"	27\11\1962 n° 08, p.04
"Na Bahia Grileiros estabelecem o terror e eliminam camponeses"	04\12\1962 n° 09, p. 03
"Liga de Águas Compridas nasce sub ⁵⁹ ameaça dos latifundiários"	11\12\1962 n° 10, p. 03
"Assassinato de um camponês em plena rua"	11\12\1962 n° 10, p. 06

Nessas matérias selecionadas do jornal *Liga* sobre as denúncias contra os camponeses e suas lideranças, gostaríamos de destacar a matéria "Terrorismo foi a arma eleitoral do latifúndio" (LIGA, 09\10\1962, p. 05). Essa matéria trata da avaliação do jornal do assassinato de João Pedro Teixeira em abril de 1962 e logo após a tentativa de assassinato do seu filho. O jornal avalia que esses crimes foram o início de uma campanha de violência e intimidação para evitar que mais de 40 milhões de camponeses escolhessem pela primeira vez na história do Brasil um representante no Congresso Nacional. O texto segue relatando assassinatos e prisões (entre as prisões consta a do padre Alípio de Freitas)⁶⁰ no contexto das eleições de 1962.

⁵⁹ Conforme o original

⁶⁰ É feito no jornal um trabalho de personificação em uma perspectiva de criar uma imagem identitária e representativa de suas lideranças, quando por exemplo o padre Alípio de Freitas foi preso, no contexto da eleições de 1962, e posteriormente em uma outra prisão, em várias edições eram noticiadas sobre a sua prisão ou eram publicados artigos seus, quase sempre o referindo como "o sacerdote do povo". "Padre Alípio em Liberdade" (A LIGA:13\11\1962, P.01); "Padre Alípio preso pelo IV exército por ordem de Kruel" (A LIGA: 10\04\1963); "Justiça militar endossa farsa de Kruel contra a liberdade do Sacerdote do Povo" (A LIGA: 08\05\1963), entre várias outras matérias. É feito até uma campanha de abaixo-assinado em favor da liberdade de Padre Alípio. Provavelmente o nome mais citado do jornal seja da maior liderança das Ligas Camponesas, Francisco Julião, conhecido no periódico como "o deputado da revolução", "Julião, deputado da Revolução" (A LIGA: 27\11\1962,P.06); "Julião em Brasília vai exigir do Congresso Reforma Agrária Radical" (A LIGA:08\05\1963, P. 01). Além desses dois nomes, se destacam também, Clodomir de Moraes referido no jornal como o " o advogado das Ligas", " Preso e torturado o advogado das Ligas" (A LIGA: 18\12\1962, P.01); "Clodomir Moraes,

Um outro aspecto da violência, esse de raízes históricas, está relacionado com o passado escravocrata, ainda recente (basta lembrar que estamos tratando da década de 1960, portanto menos de um século do "fim" da escravidão). A *Liga* cumpria aqui um papel de denunciar as condições de escravidão, em seus mais variados aspectos. A denúncia assume aqui uma relevância ainda maior, pois está mostrando para os setores urbanos o que acontece no campo e, principalmente, em regiões mais afastadas onde o autoritarismo e truculência dos latifundiários se fazia ainda mais presente. É emblemático o título do texto de Francisco Julião publicado no jornal: "Carta de Alforria do Camponês" (A LIGA, 13\11\1962), nela o autor descreve e denuncia as condições de escravidão do camponês e aponta as possíveis soluções. Em outras matérias do periódico retrata a escravidão: "Mato Grosso: Nordestinos vendidos como escravos" (A LIGA 9/10/1962, p.5). No decorrer de algumas matérias, são noticiadas no corpo do texto as condições de escravidão do campesinato, bem como, outras formas de exploração e espoliação como o cambão, o foro, etc.

A violência era, portanto, um artifício dos latifundiários e da polícia contra os camponeses e suas lideranças. Sobre a conceituação de violência e sua diferenciação do poder, Hannah Arendt, relata que é justamente a desintegração do poder que gera a violência, pois não possui consenso e opinião favorável. Diz ainda que a violência destrói o poder, mas não pode criá-lo (apud GARCIA, 1995, P. 35).

Sobre a cobertura da "Nossa América" no jornal *Liga*, o periódico trabalhava principalmente com a cobertura de movimentos revolucionários, denúncias e sobre a questão do campo, como por exemplo, a luta pela reforma agrária. No quadro-síntese a seguir, teremos uma visão melhor sobre os temas referenciados dos países da América Latina

QUADRO-SÍNTESE DE MATÉRIAS DO JORNAL *LIGA* SOBRE A AMÉRICA LATINA

"Informe da Colômbia: A Frente Unida de Ação Revolucionária"	09\10\1962 n° 01, p. 02
"Exército de Libertação da Venezuela Diz Que Revolução É A Única Saída Contra Betancourt"	16\10\1962 n° 02, p. 06
"Episódio do "Anzoategui" rompe o silêncio de um ano e anuncia: Revolução na Venezuela"	20\02\1963 n° 20. p.01
"Prossegue intensa a luta dos camponeses peruanos"	13\03\1963 n°22, p. 03

advogado das Ligas, na Justiça:Não conduzia as armas indicadas pela polícia ao ser aprisionado" (A LIGA: 09\01\1963). Um outro nome muito importante no jornal era a de Elizabeth Teixeira (retratada no jornal como a herdeira da bandeira de luta do seu marido-mártir, João P. Teixeira), "Elizabeth conduzida a presidência da Liga Camponesa da Paraíba" (A LIGA: 04\12\1962, p.03); "Elizabeth reafirma que lutará até o fim pela causa do seu marido-mártir" (A LIGA: 03\04\1963, P.05).

"No Chile, em agosto, o II Congresso Latino-Americano da juventude"	10\04\1963 n°26, p. 02
"Nossa América Latina luta: Retrato político do Paraguai"	05\06\1963 n°33,p. 04
"Petróleo:"Gorilas"Argentinos acusam Brasil de intromissão"	04\12\1963 n° 57, p.01

Entre as reportagens selecionadas sobre a América Latina, vamos chamar a atenção para as da Venezuela que narram os acontecimentos revolucionários a partir da experiência dos jovens venezuelanos no Estado de Anzoategui, bem como todos os desfechos daquele processo que também foram registrados em outras reportagens como: "Agoniza o governo pró-imperialista da Venezuela: Guerrilhas anunciam que vão derrubar o regime de Betancourt⁶¹" (LIGA: 20\02\1963, P. 06); "Por que luta a Venezuela: Revolução como primeira medida para libertar o país do jugo imperialista" (LIGA: 06\03\1963, P. 04), entre outras. O que podemos nos deter nessas reportagens é que além de registrar os acontecimentos da América Latina, denunciar seu passado colonial atrasado, sua luta contra o imperialismo, a linha editorial do jornal *Liga* estava interessada em registrar os movimentos revolucionários ao sul do rio Bravo.

Vale já aqui destacar, que o jornal não fazia distinção, além do teor e da quantidade, como relatou Souza (2011), entre os "modelos" ou "vias" (lembrando aqui Barington Moore em uma outra perspectiva) da luta revolucionária, isto é, se seguia a linha maoísta, trotskista ou leninista, ou qualquer outra. Podemos também perceber esse fato quando o periódico cobre os países de orientação socialista: China, Cuba, países do Leste Europeu, entre outros, que tinham chegado ao socialismo de maneiras diferentes. São tratados pelo jornal como participantes de um mesmo grupo de países, o grupo de "países revolucionários". Mas como já frisamos anteriormente, o periódico tinha na experiência cubana um modelo a ser seguido. O mais importante para o jornal, pelo menos foi assim que interpretamos os fatos, eram as formas de luta pelos mais diferenciados modelos revolucionários de esquerda. É importante contextualizarmos essa escolha, pois a mesma foi feita em um período de Guerra Fria e, além disso, após a II Declaração de Havana, contra o imperialismo estadunidense e a favor das lutas revolucionárias.

No que diz respeito às colunas do periódico, as mesmas vão sofrer algumas mudanças no decorrer da atuação do jornal. No entanto, algumas permanecem até a sua extinção e ajudam a caracterizá-lo. Como podemos observar no quadro a seguir:

QUADRO-SÍNTESE COM OS NOMES DAS PRINCIPAIS COLUNAS DO JORNAL *LIGA*

Consciência Revolucionária

⁶¹ Rómulo Betancourt, foi presidente da Venezuela nos períodos de 1945 a 1948 e 1959 a 1964

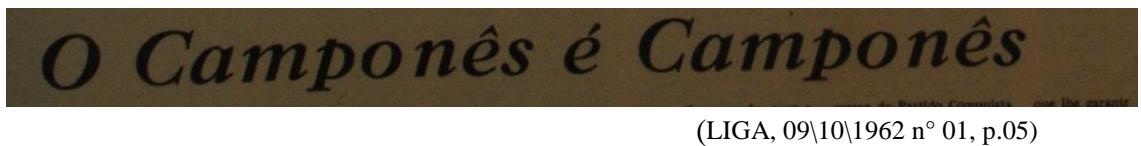
Almanaque Camponês
Do ponto de vista camponês
Do ponto de vista do operário
De fato a fato
Do ponto de vista internacional
Imprensa Popular
Imprensa Anti-popular
Roteiro Sindical
Semana Política
Liga do estudante
Por trás da cortina do dólar
Liga do Leitor
Voz da África
Pelos caminhos do mundo socialista

O conjunto de colunas denominado: "Do ponto de vista do operário"; "Roteiro Sindical" e "Liga do estudante", reforçam o que o periódico vem sustentando desde o manifesto em forma de editorial na primeira edição, ou seja, de uma união operário-camponesa como uma das bandeiras do movimento e do jornal. Já as colunas Imprensa popular, destacando os jornais que se alinhavam com o editorial do jornal, como por exemplo o *Brasil-Oeste* de Mato Grosso. E a coluna Imprensa Anti-popular (a seção era chamada "o outro lado da história" nas primeiras edições) que destaca as matérias da grande imprensa: " Essa seção foi criada com o propósito de revelar aos leitores o outro lado da história: exatamente aquele onde os jornais sonegam, escondem ou deformam" (LIGA: 09\10\1962, P.03).

Como um jornal representativo de um movimento social do campo, a *Liga* buscava a comunicação com os camponeses e os trabalhadores do campo de uma forma geral. Na sua primeira edição do periódico do dia 09\10\1962, na página número 05, tinha um artigo cujo título era "Camponês é Camponês". Era defendido nesse artigo a aliança operário-estudantil-camponesa e buscava fazer uma distinção entre duas ideologias: a operária e camponesa. E, com isso, nesse artigo era argumentado que as ideologias do operariado não podem ser transplantada para o campesinato, e os distinguiam ideologicamente onde o camponês é entendido como aquele que é dono dos seus instrumentos de trabalho e tem a posse da terra, ou possuem o direito de propriedade, ou do aluguel de uma gleba. O texto continua falando das particularidades do camponês, como misticismo, paciência, entre outras. Portanto, segundo esse artigo, o camponês tem que ser visto como camponês e que as estruturas de organização do operariado não eram vistas como adequadas para os mesmos. O que queremos chamar atenção aqui, embora tenha uma certa definição de camponês nesse artigo, durante a trajetória do jornal *Liga*, a conceituação de camponês se mescla com a de trabalhados do campo, quando são noticiadas sobre "greve de camponeses" . " aumento de salários" e "aumento imediato", isto é, o jornal com uma conceituação mais elástica de camponês, ficando, por vezes, essa conceituação em segundo plano, pois a preocupação maior do

jornal e do movimento é abarcar todas as categorias do campesinato, onde o termo camponês assume bem mais uma categoria política do que uma definição estrita de uma fração de classe.

RECORTE DO JORNAL LIGA



Talvez, uma questão que se coloque, é como um jornal pode ter uma comunicação com uma classe social em que possuía uma grande quantidade de iletrados? Quem dá essa resposta é o próprio jornal, quando relata a seguinte orientação:

"A Liga tem como dever lutar para que se resolvam os problemas dos camponeses. Conseguir um advogado, resolver algumas questões de doença, mas que ela seja um órgão de luta dos camponeses.

[...]

Deve ser um dever dos camponeses esclarecidos exigir escolas, ler o seu jornal LIGA⁶², mostrando que os seus problemas só serão resolvidos com a vitória da Reforma Agrária Radical"

(LIGA, 06\11\1962, P. 03)

Grifamos justamente a orientação do jornal para que os camponeses esclarecidos lessem o jornal para os demais componentes das Ligas Camponesas, bem como, exigir escolas para que os mesmos superassem a sua condição de analfabeto.

Antônio Dias Nascimento, em seu texto que trata dos movimentos sociais rurais em retrospecto, tendo como uma das chaves de interpretação as práticas educacionais das Ligas Camponesas e do Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais, relata a importância da didática da luta nas mobilizações de massa e destaca a distribuição do jornal *Liga* como um componente dessa "didática da luta". Assim nos esclarece o autor:

"Assim, diferentemente de reuniões em ambientes fechados, as práticas educacionais da Liga Camponesa se davam no enfrentamento aberto com o latifúndio, nas mobilizações de grandes massas nas capitais do Nordeste e mesmo em outros centros urbanos menos importantes. Embora a grande massa camponesa fosse, em sua maioria iletrada, era feita a distribuição massiva do jornal A Liga, cuja temática dominante era a defesa da Reforma Agrária Radical, ou seja, a extinção pura e simples do latifúndio sem indenizações.

(NASCIMENTO, 2007, p.111)

⁶² Grifo nosso

Nessa passagem do texto de Nascimento, o fato narrado da distribuição do jornal *Liga* como uma forma de difusão da luta camponesa, é aqui bastante esclarecedora pois subsidia a análise dessa comunicação do jornal com a massa camponesa (ainda que o objetivo do jornal seja a ponte entre a luta do campo com os setores urbanos em seu intento de uma união operário-camponesa).

Na esteira das práticas pedagógicas de luta, Nascimento também enfatiza o papel da literatura de cordel, que já mencionamos aqui, mas o autor acrescenta a questão das palavras de ordem enquanto recurso didático. Pois como o mesmo menciona:

"Eram também largamente utilizados os cordéis, abordando os vários aspectos da exploração sofrida pelos camponeses e estimulando-os a aderirem à luta contra o latifúndio, através da Reforma Agrária Radical. A formulação de palavras de ordem era um recurso didático também fortemente utilizado. Dentre essas as mais recorrentes podem ser lembradas: "Reforma Agrária na lei, ou na marra!", ou ainda, "Camponês sem terra, Operação sem Pão, é barriga vazia, tambor de revolução, viva a Reforma Agrária Radical, com Francisco Julião".". (NASCIMENTO, 2007, idem)

Lembremos, uma vez mais, que as palavras de ordem mencionadas acima tiveram um papel fundamental, como marco de posicionamento político, no I Congresso Nacional Camponês, onde era documentada a proposição das Ligas da Reforma Agrária Radical nas declarações finais do referido Congresso. Já a literatura de cordel, é vista aqui muito mais do que uma expressão artística regional, é vista como uma literatura de esclarecimento do camponês. A literatura de cordel e os versos camponeses de uma forma geral eram incentivados e divulgados pelo periódico.

VERSOS CAMPONESES

(de Zé da Roça)

Lavrador, o latifúndio é uma fera tirana éle procura vencer-te da forma mais desumana, com violência êle te fere, com astúcia ele te engana	E assim procura assombrar-te usando a religião mas Deus não castiga o homem que luta pelo seu pão, Deus como pai está contigo, condenando a escravidão
--	---

Êle faz com que a polícia
te processe e te persiga
te ameaça com capangas,
faz fuxicos e tece intriga,
te chama de comunista
e diz que Deus te castiga,

Não ligue essa ameaça,
que vem da boca do padre,
não creias no homem rico
que te tomou por compadre,
que conquistar suas filhas
quer iludir a "comadre".⁶³

⁶³ Jornal A Liga, 20\11\1962, p. 03

No periódico eram destacados na seção "Almanaque do Camponês", aspectos que identificavam e caracterizavam o cotidiano do campesinato, como por exemplo: o santo do dia de cada mês; festas religiosas (a religiosidade é uma característica marcante do campesinato); provérbios camponeses; literatura de cordel; a medicina da roça e, uma seção voltada para agricultura, onde eram noticiadas as culturas de plantio e colheita relacionadas ao mês e a região, como por exemplo:

"AGRICULTURA EM NOVEMBRO

NORTE - No Norte do Brasil terminam nesse mês todo o trabalho de preparo do solo. Planta-se algodão. Colhem-se mandioca, cana-de-açúcar, batatas-doces, abóboras, melancias, melões, mamona. Continua a colheita e o beneficiamento do fumo.

[...]

CENTRO- No Brasil Central ainda se pode plantar milho, cana-de-açúcar, batatas-doces, sorgo, araruta, arroz, gergelim, juta, algodão e café. Colhem-se já batatas e várias frutas, como abacaxis, laranjas, melancias, abóboras, cebolas, alhos e algumas hortaliças, como também cana de açúcar. Semeiam-se e plantam-se mudas de eucalipto" (LIGA, 20\11\1962, P. 03)

Além da coluna "Do ponto de vista do camponês" e da seção "Almanaque do Camponês", o periódico tinha uma seção de cartas dos leitores que se chamava "Camponeses escrevem a Julião". Os principais conteúdos dessas cartas se referiam a formação e divulgação de novas Ligas Camponesas, bem como denúncias de violências e autoritarismo por parte dos latifundiários.

Imagen da capa da primeira edição (09.10.1962)



Fonte: Armazém da memória

CAPÍTULO III

VOZES E LUTAS IMPRESSAS: A REFORMA AGRÁRIA RADICAL NAS PÁGINAS DO JORNAL *LIGA* (1962-1964)

O terceiro capítulo versará sobre a natureza da reforma agrária radical no jornal *Liga* desde a sua fundação em outubro de 1962 até o fim da ordem democrática promovido pelo golpe militar em 1964. Esse capítulo tem como objetivo geral o plano discursivo da reforma agrária radical e, como as Ligas organizadas em vários pontos do território nacional lutavam pela efetivação dessa bandeira, bem como, por melhores condições de vida e trabalho no campo. As questões que serão abordadas nesse capítulo e que servirão como arcabouço argumentativo e analítico são: Por que Reforma Agrária Radical? Por que radical? Radical pra quem? Radical como? Quais são as outras proposições que não sejam radicais à moda das Ligas? Serão analisadas as condições materiais que fomentaram a defesa dessa bandeira de luta, como por exemplo, os aspectos econômicos, políticos e sociais, todos eles abordados do jornal. Em relação aos aspectos econômicos, podemos citar a questão da carestia e a falta de alguns gêneros alimentícios abordados no jornal e apontado como solução dessas questões a Reforma Agrária Radical. Em relação aos aspectos políticos, abordaremos a política do governo João Goulart para o campo, bem como as outras políticas do governo federal (vide a normatização da sindicalização). No que concerne o projeto de Reforma Agrária do governo federal, o mesmo era criticado pela *LIGA*, avaliada pelo jornal como uma reforma parcial e inconclusa. Sobre os aspectos sociais, muitos deles já foram abordados no capítulo II, se referem às condições de vida do campesinato e à urgência de uma Reforma Agrária para a melhoria imediata dessa classe social.

3.1 A *Liga* e seu tempo

O contexto político em que se originou e vivenciou o jornal *Liga* (1962-1964), foi durante o governo João Goulart (1961-1964), ou simplesmente Jango (em um governo que começou com uma tentativa de golpe⁶⁴ para que não fosse empossado e termina drasticamente com outro golpe quando é proclamado um regime ditatorial que teria uma vida longa na história do nosso país), era avaliado pela bibliografia especializada, como um governo de acentuada polarização política, com problemas de ordem econômica, que alguns acreditavam ser também política (como veremos mais

⁶⁴ Após a renúncia de Jânio Quadros em 25 de agosto de 1961, quem deveria tomar posse era seu vice eleito, João Goulart, que na ocasião estava em uma visita a China. Os ministros do Exército, Marinha e Aeronáutica do governo de Quadros, tentaram impedir a posse de João Goulart alegando que o mesmo representava uma ameaça à estabilidade do país. No entanto, organizou-se um movimento de resistência da quebra da legalidade liderado pelo governador do Rio Grande Do Sul, Leonel Brizola, apoiado pelo general Machado Lopes, comandante do III Exército sediado no mesmo estado. Formou-se uma rede de rádios - a cadeia da legalidade- que passou a incentivar, em todo o país, a mobilização civil contra o golpe. Depois de intensas negociações, Jango tomou posse em 7 de setembro de 1961. (REIS, 2014 ,P. 30-31)

adiante) e agitação social. Essa polarização política era caracterizada por uma radicalização tanto de setores de esquerda quanto de direita, que se refletia em vários espaços como sindicatos, movimentos sociais, partidos políticos e sociedade civil organizada.

O jornal *Liga*, desde a sua primeira edição, sempre se posicionou de maneira crítica em relação ao governo federal. Todavia, esse posicionamento crítico se dava de maneira que não personalizasse ou centralizasse a crítica, como era costumaz nos jornais de direita à época como a *Tribuna da Imprensa* e jornal *Globo* (onde até desastres naturais eram atribuídos aos governantes), ele se caracterizava por demonstrar todos os atores sociais e agentes econômicos que protagonizavam uma determinada matéria. As matérias da primeira edição nominadas: "Feijão sobe mais de preço do que os artigos de luxo" (A LIGA: 09\10\1962, p. 02). Essa matéria destacava a visão dos técnicos sobre a carestia atribuindo a sua razão a uma "demanda adicional de alimentos". O texto prossegue criticando essa visão e elege a concentração fundiária como causa do problema da falta de alimentos e aponta a reforma agrária como solução. Já a matéria "Situação política" (A LIGA: 09\10\1962, p. 03) faz um balanço das eleições que acabara de ser concluída no domingo, destacando o poderio econômico das elites para elegerem seus representantes conservadores, bem como, a truculência policial contra candidatos de esquerda. Ressalta que essa situação descrita era por medo da direita contra as chamadas "reformas de base"⁶⁵. Aqui cabe uma observação, as reformas de base vão ser a ponte entre o editorial do jornal e o governo de Jango. Em várias de suas edições o periódico vai ressaltar a importância das reformas (mas pautando o temário, como por exemplo, a reforma agrária), cobrando o seu cumprimento e, num determinado momento, fazendo uma campanha de abaixo-assinado no jornal em favor das reformas (a exemplo que fez pela liberação de Padre Alípio). A crítica mais árdua ao governo nessa primeira edição ficou por conta da seção de cartas (camponeses escrevem a Julião) cujo título era " Ministro da Agricultura mata de fome camponeses"(A LIGA: 09\10\1962, P. 05). Nessa carta reproduzida no jornal pelo leitor que identificado como MLS, acusa o ministro da agricultura Renato Souza Lima de ser um grande latifundiário do sul de Minas Gerais e de ser parente de um outro latifundiário que explora os camponeses com um salário indigno. Ele conclui a carta relatando que enquanto os latifundiários tiverem no poder nada mudará.

Os contornos políticos em torno do "presidente equilibrista" no termo cunhado por Schuwarcz e Starling, se refletiam com as composições das polarizações, tanto à esquerda, quanto à direita, e como essas forças iriam se posicionar em relação às

⁶⁵ Conjunto de reformas, administrativa, agrária, bancária, fiscal, urbana, educacional. Essa reformas preconizadas pelo PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), em forma de emendas constitucionais, como o Projeto 3563/53 (Reorganiza a Administração Federal); Projeto 2119/56 (Dispõe sobre a estrutura político-administrativa da Previdência Social); Projeto 1471/57 (Institui o regime jurídico do trabalhador rural e cria o abona da família rural), entre outras. Com a chegada a presidência as referidas reformas constituíam no plano de governo de João Goulart. (BANDEIRA, 1983)

reformas. Sobre as reformas e o posicionamento das "esquerdas"⁶⁶, nos esclarece Schuwarcz e Starling:

"A situação se complicava com a crescente radicalização das forças que compunham essa coalizão [das esquerdas] que se negavam a negociar, pretendendo aprovar as reformas de qualquer maneira: mobilizando as ruas para pressionar os deputados ou "na marra", como se costumava a dizer, por meio da confrontação direta com o Congresso. Sem acordo, não havia jeito de se aprovar no Legislativo um programa que atingia a base de sustentação do poder na República, tinha viés distributivo de renda e vocação socialmente inclusiva. A reforma agrária avançava sobre o latifúndio e impactava a produção e a renda do campo; a reforma urbana interferia no crescimento ordenado das cidades, planejava o acesso à periferia e combatia a especulação imobiliária; a reforma bancária previa uma nova estrutura financeira sob controle do Estado; a reforma eleitoral poderia alterar o equilíbrio político, com a concessão do direito de voto dos analfabetos - cerca de 60% da população adulta - e aos soldados, e com a legalização do Partido Comunista; a reforma do estatuto do capital estrangeiro regulava a remessa de lucros para o exterior e estatizava o setor industrial estratégico; a reforma universitária acabava com a cátedra, e reorientava o eixo do ensino e da pesquisa para o atendimento das necessidades nacionais" (SCHUWARCZ e STARLING, 2015, p.439-440)

Alguns termos das autoras como "aprovar de qualquer maneira" ou "se negavam a negociar" dão margem para interpretações dúbias. No primeiro caso, pode se referir tanto à pressa, quanto aos termos e a forma que as reformas serão aprovadas. No entanto, a segunda, as autoras deveriam ser mais específicas, talvez não o foram pela abrangência da obra, pois as mesmas reconhecem que as chamadas esquerdas formam um grupo heterogêneo e nem todos os atores sociais desse grupo possuíam as mesmas táticas, opiniões e viés ideológico. Além de transferir as responsabilidades que pertenciam sobretudo ao Congresso e as forças e o compunham para as organizações de esquerda. Cabia aos grupos de esquerda a pressão para que as reformas fossem aprovadas e não a sua aprovação em si. Um outro ponto desse fragmento, se refere as possíveis consequências das reformas que as autoras expõem de maneira esclarecedora, quase didática e como as tais reformas atingiriam a base de sustentação da República devido a sua "vocação socialmente inclusiva", que para os setores conservadores do país

⁶⁶ Sobre a composição das esquerdas no pré-64, Schuwarcz e Starling relatam que o campo das esquerdas era largo, ativo e plural. Nele cabiam comunistas, socialistas, nacionalistas, católicos, trabalhistas, e se acomodavam em partidos associações de sargentos, marinheiros, fuzileiros navais, ou de estudantes, sindicatos e federações operárias ou camponesas, organizações ou grupos revolucionários" (SCHUWARCZ & STARLING, 2015, p. 439)

pode ser interpretado quase como a tomada do "Palácio de Inverno". O que nos ajuda a entender as motivações da resistência de sua aprovação no Congresso e como que os partidos estavam se coligando pró e contra.

As questões partidárias assumiam novas configurações no contexto do pré-64. Temos como exemplo, o caso de antigos aliados como o PSD (Partido Social Democrático) e o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) que eram aliados desde 1945, mas que se afastam durante as eleições de 1962, não formando nenhuma coalizão. Ocorreu uma aproximação do PSD com a UDN (União Democrática Nacional), considerados adversários⁶⁷ políticos no plano nacional desde 1945. Lembrando que o PSD e a UDN surgem no contexto da redemocratização de 1945. Sendo que o PSD foi criado com o intuito de apoio a Vargas, enquanto a UDN teve um claro papel de um partido de oposição a Getúlio Vargas. A partir dessa origem a UDN vai carregar a bandeira do anti-varguismo

Em relação ao tabuleiro político partidário e as composições que se engendravam no agitado decênio de 1960, Moniz Bandeira disserta sobre o tema relatando que:

"O confronto de classes se acentuava, dia-a-dia, tanto nos campos como nas cidades. A inquietação social incumbia-se de polarizar a luta, empurrando as forças partidárias para seus respectivos leitos políticos. O PSD, com raízes predominantemente no latifúndio, tendia a acompanhar seu aliado ideológico natural, a UDN, partido mais representativo da burguesia cosmopolita e da oligarquia financeira, rompendo com o PTB e com o esquema getulista de conciliação de classes." (BANDEIRA, 1983, P. 57).

As eleições de 1962 vão ser fundamentais para a montagem das peças do quebra-cabeça político. O jornal *Liga*, na sua primeira edição, em sua reportagem sobre a situação política vigente avalia que:

"A intensa mobilização dos partidos e candidatos das classes dominantes para as eleições, os termos quase dramáticos em que cada uma das forças eleitorais passou a colocar na campanha e as ultimamente repetidas denúncias (intervenção do poder econômico e policial, exclusão dos analfabetos, etc.) do próprio sistema eleitoral, foram os três aspectos importantes da semana que presidiu as eleições.

Esse três fatos traduzem, respectivamente três situações definidas: 1- A obstinação cada vez maior das classes

⁶⁷ Algumas questões regionais colocavam à prova as divergências entre PSD e UDN. Como bem relata Benevides, em seu texto sobre a Liga Camponesa de Sapé: "As agremiações partidárias polarizadas na UDN e no PSD eram antagônicas, mas quando se tratava da expulsão do camponês da terra, desapareciam totalmente suas divergências. A ação drástica do proprietário, por si só respaldada pela ação policial, recebia sempre a aprovação tácita da corrente política adversária" (BENEVIDES, 1985, P.33). Eis nessa citação um exemplo de solidariedade de classe.

dominantes em usar todos os recursos para impedir que cheguem ao Congresso representantes mais próximos às reivindicações populares e nacionais. 2- O extravazamento na campanha das tensões sociais e da impaciência popular e o consequente pânico produzido por esses sintomas no seio das camadas dirigentes do país; 3- A tomada de consciência das classes populares e de suas forças mais autenticas para a desigualdade de condições em que são colocadas numa luta eleitoral nas circunstâncias em que esta se desenrola no Brasil.

Época de eleição sempre foi uma época de mobilizações de recurso e de esforços, mas eleição nenhuma no Brasil mobilizou tantos recursos e tantos esforços das classes dominantes como essa que acabamos de assistir. [...]. Esse dinheiro [de uma caixinha anticomunista] era distribuído pelo IBAD⁶⁸: cada deputado federal candidato a reeleição que fosse do gosto do IBAD, recebia de saída um cheque de Cr\$ 500 mil cruzeiros. [...]. A única exigência do IBAD: o candidato transformasse a campanha em "campanha anticomunista"" (A LIGA: "Situação Política", 09\10\1962. p.03)

Essa avaliação do jornal sobre a campanha das eleições de 1962 levanta algumas questões relevantes, a situação política descrita se refere à movimentação de subterfúgios para impedir que candidatos ou "representantes mais próximos às reivindicações populares e nacionais" chegassem ao Congresso. Elenca três situações, uma delas se refere à tomada de consciência das camadas populares e o medo das classes dominantes dessa situação. Ainda cita o caso do IBAD, que investia quantias consideráveis para interferir no resultado das eleições.

Na avaliação de Schuwarcz e Starling, as eleições de outubro de 1962 renovaram o Congresso, foram eleitos onze novos governadores sendo que apenas um se posicionava no campo da esquerda, Miguel Arraes. Ainda que Leonel Brizola tivesse conquistado uma votação expressiva (269 mil votos), a correlação de forças no Congresso pouco se alterou. E devido a isso, as autoras consideram que essa composição emitiu um primeiro alerta: de que a aprovação das reformas de maneira moderada e gradual estava no limite e poderia se perder. Um segundo alerta, segundo as autoras, refere-se à participação de organismos extrapartidários para financiamento de campanha como o caso do IBAD era uma demonstração de que o golpismo continuava articulado no país.⁶⁹

⁶⁸ O Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), foi criado ainda no governos de Juscelino Kubitschek, que consistia em arrecadação do grande empresariado nacional e dinheiro estrangeiro com o intuito de combater o comunismo no Brasil.

⁶⁹ op, cit, p. 440

Ainda sobre o tema, Reis vai fazer uma interpretação no sentido de avaliar as condições da concretude e viabilidade do chamou de "reformismo" no bojo do sufrágio de 1962. Assim menciona o autor:

"As eleições de 1962, cerca de um ano após a posse de Jango, que renovaram a Câmara Federal, parte do Senado e um conjunto importante de governos estaduais, evidenciam a força das direitas e da opinião conservadora.

No Congresso, embora a ala nacionalista radical do PTB e os demais partidos reformistas tivessem registrado avanços, o PSD, tradicional aliado de Jango, e a UDN nucleavam a maioria conservadora com o apoio de outros pequenos partidos e de uma ala moderada que existia no interior do próprio PTB" (REIS, 2015, P. 34)

O texto segue descrevendo o cenário e informa que em relação aos governos estaduais, as esquerdas tinham conseguido êxito em Pernambuco e no Rio de Janeiro, mas que tinham perdido no Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais e no estado da Guanabara com Carlos Lacerda.

Um cenário não muito otimista é descrito pelo autor que conclui da seguinte maneira:

"A tradução política das eleições, no que dizia respeito às reformas, poderia ser assim resumida: elas não seriam aprovadas legalmente pelas instituições representativas nem apoiadas pelos governadores dos mais importantes estados" (AARÃO REIS, 2015, P.34)

Todavia, a quem tivesse uma visão diferenciada e até mesmo otimista, é o caso de Moniz Bandeira, que assim descreve o cenário:

"Apesar do volumoso investimento realizado pelo IPES e pelo IBAD, com dólares da CIA, cruzeiros do Fundo do Trigo repassados pela Embaixada dos Estados Unidos e generosos donativos de corporações estrangeiras, para favorecer os candidatos reacionários da UDN, PSD e outras agremiações o nacional-reformismo se avantajou nas eleições de 1962. Miguel Arraes conquistou o Governo de Pernambuco e Brizola obteve excepcional votação para Deputado Federal. O PTB duplicou sua bancada no Congresso" (BANDEIRA, 1983, P. 75-76)

Com a expressiva manchete "Eleição não mudou o Congresso" o jornal *Liga* fazia o seu diagnóstico sob o pleito realizado naquele mês de outubro de 1962:

"Os dados parciais das eleições, já conhecidos, indicam que o próximo Congresso terá composição praticamente idêntica da atual fraudando inteiramente as esperanças populares de formar

na Câmara expressiva bancada de homens comprometidos com a pregação reformista. A fabulosa soma de recursos financeiros empenhada na campanha pelas forças reacionárias aliado ao facciosismo com que foi aplicada a Legislação Eleitoral foram os primeiros responsáveis por esse resultado.

Grande expectativa se centrou nas eleições de 7 de outubro último. A progressiva radicalização dos reclamos populares, provocada pelo desajustamento de uma estrutura econômica arcaica, foi habilmente orientada no sentido de não passar os limites do regime. As reformas de base transformaram-se em bandeiras agitadas por todos os candidatos. Fez-se recair sobre os atuais deputados e senadores toda a responsabilidade pelo descalabro econômico e social por que atravessa o país. Seriam eles os principais obstáculos a que se realizassem as reformas capazes de libertar a nação do domínio imperialista; capazes de libertar os camponeses da exploração do latifúndio; capazes de libertar o operário da opressão do grande capitalista. O Congresso opunha-se, enfim a libertação do povo. A solução estava em mudar o Congresso" (A LIGA: "Eleição não mudou o Congresso", 16\10\1962, P. 01).

As avaliações ainda seguiam com as matérias "Gabinete Comprometido" (A LIGA: 16\10\1962, P. 01) e "Reação perde seus líderes na eleição" (A LIGA: 16\10\1962, P. 03) e "Eleições paulistas" (A LIGA: 16\10\1962, P. 03).

Cabe aqui uma consideração em relação o editorial do jornal e sua cobertura das eleições de 1962. Como percebemos na citação anterior, havia uma certa esperança na mudança do Congresso, motivada sobretudo em relação as reformas. Uma esperança até acentuada quando diz "a solução estava em mudar o Congresso". Julião conseguiu se candidatar, mas outros nomes das Ligas, não. Como é o caso de Elizabeth Teixeira para a Câmara estadual da Paraíba. É importante que se registre que o jornal *Liga* não distingua categoricamente as vias ou formas de luta, isto é, o periódico fomentava todas as formas de luta: greves, ocupações de terra, empates, marchas, o sufrágio e todas as formas de luta insurrecional. Portanto, não era contraditório para o editorial do jornal, a luta via voto ou a revolução (vide a alcunha de Julião no jornal: "o deputado da revolução"). Sua principal bandeira era a reforma agrária radical, dentro dos marcos legais ou via pressão reivindicatória (na marra). No entanto, essa visão da luta eleitoral fica mais evidenciada nas primeiras edições (talvez por ser um período eleitoral), com o decorrer da vida do periódico as outras formas de luta são mais acentuadas, com um ligeiro intervalo para as eleições municipais de 1963. Essa mudança na leitura das formas de luta também pode ser interpretada com as alterações ocorridas na direção do corpo editorial do jornal, como já mencionamos aqui.

3.1.1 - Muita inflação e pouco feijão: urge a reforma agrária?

A conjuntura econômica nos anos em que a *Liga* delineava as suas crônicas da luta campesina em sua interlocução com o meio urbano, não era nada fácil. Período este de alta da inflação, falta de alguns gêneros alimentícios, descontrole dos gastos públicos e dívida externa.

A questão da carestia, principalmente de gêneros alimentícios, é tratada no jornal como um grave problema e que está relacionada com a estrutura agrária até então intocada no país. Temos como exemplo a matéria: "Carestia e Reforma Agrária: Feijão sobe mais de preço que artigos de luxo". O apelo da matéria, justamente tratando de um alimento importante da dieta brasileira, chama a atenção para as causas e a solução mais viável, como bem fica explicitado nas linhas a seguir:

"Com todas as letras, diz assim um artigo da CNI⁷⁰: " Quase todas (as causas dos altos custos da produção agrícolas) derivam, em grande parte, das inadequações da estrutura agrária brasileira, caracterizada pela monopolização virtual da terra em poucas mãos, modo de produção arcaico, e relação de trabalhos anacrônicas. A remoção de tais causas... depende, obviamente, de modificações profundas, que nem todos aceitam, por suas implicações políticas e sociais".

[...]

Em resumo, o latifúndio é a causa fundamental da produção agrícola cara. (A LIGA:"Carestia e Reforma Agrária: Feijão sobe mais de preço que artigos de luxo".09\10\1962, p. 02).

Após essa interpretação das causas da carestia e do alto custo da produção agrícola provocados pelo latifúndio, o periódico aponta o que para ele seria a solução:

"A solução para esse problema não é simples nem fácil. Os **donos da carestia**⁷¹, os pais da pátria, não vão abrir mão de suas vantagens pelos belos olhos de quem não tem terra e quer trabalhar ou apenas para quem precisa de comer e comprar barato.

Somente uma **reforma agrária**⁷² de acordo com as necessidades de cada região do país poderá mudar a situação da carestia da alimentação, fornecendo mais produtos para a indústria, dando mais emprego para o homem do campo e da cidade, diminuindo a pobreza e a carestia em geral.

⁷⁰ Confederação Nacional da Indústria

⁷¹ Grifo conforme o original

⁷² Grifo conforme o original

Uma reforma agrária para valer obrigará o governo organizar o transporte, um sistema honesto de armazéns para os agricultores e democratizará o crédito.

Essas medidas, se tomadas sem a reforma agrária serão apenas medidas paliativas, que tornarão a situação ainda mais grave depois, e resultará numa necessidade mais violenta de mudanças completas, pois é impossível adiar sempre para "o dia de São Nunca", o que todo o país precisa e exige, agora, já com impaciência" (A LIGA: "Carestia e Reforma Agrária: Feijão sobe mais de preço que artigos de luxo" 09\10\1962, p. 02).

Quando aponta a reforma agrária como uma solução para a carestia, a falta de alimentos⁷³ e o custo da produção, o texto vai além, fazendo uma análise dos atores sociais envolvidos, nomeando ironicamente os latifundiários como "os pais da pátria", "os trabalhadores do campo e da cidade". Aponta também as benesses para além do campo, como o fornecimento de produtos para as indústrias e empregos para os trabalhadores também da cidade. Consta ainda na análise, o círculo completo da produção, como transporte, armazenamento e crédito. E conclui com um apontamento político da urgência da reforma agrária, caracterizando a impaciência dos atores sociais envolvidos.

⁷³ Segundo Garcia (2013) "Problemas de abastecimento são antigos no Brasil, pois são característicos de formações sociais coloniais cuja produção de subsistência prévia é destruída e a mobilização de atividades primário exportadoras – muitas delas agrícolas – é priorizada em detrimento da reprodução da força de trabalho.

Um dos principais motivos da elevação do preço dos alimentos pagos pelos consumidores finais era o custo da intermediação. Estes problemas tornava-se cada vez mais grave nas metrópoles em formação à medida que a agricultura distanciava-se geograficamente do consumidor final. No Rio de Janeiro, por exemplo, a partir dos anos 1930 a produção de alimentos deslocava-se da Baixada para o Vale do Paraíba. Dos elementos do custo da intermediação pode-se desde já salientar a questão dos combustíveis e da qualidade das estradas, uma vez que o transporte era prioritariamente rodoviário e o petróleo era importado." GARCIA, T,C., **"A luta contra a "carestia da vida" dos anos 1950-1960 como uma luta sindical desenvolvimentista"** IN XXIX Congresso ALAS Crise e Emergências Sociais Na América Latina, Santiago do Chile, 29 de Setembro a 4 de Outubro de 2013. Disponível em: actacientifica.servicioit.cl/bibliotecagt/GT33/gt33_CoelhoGarciaT.PDF. Acessado em 19\05\2017

Charge sobre o desabastecimento no jornal *Liga*



Fonte: jornal *Liga*

A questão da carestia e da falta de gêneros alimentícios vai ser abordada em várias edições do jornal *Liga*, como nas matérias: "No Paraná a vida é mais cara e o salário é mais baixo (27/11/1962, p, 02). Essa matéria trata da narrativa de uma liderança feminina do Paraná, senhora Nair Bumayer, da Associação de senhoras do Alto Cajuru, do movimento contra a carestia, relatando: "É o caso de perguntar: a solução é liberar o preço? Não, é coibir ou abaixar, tomando medidas radicais, a começar pela reforma agrária"

Outras matérias como a manchete bem impactante: "Aumenta a tuberculose com a falta de feijão" (04/12/1962, p.01); "Arroz apareceu, enfim, na Guanabara: agora os tubarões vão vendê-lo a qualquer preço" (11/12/1962 p. 03) ou ainda, "Donas-de-casa exigem: basta de miséria" (20/02/1963, p.03). As repetições das reportagens sobre desabastecimento e produtos com preços elevados, podem ser entendidos, primeiramente, por se tratar de produtos de primeira necessidade, logo interferem diretamente na vida das pessoas. E depois, como o jornal pretende falar em nome de um movimento social do campo ou movimento social camponês, entendendo que a produção de alimentos para o camponês ou trabalhador do campo é um elemento caracterizador, a crítica aos fatos narrados torna-se um componente de legitimação. E para além da crítica, o apontamento de uma possível solução, no caso a reforma agrária segundo o jornal *Liga*, pode ser interpretado como a função premente do semanário. Em outras palavras podemos dizer que para um jornal representativo de um movimento social camponês, as críticas sobre o desabastecimento e os altos preços dos alimentos, bem como, discutir a solução, se legitimavam e se justificavam.

Uma outra discussão no periódico *Liga* referente à conjuntura econômica do período em que esteve vigente, refere-se a questão salarial, mas precisamente sobre o salário mínimo. Lembrando aqui, que o jornal não tratava exclusivamente da questão do

campo, buscava abranger todas as categorias de trabalhadores na construção da união operário-campesina-estudantil. Já em sua primeira edição, o tema é inaugurado com a seguinte matéria: "Trabalhadores pressionam sindicatos com o objetivo de obter 100%" (A LIGA: 09\10\1962, p. 04). A matéria trata das negociações das diversas categorias de trabalhadores para que o aumento seja de 100%, ao invés de 65%, como foi divulgado o governo federal. A iniciativa é para que os sindicatos pressionem a central sindical nesse intento. Relata ainda que os sindicatos patronais estavam manobrando para que não houvesse um aumento significativo do mínimo. O argumento dos sindicatos das mais variadas categorias era que o custo de vida estava desvalorizando o cruzeiro, e com isso os salários estavam ficando defasados: "Órgãos, especializados estão apontando uma elevação no custo de vida - com consequente desvalorização do cruzeiro, na ordem de 5% ao mês".

Na matéria "Governo quer dar menos que mínimo" (A LIGA: 16\10\1962, P. 01) é colocado a questão de que o aumento do salário tem que ser os 65% preconizados pelo governo e cita um estudo da Fundação Getúlio Vargas, que o aumento do custo de vida foi de 70%, portanto um aumento inferior a esse percentual estaria sendo menor que o mínimo, como enfatiza o título da matéria. Continua o texto cobrando as iniciativas prometidas pelo governo federal como: "1 - Congelamento dos gêneros e artigos de primeira necessidade. 2- Efetiva aplicação da lei de remessas de lucro. 3 - Simplificação do processo de sindicalização rural".

No que concerne especificamente ao campo, o jornal *Liga* traz a reportagem: "Trabalhadores rurais ganham "salário de morte" (A LIGA: 13\11\1962, p. 03). Essa reportagem é baseada no depoimento do Sr. Marcos Martins da Silva, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais dos municípios de Escada, Ipojuca e Amaragi, do estado de Pernambuco. A matéria relata com base no depoimento, a distância que existe para o trabalhador rural de Pernambuco entre o salário mínimo da lei e aquele que é pago de fato pelos latifundiários, que com base nas violências de seus capangas mantém esses trabalhadores sobre o seu domínio. Segue o texto denunciando o trabalho infantil do filho de trabalhador rural, impedindo que a criança vá para a escola. "Em vez de escola, o parágrafo único da lei latifundiária manda que o camponês trabalhe no cabô da enxada a partir dos 8 anos". Descreve também a jornada de trabalho que chega as doze horas, além de não receberem em dinheiro e sim em vale, o vale barracão. "A moeda é coisa proibida. Com isso o lucro fica todo na casa grande do senhor". O depoimento ainda fala do cambão (que são os dias que o trabalhador rural trabalha para o latifundiário sem receber).

3.2 Reforma Agrária em Debate: O Tema da Reforma Agrária Radical no Jornal *Liga* e Outras Proposições em Pauta

"A realizar a *Reforma Agrária Radical*⁷⁴ para a redenção de quarenta milhões de camponeses sem terra ou de pouca terra, a quem o latifúndio esmaga, atrasando o Brasil". Essa citação do editorial é também manifesto do jornal *Liga* na sua primeira

⁷⁴ grifo nosso

edição em 09 de outubro de 1962, foi a inauguração de um vetor discursivo do periódico que se caracterizaria como sua palavra de ordem por todo o período em que circulou semanalmente.

O debate sobre essa "bandeira que parecia unificadora: a reforma agrária", nos termos desenvolvidos pela professora Leonilde Medeiros (1995), se acentua na década de 1960, assim como também se acentuam os conflitos, se acentua a questão agrária e os problemas provenientes dela, como a carestia, o desabastecimento, a violência (como tivemos a oportunidade de analisar anteriormente nas matérias do jornal *Liga*). É desse torvelinho de acontecimentos que se encontra o sentido discursivo da defesa da reforma agrária radical, narradas na *Liga*.

Em uma ligeira introdução sobre as concepções de Reforma Agrária nas décadas de 1950 e 1960, Alentejano faz uma divisão em três grupos: a dos comunistas, a dos nacional-desenvolvimentistas e a das Ligas Camponesas. No que concerne aos comunistas, no intuito de superar os traços do feudalismo, a reforma agrária seria uma etapa da revolução democrático-burguesa, possibilitando o desenvolvimento das forças produtivas, as contradições capitalistas e por fim o socialismo. Os nacional-desenvolvimentistas defendiam a reforma agrária como impulsionadora de um desenvolvimento autônomo, criação de um mercado interno, abastecimento urbano, além de criar divisas via agroexportação. E por fim, a visão das Ligas Camponesas, que segundo o autor, a Reforma Agrária para as Ligas Camponesas era vista como uma garantida da cidadania para o trabalhador rural em sua condução para o Socialismo (ALENTEJANO, 1996, P. 89-90). Talvez por ser um texto introdutório e não ser o foco de sua análise, já que discutia o sentido da reforma agrária na década de 1990, o autor simplificou a visão das Ligas em relação a Reforma Agrária, além de não mencionar a Reforma Agrária Radical, que já era uma bandeira do movimento desde o Congresso Nacional Camponês em 1961.

A matéria da seção "Do ponto de vista do Camponês: Reforma agrária na lei ou na marra" (A LIGA: 12/11/1962, P. 03) é a primeira entre várias, que começa debater sobre a importância do tema da reforma agrária radical e a delinear o seu significado, como podemos analisar a seguir:

"Reforma Agrária Radical é um tema bastante amplo e deve ser debatida e explicada amiúde a todas as classes e camadas do povo brasileiro.

[...]

São exatamente os camponeses e operários que mais sofrem como o problema da terra, O Congresso Nacional é quem mais discute. Existem nada menos de 217 projetos relativos ao problema da terra, todos eles engavetados, ou seja, dormindo nas gavetas. Alguns projetos são até aproveitáveis, como por exemplo a do saudoso deputado Coutinho Cavalcanti.

[...]

Só depois da realização do Congresso de Belo Horizonte é que o problema foi discutido amplamente, participando delegados de todos os Estados da Federação. O fato mais importante dessa

assembleia foi o lançamento da palavra de ordem das Ligas Camponesas de Pernambuco, REFORMA AGRÁRIA NA LEI OU NA MARRA.

Devemos dar consciência aos camponeses e operários que Reforma Agrária com um Congresso composto por latifundiários, muito dificilmente sairá de lá. É preciso esclarecer a todos o que significa Reforma Agrária Radical. Reforma Agrária Radical significa para os camponeses, como disse Julião, "terra para quem não tem terra, aumentar a terra de quem tem pouca terra, unir o pequeno proprietário com o médio e formar as cooperativas, libertar todos do imposto do atravessador e do capitalista, que empresta 100 por 200. Trocar a enxada pelo arado e o arado pelo trator. E semente selecionada, adubo e irrigação. Crédito fácil e a longo prazo. Médico e dentista para garantir a saúde e escola para que seus filhos não se criem analfabetos. Mercado para os seus produtos para que seja vendido na folha".

A Reforma Agrária Radical interessa também aos operários, porque é mais fartura e fim do desemprego. Aos estudantes porque é mais escolas. As donas de casa porque baixa o custo de vida, que até hoje só subia. Aos industriais porque aumenta os que podem comprar os seus produtos. E aos pequenos comerciantes também". (MANUEL DE JESUS in A LIGA: "Reforma agrária na lei ou na marra" 12\11\1962, p.03)

Nessa citação tem alguns elementos do que o periódico entende como Reforma Agrária Radical, suas principais características, suas benesses e os atores sociais envolvidos. Começa relatando da complexidade do tema e da importância de se debatê-la todos os setores da sociedade estarem envolvidos. Critica o Congresso Nacional que engaveta os projetos referentes ao tema. A frase "alguns são até aproveitáveis" é interessante porque nem todos os projetos de reforma agrária interessam integralmente aos camponeses e trabalhadores do campo (e é justamente isso que estamos propondo em debater). Cita a origem histórica e o lugar social da bandeira da Reforma Agrária Radical- O Congresso Nacional Camponês. Continua relatando a questão da composição do Congresso Nacional por latifundiários, dificultando, dessa maneira, a viabilidade de aprovação da Reforma Agrária Radical. É desenvolvida análise nesse texto sobre uma conceituação de reforma agrária radical que abrange todo um círculo de produção e uma cadeia social que vai do médico ao comerciante. Vai além, informando o quanto importante constituía essa reforma para os camponeses, trabalhadores do campo e da cidade, estudantes, industriais e comerciantes.

Todavia, nem todas as classes sociais se interessam e se beneficiam com a Reforma Agrária Radical, na questão que lançamos na introdução desse capítulo: a quem interessa a reforma agrária radical? A continuação da citação a seguir nos dá alguns elementos para um debate inicial:

" A Reforma Agrária não interessa aos latifundiários que possuem léguas e léguas, cobrando alto fôro sem trabalhar [...]. Também não interessa ao imperialismo que sustenta e se sustenta de latifúndio, pois são irmãos gêmeos. Eles são os que controlam o nosso comércio de algodão, café, do trigo, do sisal ou seja do agave, do arroz, da carne, da gasolina, dos remédios, da energia elétrica, da indústria vegetal e dos minérios.

A eles não interessa a Reforma Agrária Radical, porque vivem enganchados no espinhaço do camponês e do operários; a nós interessa porque não queremos mais ser burro de carga de ninguém. Para chegar a reforma agrária devemos organizar mais Ligas Camponesas e ler mais o nosso jornal LIGA. (MANUEL DE JESUS in A LIGA: "Reforma agrária na lei ou na marra"12\11\1962, P.03)

Verifica-se que o periódico elege dois grupos que seriam os interlocutores contrários pelo o que é defendido no jornal, isto é, no caso da citação acima, a reforma agrária radical. No caso, os latifundiários, aqui visto como um sujeito concreto, uma classe antagônica, com interesses de classe definidos. Uma classe absenteísta (Martins, 1981), que vive da exploração e espoliação do campesinato: "cobrando alto o foro". E o "imperialismo", uma ideia abstrata, que não é nomeado nessa citação, como por exemplo imperialismo americano, imperialismo europeu, etc. Nesse texto o imperialismo é generalizado e abarca todo o tipo de exploração estrangeira. O texto faz uma interessante conexão entre o latifúndio e o imperialismo, na monopolização de vários produtos: "algodão", "café", "minérios". Nos lembrando aqui a famosa tese de Prado Júnior, quando disserta sobre o "sentido da colonização", onde a produção brasileira era voltada para o mercado externo. O artigo é finalizado ressaltando a importância da formação de novas Ligas e do papel pedagógico da leitura do jornal *Liga*.

No texto clássico de J. S. Martins, no caso o de 1981 (o texto mais lido de Martins, segundo Santos, 2015), traz a concepção de Reforma Agrária das Ligas Camponesas fazendo uma distinção da que era preconizada pelo Partido Comunista Brasileiro e também pela Igreja. Antes da definição em si, o autor menciona o início das Ligas no marco da legalidade (vide as reivindicações iniciais da SAPPP, como escolas e auxílio funeral, por exemplo). O autor também menciona sobre as contradições internas das Ligas que durariam até a sua extinção em 1964. Todavia, o autor não especifica quais contradições seriam essas. Relata que as Ligas Camponesas evoluiriam para a concepção de Reforma Agrária Radical e que essa concepção seria oposta da que era entendida pelo PCB (aqui o autor define que para o PCB a Reforma Agrária seria alcançada por etapas mediante reformas parciais). Já para as Ligas Camponesas seria o contrário (seria imediata), e se caracterizaria por alcançar em seu conjunto o direito de propriedade da terra, se acabasse com o monopólio de classe e

defendia o tipo de *propriedade camponesa*⁷⁵. E para isso, não aceitaria a política de *frente única*⁷⁶ defendida pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB). Finaliza essa concepção com um certo ar de provocação, que para as Ligas Camponesas não existia contradição essencial entre o latifúndio e a burguesia como entendia o PCB em sua formulação de frente única. (MARTINS, 1981, p.89).

Gostaríamos de chamar a atenção aqui, para essa linha de raciocínio do autor, que começa mencionando a atuação das Ligas no campo da legalidade e depois relata uma "evolução" para a concepção de Reforma Agrária Radical. Essa menção do marco legal das Ligas tem um peso analítico importante, pois contrasta com a altivez do termo Reforma Agrária Radical, criando um contraste dos termos legal X radical. É sabido que as Ligas radicalizariam em suas ações, até mesmo com os preparativos de uma insurreição armada (vide o caso do dispositivo armado do Movimento Revolucionário Tiradentes) e que essas ações radicalizadas perdurariam em alguns pontos do território nacional. Mas o que gostaríamos de enfatizar é que o marco legal nunca foi abandonado, e que a própria palavra de ordem "na lei ou na marra" realça esse entendimento, isto é, a lei enquanto uma opção. Em condições concretas, podemos destacar também a via institucional⁷⁷ ou pelo voto, como uma das formas de atuação das lideranças das Ligas, como podemos ver nas candidaturas de Elizabeth Teixeira e Francisco Julião⁷⁸. E no caso do jornal *Liga*, as múltiplas vias de luta eram consideradas, ainda que o brado revolucionário fosse mais acentuado. Na concepção legalista: "A Liga tem como dever lutar para que resolvam os problemas dos camponeses. *Conseguir um advogado, por aumento de salários dos diaristas*"⁷⁹ (A LIGA, 06\11\1962, p. 03) ou como referência revolucionária: " O pensamento do camponês é que sem revolução, o camponês não adquire a terra" (A LIGA: 06\11\1962, p. 04). Portanto para o jornal, nenhuma contradição.

Sobre a retórica radical das Ligas e suas práticas cotidianas por defesa de direitos, nos esclarece Medeiros:

" É importante lembrar, porém, que apesar da sua retórica radical, a prática cotidiana dos líderes das Ligas passava pela defesa dos trabalhadores aproveitando-se de todos os canais legais existentes. Tudo indica ainda que os móveis concretos da organização eram as demandas imediatas contra despejos,

⁷⁵ Grifo do autor

⁷⁶ Grifo do autor

⁷⁷ Não podemos deixar de mencionar que internamente algumas de suas lideranças, principalmente os que participaram do dispositivo armado, criticavam a via institucional. Haja vista, o caso da mudança da direção do jornal *Liga* após as eleições de 1962. E que segundo Pedro Porfírio, alguns desses componentes do dispositivo armado migraram para o recém criado PC do B (PORFÍRIO, 2004, 136). Mas concretamente, a via institucional, via voto ou por intermédio jurídico, não foi descartada.

⁷⁸ É importante relatar também, que após o resultado das eleições de 1962, o periódico vai diminuir a importância das eleições como mecanismo de mudança." Eleição não mudou o congresso" (A LIGA: 16\02\1962, P. 01), um editorial assinado por Francisco Julião datado de 27\11\1962, critica as eleições e diz que o resultado do último pleito só reforça" a tese revolucionária de que eleições não mudam nada". E cita ainda o caso cubano que "sob a tirania sangrenta de Batista os cubanos elegiam seus senadores" (A LIGA: 27\11\1962, P. 01).

⁷⁹ Grifo nosso

aumento do foro etc. A luta jurídica era acompanhada por grandes mobilizações, que transformavam as Ligas sempre em notícia e as projetavam como símbolo e síntese de um confronto." (MEDEIROS, 1989.P.55)

Gostaríamos de nos reter em uma diferenciação que reforça com o que estamos pretendendo analisar. Faz-se necessário contextualizarmos o significado da luta por direitos, nas décadas de 1950 e 1960, dos espaços e relações sociais em ela era condicionada. A luta por direitos era uma necessidade premente, pois as Ligas estavam em um contexto social de extrema fragilidade dos camponeses em sua relação como os proprietários de terra. Lutar por direitos significava, na prática, uma tentativa de amenizar as prerrogativas da lei do latifúndio. Não era uma luta menor. E nem estava em contradição com uma mudança radical. Portanto, devido as condições sociais contextualizadas, a luta por direitos e a defesa de uma mudança radical da propriedade eram duas frentes de luta que não se excluíam, uma não estava, necessariamente, em detrimento da outra.

Foi noticiado no jornal *Liga* em novembro de 1962, um debate televisivo, da TV Tupi apresentado pelo ex-deputado udenista Mário Martins. O debate foi entre Francisco Julião (deputado federal pelo PSB) e uma das lideranças das Ligas Camponesas e o deputado da União Democrática Nacional, Amaral Netto. O debate era sobre Reforma Agrária:

"Houve uma perfeita caracterização de posições em face do problema. Francisco Julião defendia o ponto de vista de que só valeria a pena efetuar uma Reforma Agrária Radical, ao passo que o Sr. Amaral Neto se dizia partidário de uma reforma agrária no estilo das que costuma pregar nos comícios eleitorais e nas tribunas parlamentares. De um lado, um revolucionário, transmitindo os anseios dos camponeses sem terra e de pouca terra; e do outro, um porta voz da classe dominante, defendendo uma Reforma Agrária abstrata e indefinida.

[...]

Durante os sete minutos que lhe foram franqueados, o líder nordestino salientou a importância da questão agrária no Brasil, fato que justificava a necessidade de agitá-la entre as massas camponesas de todo o país, "as mais interessadas na sua imediata solução". Destacou que a Reforma Agrária deve obedecer ao princípio fundamental de que a terra se destina a quem nela trabalha"

[...]

O senhor Amaral Neto insistia em que o líder camponês determinasse precisamente a aplicação da reforma agrária radical. Julião retrucou que, antes de mais nada era preciso que as massas camponesas participassem da elaboração de uma lei agrária, pois não passava de uma farsa querer discutir o

problema nos gabinetes, como se tem feito até agora, esquecendo-se daqueles a quem toca mais de perto o problema, os executores principais das medidas transformadoras e seus beneficiários diretos e imediatos" (A LIGA:" GB: Júri popular consagrou Reforma Agrária Radical", 27\11\1962. p. 03)

É caracterizado no inicio da reportagem sobre o debate, uma distinção de classes antagônicas. De um lado um representante da massa camponesa e revolucionário e do outro o representante das classes dominantes. No decorrer da transcrição do debate, não fica especificada a visão do deputado udenista sobre a reforma agrária, caberia a ele o papel de interpelar Julião sobre as características e viabilidades do tipo de reforma agrária defendida pelo representante das Ligas. Posteriormente, Julião comenta sobre a importância da questão agrária e fortalece o lema "terra pra quem nela trabalha". Quando foi interpelado sobre como seria aplicada a reforma agrária radical, Julião retrucou relatando a importância dos camponeses participarem da criação de uma "lei agrária" pois são os que vivenciam o problema da questão agrária.

A transcrição do debate televisivo pelo jornal *Liga* entre Francisco Julião e Amaral Neto, encaminha-se discutindo questões como que tipos de terras seriam atingidas com a reforma agrária; mudanças na Constituição referente à indenização entre outros temas, segue o debate:

"O deputado udenista perguntou que tipo de terras seriam atingidas pela reforma agrária radical. Julião respondeu que todas as terras devolutas em primeiro lugar, desde as terras do Estado até as da Igreja e os latifundiários improdutivos. Revelou que todas as terras existentes no Brasil, somente 10% eram cultivadas, o que caracterizava o regime latifundiário como um entrave ao livre desenvolvimento da estrutura econômica nacional. Sublinhou que uma reforma agrária radical não aniquilaria a propriedade do pequeno agricultor, mas ao contrário iria estabelecer os limites para a exploração da terra disciplinando-lhe a distribuição e o uso, de modo a permitir que todo camponês tivesse acesso a ela." (A LIGA:"GB: Júri popular consagrou Reforma Agrária Radical", 27\11\1962. p. 03)

A seguir o debate, destaca um dos grandes entraves da reforma agrária: a questão sobre a indenização referendada pela Constituição vigente:

"Disse ainda que é necessário que se procedam reformas urgentes na Constituição, de maneira a abrir caminho da reforma agrária radical. Seria um absurdo se permanecesse intocável o dispositivo constitucional que manda indenizar previamente, em moeda corrente, a todos os latifundiários, os maiores inimigos do povo brasileiro" (A LIGA:" GB: Júri popular consagrou Reforma Agrária Radical", 27\11\1962. p. 03)

E por fim, Francisco Julião faz uma justificativa da razão da Reforma Agrária Radical:

"Na lei ou na marra", respondeu categórico e completou: "A maneira como virá a reforma agrária radical não depende de nós, mas das classes dominantes. Estamos dispostos a esgotar todos os meios legais para efetivá-la. Acontece que o Congresso, tanto o atual como o recém-eleito, é composto de 70% de latifundiários, insensíveis aos problemas dos camponeses, Mediante um amplo e enérgico movimento popular que inclua operários, camponeses, estudantes, intelectuais e todos os patriotas e homens de bem, esperamos demolir as resistências das classes dominantes. Se isto não conseguirmos dentro de curto prazo, não há a menor dúvida de que o povo passará por cima de tudo e fará a reforma agrária radical NA MARRA". (A LIGA:" GB: Júri popular consagrou Reforma Agrária Radical", 27\11\1962. p. 03)

Quando Julião discorre sobre a maneira pela qual a reforma agrária seria apregoada, tipifica o Congresso Nacional como o artífice da sua não realização. Destaca que esse mesmo Congresso é composto de um grande percentual de latifundiários, sendo assim, prevalecendo os interesses de classe. Aborda também, a importância da formação de um movimento ampliado que abarque, não somente camponeses e trabalhadores rurais, mas operários, estudantes, intelectuais, no constructo de uma união operário-camponesa-estudantil, para barrar as resistências da classe dominante na opinião de Julião.

Ao final do debate, foi feito uma pesquisa de opinião na Cinelândia (RJ) pelo repórter da TV-Tupi, se os ali presentes que acompanharam o debate se eram a favor da reforma agrária radical, segundo a matéria, o resultado foi de 13 votos a favor da reforma agrária e nenhum contra. Daí o título da chamada da matéria na capa do jornal: " Debate na TV: Reforma Agrária Radical venceu por 13 x 0" (A LIGA: 27\11\1962, p. 01).

3.2.1 As concepções de Reforma Agrária Radical das Ligas Camponesas e do Partido Comunista Brasileiro

A Reforma Agrária Radical defendida pelas Ligas Camponesas em seu jornal, a sua natureza, isto é, o seu conteúdo e sua forma, estavam longe de ser uma unanimidade entre os grupos que lutavam pela hegemonia de controle político e condução da luta do campesinato. Temos como exemplo, o Partido Comunista Brasileiro, que já mencionamos aqui em algumas linhas quando tratamos do Congresso Nacional Camponês. Mas estamos na altura da análise de diferenciarmos as proposições entre esses dois atores políticos. Afinal, qual o objetivo dessa diferenciação? A diferenciação se fundamenta no fato de ambos (Ligas e PCB), defenderem a insignia da Reforma Agrária Radical.

No seu texto sobre os Movimentos Sociais do Campo, Medeiros, em um determinado momento de sua análise, distingue as proposições do PCB⁸⁰ e das Ligas sobre a Reforma Agrária Radical. Segundo a autora o eixo da divergência estava na concepção do sentido da revolução e o caráter da reforma agrária a ser implementada, como relata a seguir:

"Embora tanto o PCB como as Ligas usassem a linguagem da "reforma agrária radical", o sentido dado a essa expressão era distinto. De acordo com as teses do PCB, como já vimos, a reforma agrária seria uma etapa necessária de uma revolução de caráter democrático-burguês e antiimperialista, que seria alcançada através de medidas parciais, passíveis de serem sustentadas por uma política de frente única. Discordando radicalmente dessa postura, para a direção das Ligas o "campesinato" era, naquele momento, a principal força da "revolução brasileira", cujo conteúdo era imediatamente socialista. Assim sendo, segundo Julião, não era possível buscar alianças com a burguesia e muito menos com setores latifundiários. Com tal perspectiva, descartavam a luta por medidas parciais de reforma agrária, consideradas contemporizadoras". (MEDEIROS, 1989.P. 54-55)

A autora descreve uma distinção, que é central para o entendimento da nossa análise. Como foi colocado, ambos os atores sociais tinham a prerrogativa da reforma agrária radical. No entanto, a diferenciação começa quando se é elencado as forças que comporiam para realizar tal intento. No entendimento do PCB, cabia naquele momento, uma conciliação de classes de união com a burguesia nacional e o latifundiário que estivesse tendo seus interesses contrariados pela ação do imperialismo. O imperialismo para o PCB era o inimigo a ser batido. Por meio de uma Frente Única de conciliação de classes e por medidas parciais deveria se chegar à efetivação da reforma agrária radical. Já para as lideranças das Ligas Camponesas e mais especificamente para Julião, como citou a autora, as alianças eram descabíveis. Primeiramente por acreditar ser o campesinato a classe que conduziria a revolução (uma clara alusão a revolução

⁸⁰ Segundo Medeiros: "A partir da chamada Resolução de 1958, do Comitê Central do PCB, a reforma agrária, entendida como a transformação radical da estrutura agrária, com a liquidação do monopólio da terra e das relações pré-capitalistas de trabalho, mantém-se como uma bandeira central do partido. Porém passa a ser condicionada à formação de uma frente única, que reunisse todas as forças interessadas no combate ao imperialismo norte-americano. Isso porque, de acordo com a análise do PCB, a contradição fundamental da sociedade brasileira era com os setores capitalistas vinculados com essa forma de imperialismo. Ao lado dela figurava ainda a contradição entre as forças produtivas em desenvolvimento e as relações de produção semifeudais na agricultura que, por sua vez, tinham por base setores latifundiários também com interesses ligados ao imperialismo. Essa frente abrangeia o proletariado, os camponeses, a pequena burguesia urbana, a burguesia, os latifundiários que tinham contradições com o imperialismo norte-americano e os capitalistas ligados a grupos imperialistas rivais dos monopólios norte-americanos." (MEDEIROS, 1995, P.53)

cubana). E por fim, por não aceitar a conciliação de classes com a burguesia e principalmente com os latifundiários. Devia ser bem difícil explicar para o camponês que aquele sujeito que lhe explorava, fazia-o trabalhar de graça pra pagar o cambão, fazia ameaças, negava escola para o seu filho que tinha que trabalhar com 8 anos, que esse mesmo sujeito não era o inimigo. Que o verdadeiro inimigo estava além das fronteiras.

Em uma matéria do jornal *Novos Rumos*, citado por Segatto, um pouco antes do Congresso nacional camponês, afirmava que

"Não se pode pretender de imediato uma reforma agrária completa e radical, com a expropriação de todo os latifúndios. No atual estágio da luta antiimperialista em nosso país, tal medida não contaria com forças suficientes para a sua efetivação e a tentativa de impô-la as forças nacionalistas e democráticas poderia conduzir uma cisão do movimento"(NOVOS RUMOS apud SEGATTO,1995, p .210)

Essa matéria do jornal vinculado ao PCB é taxativa ao afirmar que a prioridade do partido era, naquele momento histórico específico, a luta anti-imperialista. Preocupado com tal intento, buscava apoio em setores do latifúndio "que estava em contradição com o imperialismo". Ficando, desta maneira, a reforma agrária para uma outra ocasião. Os quarenta milhões de camponeses podiam esperar.

Nesse entretanto, Segatto relata que após a posse de João Goulart e o Congresso Camponês, "o projeto de reforma agrária do PCB sofre alterações substanciais". E que a partir desse momento passa a se falar em "reforma agrária radical"(SEGATTO, 1995, P.211).

A partir desse momento as concepções de Reforma Agrária Radical tanto das Ligas, quanto do PCB vão de assemelhar em seu *conteúdo*, inclusive sobre a mudança dos artigos da Constituição, os artigos 141 (parágrafo 16) e artigo 147, que eram as pedras no sapato camponês. Todavia, isso já tinha sido acordado com a Declaração do Congresso. Restava então uma diferença, que era na *forma* como seria conduzida essa reforma agrária radical. A convergência entre a Reforma Agrária Radical das Ligas Camponesas e do Partido Comunista Brasileiro se dava no conteúdo, mas diferenciava-se na forma da condução da luta. Enquanto o PCB defendia a frente única de conciliação de classes, em uma revolução democrático-burguesa, para por fim atingir o socialismo, as ligas camponesas acreditavam na união operário-camponesa⁸¹, tendo o campesinato como força motriz e inspirava-se na Revolução Cubana como modelo de luta para atingir o socialismo.

O posicionamento do jornal *Liga*, sobre essa conciliação de classes que inclui o latifundiário, é bem nítida já na sua primeira edição. No manifesto do jornal que incluía seus objetivos e sua visão política da realidade, criticava a política de frente única e

⁸¹ Os comunistas também reivindicavam esse termo

lançava como contrapartida a união operário-camponesa. A sua visão crítica da frente única podemos perceber na citação que segue:

"A contenção do movimento popular tem sido pedida em nome de uma *frente única*⁸² que tem tido como consequência a renúncia das classes trabalhadoras em dirigir o processo histórico brasileiro. A tarefa histórica das massas operárias e campesas não é a de se atirarem à luta, de empenharem o seu sofrimento para que um setor da burguesia substitua a outra no poder, mas sim a de se unirem para liquidar todo o sistema de dominação."(A LIGA: 09\10\1962, P. 01)

Esse fragmento do jornal *Liga* demonstra com uma certa clareza, que a linha política que o periódico seguiria iria na contramão da que era preconizada pelo PCB. Faz uma crítica à frente única, ao ponto de afirmar que o movimento popular era contido por essa aliança conciliatória de classes. Além de tirar o protagonismo da direção do processo histórico, o jornal relata que essa aliança serviria para usarem os operários e campesos para por no poder um setor da burguesia em detrimento de outro. Caberia ao operariado e aos campesos unirem forças para acabarem com o sistema de dominação, segundo o editorial do jornal a Liga de outubro de 1962.

Em um outro artigo do periódico, a frente única vai ser pautada de maneira que são elencados novos atores sociais, diferentes daqueles pensados pelo PCB, para a formulação de uma outra composição de frente única, como podemos constatar a seguir:

"As transformações econômicas políticas e sociais que se constataram nos países do campo socialista, impuseram a determinadas facções políticas do povo brasileiro a mudança de sua linha tática revolucionária.

E verdade que se por um lado se consolida o movimento socialista, desagrega-se por outro o sistema capitalista, que representa nos dias atuais o que há de mais arcaico e indesejável. Foi por essa razão que veio a chamada política de acumulação de forças.

A linha pacífica teve seus lados positivos. Permitiu a aproximação com largas camadas da população, possibilitando em pouco tempo grandes movimentos de arregimentação e esclarecimento de grandes massas do nosso povo.

[...] Daí a constatação hoje de um desvio de direita que caíram muitos dirigentes revolucionários da classe operária. A orientação pacífica exagerou-se no que concerne a aliança com a burguesia.

[...]

⁸² Grifo nosso

Os dirigentes camponeses são presos e processados em todo o Brasil, ao mesmo tempo que areação latifundiária se arma até os dentes, metralham carros da Presidência da República, fazem ameaças ao Congresso Nacional - que, por sinal representam suas intenções - os que se dizem representar, revolucionariamente a classe operária, ficam brincando com fogo pensando que não se queimam.

Não queremos, não é nossa intenção pugnar por linhas e métodos sectários de orientação. E tão somente o desejo de que se forme uma frente única, na qual seja inspirado uma uníssona disposição revolucionária, sobre a qual se agreguem todas forças capazes de resistir a qualquer tentativa de golpe reacionário.

[...]

Os instrumentos de liderança e de luta [para formar a frente única] são: o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT); as Ligas Camponesas do Brasil (LCB); a União Nacional dos Estudantes (UNE); A Frente de Mobilização Popular (FMP), as Federações e confederações de trabalhadores, a ULTAB, entidades sindicais e outras organizações de massa.

[...]

As Ligas Camponesas do Brasil, estão dispostas a participar da luta de libertação de nossa Pátria e pela salvação do nosso povo pelo purgatório imperialista e das taxas do latifúndio e da reação. Por isso achamos imprescindível e urgente a formação de uma vanguarda, à frente povo brasileiro realizar sua missão histórica" (A LIGA: "Consciência Revolucionária: Frente única é imposição histórica", 28\08\1962, P. 05)

Nessa longa citação, foi abordado um novo conceito de frente única forjado pelo movimento através do jornal. É avaliado no periódico a importância da linha pacífica na arregimentação e conscientização, mas critica a guinada para a direita da direção do movimento operário quando se alia a burguesia. Avalia também, que a outra classe que esta vanguarda está se aliando, no caso os latifundiários, se utilizam de violência e não são confiáveis. Sugere uma nova composição de forças. uma nova frente única formada por representações do operariado e do campesinato. Cita a CGT, UNE, LCB, e ULTAB entre outras representações classistas dos trabalhadores, em uma perspectiva de união para forjarem uma nova frente única. Conclui, reafirmando a participação das Ligas nesse intento de criar uma vanguarda revolucionária junta com as outras entidades de classe.

3.2.2. E a Igreja?

É reconhecia a religiosidade do camponês. Não é por acaso que a Igreja, durante muitos anos esteve presente na tentativa de uma organização paternalista no campo

(Gohn, 1997). Nas décadas de 1950 e 1960 disputava espaço político com o PCB e com as Ligas Camponesas.

O editorial do jornal *Liga*, reconhecendo a religiosidade do camponês, preparou uma linha discursiva em que criticava as ações da Igreja, principalmente ao que se refere ao sagrado direito de propriedade, sua linha restrita à caridade e suas críticas ao comunismo, mas realçava e até incentivava a religiosidade, a fé em separado da hierarquia da Igreja. A crítica do jornal era direcionada à hierarquia e a linha doutrinária da Igreja, pois é sabido que muitos padres e religiosos participaram da luta da causa camponesa. Além do mais, algumas lideranças das Ligas Camponesas eram reconhecidamente religiosas, é o caso de Francisco Julião, que se considerava marxista-cristão, e utilizava passagens bíblicas em seus discursos e textos, principalmente as passagens referentes à libertação do povo Hebreu. O mesmo considerava o discurso religioso como uma forma de aproximação e conscientização do camponês. Uma outra liderança das Ligas, o padre Alípio de Freitas, tinha um discurso semelhante. Usava o espaço do jornal através da coluna "Evangelho Camponês" para criticar setores da Igreja e incentivar a fé autônoma.

Sobre a atuação da Igreja Católica no campo, nos relata Martins:

"A Igreja entrou na questão agrária, através da pastoral de D. Inocêncio, por uma porta extremamente reacionária. Aquela pastoral nasceu de uma reunião de fazendeiros, padres e professores rurais e não numa reunião de camponeses e trabalhadores rurais. A preocupação era com a agitação que estava chegando ao campo, com a possibilidade da Igreja perder os camponeses como tinha perdido os operários. A questão era desproletarizar o operário dos campos, evitar o êxodo que levava os trabalhadores para a cidade e os tornava vulneráveis à agitação e ao aliciamento dos comunistas" (MARTINS, 1981, P. 88).

O comportamento reacionário da Igreja estava relacionado ao seu medo de perder a tutela do campesinato, e se articulava, via pastoral, com o conluio de proprietários de terra para arrebanhar os fiéis ao seu controle. No entanto, Martins vai considerar que a partir de 1963, a linha doutrinária da Igreja vai ter uma posição menos ambígua (mas nem tanto) sobre a questão agrária:

"Somente em 1963 a CNBB tomou uma posição menos ambígua em relação a questão fundiária, admitindo que a desapropriação para fins de reforma agrária não constituiria um atentado ao direito de propriedade, desde que fosse justa a indenização, em dinheiro e em títulos" (MARTINS, 1981, P. 89).

Mesmo com a mudança do posicionamento da Igreja em relação à questão fundiária, ela esbarrou justamente no nó górdio que impedia uma reforma agrária

integral nos idos do pré-64, isto é, a questão da indenização em dinheiro que era assegurada pela Constituição de 1946, nos famigerados artigos 141 e 147.

Em relação às considerações do jornal *Liga* sobre a Igreja, como nos referimos anteriormente, eram críticas aos setores da Igreja que defendiam o sagrado direito de propriedade, que acusavam o camponês e suas lideranças de comunistas (logo considerados indignos da benção da Igreja), a caridade como política, etc. Em sua "Carta de Alforria do Camponês", um importante escrito político de Francisco Julião em que concerne à pedagogia da luta (proselitismo), foi publicado no jornal *Liga* em novembro de 1962, com questões pontuais sobre a Igreja, como podemos verificar adiante:

"Digo-te que a viagem é penosa e cheia de ciladas, mas a tua vitoria é tão certa como o nascer do sol todas as manhãs. O latifúndio é cruel. Escora-se na polícia. E no capanga. Elege os teus piores inimigos. Para ganhar o teu voto usa duas receitas: a violência ou a astúcia. Com a violência ele te faz medo. Com a astúcia ele te engana. A violência é o capanga. É a polícia. É a ameaça de te jogar fora da terra. De te por a casa abaixo. De te arrancar a lavoura. De te matar de fome. De te chamar de comunista, e de dizer que Deus t.e castiga. Como se pudesse haver maior castigo do que esse em que tu vives. Acorrentado ao latifúndio. Em nome de uma liberdade que não é a tua liberdade. E de um Deus que não é o teu Deus."(JULIÃO in A LIGA: "Carta de Alforria do Camponês", 13\11\1962, p.04)

Esse trabalho de desconstrução da imagem do comunista ser castigado por Deus era muito importante, porque respeitando a religiosidade do camponês, essa visão do castigo dificultaria na condução da luta camponesa e do trabalhador rural. Já que o latifundiário e setores da Igreja, habilmente, associavam qualquer luta no campo, enquanto uma atitude comunista.

O jornal vai expor o seu posicionamento, em relação a Igreja, em outras matérias e seções como no "Evangelho do Camponês", a coluna "A Bíblia e o problema da Terra" (A LIGA, 6/11/1962, p.4), entre outras.

A Igreja vai continuar a disputar espaços políticos, principalmente após a legalização dos sindicatos, fundando sindicatos em várias partes do país.

3.3 - Narrativas de Luta

O termo Reforma Agrária Radical ou Reforma na Lei na Marra, na prática, como era apresentada no jornal, era fundamentalmente uma palavra de ordem. Chamando a atenção para a importância de uma mudança na estrutura agrária do país. Nessa palavra de ordem, estavam contidos desde o imediatismo que essa reforma agrária deveria acontecer, até as ações de camponeses e trabalhadores rurais para que ela fosse realizada. Ainda que em cada matéria ela se apresentasse genericamente, tinha como base a mudança da estrutura fundiária. Claro que essa palavra de ordem se baseia

nas formulações de Reforma Agrária Radical que foram defendidas pelas Ligas Camponesas e pelo Master no Congresso Camponês, e foram aprovadas pela Declaração do Congresso. Essa mesma reforma também se baseia na não conciliação de classes antagônicas (como era preconizada pelo PCB), bem como, nas aspirações revolucionárias, principalmente a cubana. Todavia, essa palavra de ordem assume aqui um sentido diferente do usual, aqui o termo carrega toda uma síntese de luta, um sentido identitário de um movimento social, um sentido identitário de uma bandeira de luta.

Na matéria, "Porque reforma agrária já", assinada por Manuel de Jesus, reafirma a necessidade de uma reforma imediata:

"Não é mais possível protelar por muito tempo a solução de um problema tão fundamental para o nosso país, a solução essa que é a Reforma Agrária Radical. O Governo, juntamente com o Congresso (que nesse ponto estão somente de acordo) estão zombando da miséria de 45 milhões de camponeses, sem terra que vivem na mais extrema necessidade, sem terra sem pão e sem liberdade.

Necessário se faz que todas as forças progressistas interessadas no desenvolvimento econômico e social da Nação Brasileira, unam-se para organizar com seriedade a luta pela Reforma Agrária Radical, imediatamente, como solução capaz de salvar o país do abismo em que está caindo" (MANUEL DE JESUS in A LIGA: "Porque reforma agrária já", 11\12\1962, P.03)

Nesse fragmento acima, o texto chama a atenção para a necessidade de uma reforma imediata e do descaso, segundo o autor, do governo para a solução do problema. Aponta também para uma convocação de grupos progressistas na finalidade de lutar por essa reforma. No fragmento abaixo, o autor destaca a questão da estrutura fundiária do país:

"Dos 232 milhões de hectares de terra que formam os estabelecimentos agropecuários do Brasil, 193 milhões pertencem a 300 mil proprietários. Assim apenas 4% da população agrícola brasileira possui terras. Mais da metade da superfície total das propriedades é composta de fazendas de mil hectares, existindo uma média de 1600 latifúndios de mais de dez mil hectares, sendo vários deles pertencem a um só latifundiário, família ou consórcio. Há mais de 60 propriedades latifundiárias maiores do que o Estado da Guanabara onde moram no (Estado) mais de 3 milhões de habitantes" MANUEL DE JESUS in A LIGA: "Porque reforma agrária já", 11\12\1962, P.03)

Os dados apresentados são alarmantes, com uma concentração fundiária muito acentuada, com propriedades maiores que o antigo estado da Guanabara. Segundo o

IBGE, em 1960 apenas 1597 estabelecimentos ocupavam uma área de mais de 38 milhões de hectares. É com esse argumento que o articulista está tentando defender a Reforma Agrária Radical.

O texto segue destacando a urgência da organização da massa camponesa e dos trabalhadores do campo e ratifica que as Ligas visam fundamentalmente preparar as bases sociais pela luta da reforma agrária radical.

A seção do "ponto de vista camponês", algumas vezes assinada pelo articulista Manuel de Jesus, era a seção do jornal *Liga* que mais se discutia a questão da Reforma Agrária Radical, fazendo balanços de conjuntura, denúncias e trazendo pontos de definição e aplicação da reforma, como na matéria: "Lutar pela reforma agrária" de janeiro de 1963.

Principais pontos da Reforma Agrária Radical:

"1) Eliminação da grande propriedade latifundiária⁸³ e entrega das terras na que nela trabalham. Para isso é necessário revogar sem maiores delongas o parágrafo 16 do artigo 141 da Constituição;

2) Criação do Instituto de Reforma Agrária que proceda a desapropriação de terras e sua entrega aos camponeses, assim como providenciar maior número de assistência técnica possível;

3) Solução de todos os problemas sociais políticos e econômicos existentes no campo, tomando por base os interesses dos camponeses;

4) Fim de todas as formas de exploração no campo e criação de cooperativas nos ramos de cultivos de produtos industrializáveis;

5) Extensão da educação, da assistência médica, dentária e hospitalar ao campo, assim como outras medidas complementares que acabem com a fome e a miséria, com a injustiça e os privilégios."⁸⁴

Uma das tarefas das lideranças das Ligas Camponesas era divulgar o movimento por todo o território nacional, em um exemplo, a advogada das Ligas da Paraíba Ophélia Maria Amorim, foi ao Rio Grande do Sul, proferir uma Conferência no Congresso Nacional de Serviço Social sobre as Ligas Camponesas. O Jornal *Liga* vai noticiar esse fato com o título: "Ophélia no RGS: radicalismo como base para crescimento das Ligas".

A advogada da Liga da Paraíba, vai começar relatando que o Nordeste antes das Ligas era conhecida como uma região pobre e seca, mas com advento das Ligas essa visão mudou. Que esse movimento contribuiu para a politização dos camponeses e que a pobreza passou a ser interpretada como fruto de uma estrutura "político-econômica caduca" que prejudica o seu desenvolvimento. E que" é nessa perspectiva de tomada de consciência que se define o movimento de libertação da classe camponesa, de todas as forças que a exploram, conhecido como Ligas Camponesas". Continua a advogada

⁸³ Sobre os tipos ou vias de distribuição de terras (reforma agrária), Segatto destaca que a via que visa a eliminação do latifúndio como condição necessária para o sucesso da revolução nacional e democrática, na medida que não só contribuiria para a criação do mercado interno, mas também para abolir a opressão sobre os camponeses e acabar com o poder político dos latifúndios, partindo de uma leitura de Lênin, é a chamada "via americana"(pequena exploração camponesa), enquanto a via que prega a modernização dos latifúndios é chamada de "via prussiana". (SEGATTO, 1995, P. 210)

⁸⁴ Jornal ALIGA, "Do ponto de vista do camponês: Lutar pela reforma agrária, 09\01\1963, p. 03

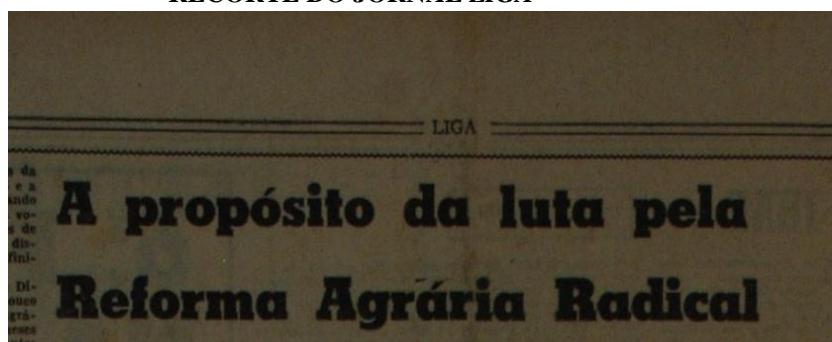
relatando que o primeiro objetivo das Ligas é arrancar o latifúndio pela raiz. E para isso ela esclarece que "a reforma agrária defendida pelas Ligas, há de ser radical e excluiria qualquer outra que não contenha a extirpação do latifúndio em todas as suas manifestações"(A LIGA: ""Ophélia no RGS⁸⁵: radicalismo como base para crescimento das Ligas".23\01\1963,P. 03)

Sobre como conduzir o movimento para atingir a Reforma Agrária Radical, a advogada das Ligas da Paraíba, Ophélia Maria Amorim, vai fazer a distinção das duas principais correntes, a que era defendida pelo PCB e a que era preconizada pelas Ligas Camponesas:

"Neste aspecto vamos encontrar duas correntes - a que luta por uma modificação da estrutura agrária num processo lento, recebendo concessões à classe dominante e dividindo o processo em etapas que se distinguem pelas conquistas da classe camponesa: a outra mais radical, não aceita concessões nem alianças com a classe dominante, Entende a luta como uma única etapa e uma única conquista - a posse da terra pelos camponeses e um sistema agrário que atenda as exigências da produção e eleve as condições de vida do homem no campo"(A LIGA:"Ophélia no RGS: radicalismo como base para crescimento das Ligas".23\01\1963,P. 03)

As matérias sobre a Reforma Agrária Radical no jornal *Liga* não estão presentes em quase todas as edições. Algumas tem apenas referências ao termo, outras no entanto trabalham o seu conteúdo ou características, bem como, as formas de luta para a sua realização. No recorte do jornal abaixo: "A propósito da luta pela Reforma Agrária Radical", é um balanço das correlações de forças que buscavam esse propósito.

RECORTE DO JORNAL *LIGA*



A LIGA: 24\04\1963,P. 03

A matéria inicia considerando que a reforma agrária estava agitando todos os setores da sociedade. Tendo de um lado a CGT, a UNE, a UBES e a Frente Parlamentar Nacionalista⁸⁶ pressionado o Congresso, e do outro lado à reação que, por meio de seus agentes, fazem provação procurando distorcer os problemas, no intuito de adiar a

⁸⁵ Rio Grande do Sul

⁸⁶ Grupo de parlamentares com resoluções nacionalista, e que no contexto do Governo de Jango era favorável as reformas de base.

reforma agrária. Continua dizendo que no plano teórico todos são a favor da reforma agrária, mas que na prática as classes dominantes pretendem fazer uma "reforma agrária tímida, inexpressiva" com a finalidade de desvirtuar a verdadeira reforma agrária radical, diz o jornal. O ponto de discordia entre o discurso teórico e a efetivação da reforma está na mudança da Constituição. Com receio de que os privilégios de classe sejam alterados, a classe dominante acaba apregoando uma reforma de fachada, uma "reforma de rótulo, para que o homem do campo não tenha a sua redenção econômica e social." (A LIGA: " A propósito da luta pela Reforma Agrária Radical" 24\04\1963, P.03).

Nesse balanço do jornal, percebe as reações políticas em torno do tema da reforma agrária. Setores organizados da direita pregavam uma reforma que não alterasse os seus privilégios de classe, enquanto setores organizados da esquerda pregavam o contrário, que a reforma fosse integral e mudasse a estrutura agrária. Essa era uma das faces da polarização política no pré-64.

Outras considerações podem ser observadas da matéria supracitada, tal como podemos perceber logo adiante:

"Mas o povo e uma certa parcela de parlamentares estão dispostos a ir as últimas consequências. Essa é a disposição do Comando Geral dos Trabalhadores, da União Nacional dos Estudantes, da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas e da Frente Parlamentar Nacionalista, a frente de mobilização popular, encontram-se figuras de prestígio nacional, entre os quais a do deputado Francisco Julião, líder das Ligas Camponesas[...]. Considera o líder das Ligas camponesas inabalável e inevitável a reforma agrária o que se ela não vier de acordo com os programas legais, isto é, através de uma lei do Congresso Nacional será necessário enveredar por outros caminhos e fazê-la de qualquer maneira" (A LIGA: " A propósito da luta pela Reforma Agrária Radical" 24\04\1963, P.03).

3.3.1 - A Práxis

O que estamos chamando de práxis aqui são as formas de luta prática no intuito de pressionar as na esfera do poder público, bem como os antagonistas de classe para a efetivação da reforma agrária radical. Pois como bem disse Panini:

"As Ligas se associam a outras organizações do país e, por meio de comícios, manifestos, passeatas e pressões diretas sobre o Congresso, intensificam ainda mais as lutas pela implantação da reforma agrária" (PANINI, 1999, P. 63)

A composição da peça discursiva do periódico, entendida aqui como os meios para se alcançar a reforma agrária radical, percorriam desde o incentivo à radicalidade, quanto a narrativa das mais variadas manifestações de luta, tendo na greve o seu maior exemplo.

Nessa composição da peça discursiva podemos citar as seguintes matérias referentes à radicalidade:

- "Posseiros de Taguatinga enfrentam INIC⁸⁷ na lei e o enfrentarão na marra" (A LIGA: 23\01\1963. p.06)
- "Tiroteio entre camponeses e proprietários na Paraíba: morto um dos latifundiários" (A LIGA: 20\02\1963. p.03)
- "Camponeses da Paraíba tomam fazenda do estado na marra"(A LIGA:20\02\1963. p.03)
- "Camponeses fluminenses fazem Reforma Agrária na marra!", (A LIGA: 29/5/1963, p.6)
- "Estudantes impedidos de falar realizam comício na ‘marra’(A LIGA11/9/1963, p.3)
- "Revolta de Mari⁸⁸ foi início da reforma agrária na ‘marra’"(A LIGA 5/2/1963 p.5)
- "Em Governador Valadares: reforma agrária na marra", (A LIGA 19/2/1964, p.8.)

A outra composição dessa peça discursiva refere-se às várias formas de luta noticiadas no jornal *Liga*:

- "Assalariados agrícolas: dia 11 greve geral no interior de Pernambuco" (A LIGA:09\01\1963, P. 03)
- "Camponeses de Pernambuco vão a greve dia 30 se não receberem o 13º salário"(A LIGA:23\01\1963, P. 06)
- "Mais um engenho atingido pela greve camponesa" (A LIGA:20\02\1963, P. 06)
- "Greves camponesas no Paraná" (A LIGA:06\03\1963, P. 03)
- "Camponeses de Taguatinga preparam abaixo-assinado ao presidente da república: nossa paciência acabou" (A LIGA:13\03\1963, P. 03)
- "SP: polícia usou granadas contra greve de camponeses" (A LIGA:13\03\1963, P. 03)
- "Lavradores sem-terra ocuparam fazenda abandonada pelo governo" (A LIGA:06\03\1963, P. 03)
- "Catende: greve camponesa durou pouco porque os usineiros recuaram logo" (A LIGA:24\04\1963, P. 03)
- "200 organizações camponesas convocadas para a grande luta: exigir uma reforma agrária radical; intensificar a organização de ligas e sindicatos"(A LIGA:01\05\1963, P. 06)

⁸⁷ Instituto Nacional de Imigração e Colonização (1954- 1962)

⁸⁸ Após o assassinato de Antônio Galdino em janeiro de 1964 na Liga de Mari (Paraíba), os camponeses se revoltaram em confronto com policiais e empregados da usina de Nezinho de Paula. O Confronto acarretou em 12 mortes, a maioria de camponeses.

Portanto, como podemos perceber nas matérias selecionadas, a construção da narrativa de luta do jornal *Liga*, tendo como composição discursiva "as falas" referentes à radicalidade (sendo o termo "na marra" usado para identificá-la), bem como, "as falas", no que diz respeito as mais variadas formas de luta, noticiadas no jornal e entendidas como mecanismos de pressão, eixo dinamizador e propagandista da luta. Esses dois termos formam o sentido discursivo da Reforma Agrária Radical defendida no jornal *Liga*.

Após circular sem interrupção semanalmente desde outubro de 1962, o jornal *Liga* tem suas atividades interrompidas quando sua sede na rua Alcindo Guanabara, na Cinelândia, centro do Rio, foi invadida e totalmente destruída por policiais e militares⁸⁹, em abril de 1964. Quando sobe ao poder pelo golpe, as mesmas forças que esse jornal combateu desde a sua primeira edição.

⁸⁹ AGUIAR, 2014, p.432

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao pesquisar um periódico, que trazia em suas linhas, a luta de várias pessoas que acreditavam naquelas bandeiras, é a um só tempo, gratificante e de muita responsabilidade, por estamos tratando com a memória dessas lutas.

Partindo de uma bibliografia especializada e da análise do corpo documental da pesquisa, que no nosso caso é o jornal *Liga*, buscamos analisar o sentido discursivo da Reforma Agrária Radical nesse jornal. Para tanto, fizemos um percurso temporal e analítico que vai desde a origem da SAPPP até as práticas de lutas noticiadas no periódico.

No que diz respeito, à origem da Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco, fizemos aquela já clássica distinção, porém não menos importante, das Ligas Camponesas que eram organizadas pelo PCB nas décadas de 1950 e da SAPPP, que foi chamada de Ligas Camponesas pela imprensa local, o nome acabou pegando. A experiência da SAPPP é que marca a configuração das chamadas "novas Ligas", A outra Liga verificada em nossa pesquisa foi a de Sapé (PB). A escolha dessas duas ligas para iniciar a nossa análise se justifica por se tratar da primeira Liga camponesa (SAPPP) e a Liga com a maior quantidade de afiliados que é o caso da Liga de Sapé. Porém tratamos rapidamente desse histórico, pois o mesmo ia mais ao sentido de identificar qual o movimento social em que o jornal *Liga* falava em seu nome. E por outro lado já tem inúmeros trabalhos que tratam do tema

Ainda no primeiro capítulo tratamos da questão das múltiplas formas de luta. das Ligas Camponesas, identificando a luta jurídica, o nascimento e edificação da bandeira da reforma agrária radical, bem como uma rápida passagem pelo dispositivo militar. Aqui o termo "múltiplas formas de luta" assume uma relevância, pois buscamos fazer uma análise que não fosse linear em relação as essas formas, ou seja, nasceu legalista e morreu radical. Tentamos mostrar que as formas de luta conviveram entre si e não se excluíram. Chamamos a atenção que determinadas lutas por direito, como o fim do cambão, o castigos corporais (acreditem isso existia) eram lutas que mostravam o quanto frágil era a relação dos camponeses e trabalhadores rurais com os latifundiários. Portanto essas lutaram não foram abandonadas, e nem podiam ser, conforme as outras formas de luta iam surgindo, como o caso da bandeira da Reforma Agrária Radical e o dispositivo militar, ou seja, a luta por direitos continuou convivendo com todas as outras formas de luta, mesmo quando a reforma agrária radical já era a principal insígnia do movimento.

Em relação a edificação da reforma agrária radical enquanto bandeira, constatamos que vai ser no Congresso Nacional Camponês, após disputa por espaços políticos e hegemonia na condução do movimento camponês entre Ligas e o Partido Comunista, que ela assumirá forma e conteúdo e que a partir de novembro de 1961 vai ser o principal elemento identitário das Ligas Camponesas, conforme consideramos.

O termo "imprensa militante" que também trabalhamos em nossa pesquisa, vai assumir aqui um certo relevo em nossas considerações, tratado como uma imprensa que tem em seu temário a luta dos trabalhadores, bem como, um sentido doutrinário, ideológico e pedagógico. Essa noção de imprensa militante é importante, pois algumas

falas no jornal *Liga*, que só podem ser entendidos dentro dessa caracterização, enquanto um jornal militante, isto é, alguns temas recebem uma certa coloração ou tonalidade mais forte que o usual, justamente pelo seu conteúdo ideológico. Quando o jornal trata da reação dos camponeses e trabalhadores do campo à violência dos latifundiários, quando enfatiza alguns ganhos após uma luta (greve, por exemplo), quando escolhe determinada linha política, etc. Esse temas são melhor entendidos dentro de uma caracterização de jornal militante.

Em se tratando do jornal *Liga* em si, buscamos analisar vários aspectos: como o sua estrutura, sua linha editorial, público alvo, a descrição de suas colunas e seções, que consideramos ser importante para traçarmos uma caracterização, um rosto ideológico do jornal. Tratamos também, da identificação do periódico com o seu período histórico, sendo também o jornal *Liga* um cronista do seu tempo, a memória iconográfica de uma época, ainda (ou principalmente) que com uma leitura ideológica.

Um fato narrado na nossa pesquisa nos revelou alguma dificuldade, que foi o caso da mudança da direção do jornal a partir da quarta edição. Essa mudança está relacionada à tomada ou não a mão armada da direção do jornal. É uma questão delicada que envolve "disputas de memórias". Cabe uma investigação mais apurada e um trato melhor nessa questão específica. Todavia, ao que concerne a nossa linha pesquisa, esse fato não trouxe nenhum prejuízo na análise.

O que chamamos de a natureza da Reforma Agrária Radical identificada no jornal estávamos nos referindo à forma e o conteúdo dessa reforma. O que tratamos por conteúdo eram as características dessa reforma (modo de produção, tipo de desapropriação, ajuda técnica, fiscal e creditícia, etc), já ao que refere a forma, era como essa reforma deveria ser empregada, se por medidas parciais (aumento de impostos ou taxações sobre terras improdutivas, redução dos direitos das taxas de arrendamento, legislação trabalhista para o campo, etc) e a longo prazo ou imediatamente mudando a estrutura fundiária radicalmente. Ainda no que se refere à forma, o fator político também é considerado, como as alianças de classes contraditórias (burguesia x operários; camponeses x latifundiários) ou a união de frações de classes, por exemplo, trabalhadores do campo e trabalhadores da cidade. Sobre a forma a questão da revolução também está em pauta que tipo de revolução e em que moldes e referências: cubana, chinesa, soviética, etc

O sentido discursivo da Reforma Agrária Radical no jornal *Liga*, foi sendo moldado no decorrer de cada edição. É possível perceber através dos títulos das matérias e seu conteúdo a estruturação do discurso ideológico do movimento das Ligas Camponesas, que desde o Congresso Nacional Camponês de 1961, em Belo Horizonte (MG), defende e divulga a bandeira da Reforma Agrária Radical. A composição do discurso para defender a reforma agrária imediata e sem indenização em dinheiro para o latifundiário era constituída no discurso da radicalidade, não significando, necessariamente, um apelo à violência. A radicalidade podia ser entendida tanto em relação ao imediatismo das soluções das demandas das pautas de luta dos camponeses e trabalhadores de uma forma geral, tanto a não aceitação as imposições de classe. Muita das vezes o discurso da radicalidade no jornal era comparada as revoluções socialistas. Outro elemento do sentido discursivo era o incentivo, divulgação e balanço de todas as

formas de luta possíveis dos campões, trabalhadores do campo e da cidade. Desde greves, ocupações, passeatas, congressos, paralisações, entre outras. No entanto, as constantes matérias sobre todos os tipos de revoluções de cunho socialista noticiadas no jornal, bem como, a notícias de Cuba constituíam também como um dos elementos da composição do discurso. As revoluções eram vistas como um incentivo e afirmação de que a Reforma Agrária Radical era o caminho a ser seguido. Portanto, o sentido discursivo da Reforma Agrária, se apresentava como um elemento ideológico baseado em elementos discursivos para a sustentação desse conteúdo.

O cenário político, econômico e social no pré-64, em que estavam inseridos as Ligas Camponesas e seu jornal *Liga*: polarização política, conspirações golpistas, inflação alta, desabastecimento, latifúndio armado, violência policial e de capangas do latifúndio, expropriação e espoliação. Sim, é nesse cenário que foi escolhida a Reforma Agrária Radical como uma alternativa de mudança, de rompimento, de superação. Todavia, devido a densidade e complexidade do tema, para uma perspectiva de estudos futuros, faz-se necessário um maior aprofundamento nas causas da escolha da Reforma Agrária Radical como uma possível alternativa de mudança.

Corpo documental

- Coletânea de artigos do jornal *A Liga* selecionados por Francisco Julião e lançados no México. JULIÃO, Francisco (editor). Ligas Camponesas outubro 1962 – abril de 1964. México: CIDOC, 1969. (Cuadernos, nº 27).
- Jornais *A Liga* digitalizados pelo site Armazém da Memória. Disponível em: <http://www.armazemmemoria.com.br/>

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AARÃO REIS, Daniel. **Ditadura e democracia no Brasil**. RJ: Zahar, 2014
- AGUIAR, Cláudio. **Francisco Julião**: Uma Biografia. RJ: Ed. Civilização Brasileira, 2014
- ALENTEJANO, Paulo Roberto. O sentido da Reforma Agrária no Brasil dos Anos 90 In:**Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente/ SP, AGB, julho de 1996
- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. **Tomando Partido, Formando Opinião**: cientistas sociais, imprensa e política. SP: Editora Sumaré/IDES, 1992
- ALVES, Bernard José Pereira. **Na Lei e na Marra**: Sociogênese das formas de luta pela terra, 1950-1964. (Tese de Doutorado em Ciências Sociais) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2015
- ANDRADE, Manuel Correa de. As tentativas de organização das massas rurais- As Ligas Camponesas e a sindicalização dos trabalhadores do campo. In: WELCH, Clifford Andrew; MALAGOD, Edgar; CAVACANTI, Josefa S. B. WANDERLEY, Maria de Nazareth B. (Orgs). **Camponeses Brasileiros**: Leituras e Interpretações Clássicas. vol. I. SP: Ed. Unesp, 2009
- AUED, Bernadete Wrublevski. **A Vitoria dos Vencidos**: (Partido Comunista Brasileiro - PCB - e Ligas Camponesas, 1955-64). Dissertação de Mestrado em Sociologia do Centro de Humanidades da Universidade Federal da Paraíba/Campus de Campina Grande, dezembro de 1981
- AZÉVEDO, Fernando Antônio. **As Ligas Camponesas**. RJ: Editora Paz e Terra, 1982
- BANDEIRA, Moniz. **O Governo João Goulart**: As lutas sociais no Brasil (1961-1964). 6. ed. RJ: Civilização Brasileira, 1983
- BARRETO, Lêda. **Julião, Nordeste, Revolução**. RJ: Ed. Civilização Brasileira, 1963
- BASTOS, Elide Rugai. **As Ligas Camponesas**. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 1984
- BENEVIDES, Cezar. **Camponeses em Marcha**. RJ: Editora Paz e Terra, 1985
- BRAGA, Francisco Victor Pereira. **Pedro Augusto Mota**: Militância Libertaria e Verbo de Fogo. Dissertação em História Social pela Universidade Federal do Ceará, 2013
- CASSOL, Daniel Barbosa. **Brasil de Fato**: A imprensa popular alternativa em tempos de crise. Dissertação de Mestrado em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo (RS), dezembro de 2010
- COSTA, Luiz Flávio de Carvalho. **O Congresso Nacional Camponês**: Trabalhadores rurais no processo político brasileiro. Seropédica (RJ): Edur/Mauad X, 2010
- _____. **Sindicalismo Rural Brasileiro Em Construção**. RJ: Editora Forense Universitária, 1996
- CUNHA, Antonielle Pinheiro da. **Território Camponês na Transição Agroecológica em Vitória de Santo Antão** (Dissertação de Mestrado) Departamento de Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, 2012
- FERREIRA, André Lopes. **Reforma Agrária e Revolução**: Cuba e as Ligas Camponesas do Brasil nos anos 60 In: Revista Brasileira do Caribe, vol. X, núm. 19, Revista Brasileira do Caribe, vol. X, núm. 19. julho- dezembro- 2009, pp.163-

- 189 Universidade Federal de Goiânia. Disponível em:
<http://www.reladyc.org/articulado>. Acessado em 30.10.2016
- FRAGA, Paulo Denisar. **Revistas Marxistas e de Esquerda no Brasil**. 2012. Disponível em: <https://pt.scrib.com//FRAGA-Paulo-Revistas-Marxistas-e-de-esquerda-no-Brasil>. Acessado em 21.03.2017
- GALEANO, Eduardo. **As Veias Abertas da América Latina**. RS: L& PM Pocket, 2010
- GARCIA, Maria Cristina. **A Paz**: As contribuições de Gandhi para a crise do mundo atual. SP: Navegar Editora, 1995
- GARCIA, Tomás Coelho. **"A luta contra a "carestia da vida" dos anos 1950-1960 como uma luta sindical desenvolvimentista"** In: XXIX Congresso ALAS Crise e Emergências Sociais Na América Latina, Santiago do Chile, 29 de Setembro a 4 de Outubro de 2013 Disponível em <http://actacientfica.servicioit.cl/>. Acessado em 19/05/2017
- GONH, Maria da Glória. **Teorias de Movimentos Sociais**: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos. SP: Edições Loyola, 1997
- GORENDER, Jacob. **O Manifesto do Partido Comunista**: Um documento datado e não datado. In: Dossiê 150 anos do Manifesto Comunista. 2008. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/> Acessado em 11.03.2017
- GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 4.ed. RJ: Ed. Civilização Brasileira, 1982
- GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais do Campo**. RJ: Fases/Vozes, 1987
- JULIÃO, Francisco. **Cambão**: A face oculta do Brasil. Recife: Editora Bagaço, 2009
- _____. **Carta de Emancipação**. In: COSTA, Luiz Flávio de Carvalho. **O Congresso Nacional Camponês**: Trabalhadores rurais no processo político brasileiro. Seropédica (RJ): Edur/Mauad X, 2010
- _____. "Carta de Alforria do Camponês" In Jornal **A Liga**: 16/11/1962, nº 06, p.04
- _____. **Que São as Ligas Camponenses**? RJ: Ed. Civilização Brasileira, 1962
- LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto**: O município e o regime representativo no Brasil. 4. Ed. RJ: Ed. Nova Fronteira, 1997
- LENIN, Vladimir. **Por Onde Começar?** Disponível em: <http://www.ceppe.org/biblioteca-marxista/lenin/por onde começar-1901>. Acessado em 05.03.2017
- LEPRE, Aurelio. **O Prisioneiro**: A Vida de Antonio Gramsci. RJ: Ed. Record, 2001
- MARTINS, José de Souza. **Caminhada no Chão da Noite**: Emancipação política e libertação dos movimentos sociais do campo. SP: Hucitec, 1989
- _____. **Os Camponeses e a Política no Brasil**: As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis (RJ) Editora Vozes, 1981
- MARX, Karl. **Liberdade de Imprensa**. RS: L& PM Pocket, 1999
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **Movimentos Sociais, Disputas Políticas e Reforma Agrária de Mercado no Brasil**. Seropédica (RJ): UNRISD/EDUR, 2002
- _____. Os trabalhadores rurais na política: o papel da imprensa partidária na constituição de uma linguagem de classe. in: **Estudos Sociedade e Agricultura**. N° 04, pp.50-65, junho a outubro de 1995

- _____. **História dos Movimentos Sociais no Campo.** RJ: Fase, 1989
- MELO E SILVA Thiago Moreira : **A Presença das Ligas Camponesas na Região do Nordeste** in XIX Encontro Nacional De Geografia Agrária, SP, 2009, pp. 1-29. Disponível:<http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XI%20XENGA/> Acessado em 01.10.2016
- MORAIS, Clodomir. História das Ligas Camponesas no Brasil. In STEDLE, João Pedro (org). **A questão agrária no Brasil. História e natureza das Ligas Camponesas (1954-1964).** 2.ed. SP: Expressão Popular, 2012
- MOURA, Margarida Maria. **Camponeses.** 2.ed. SP: Editora Ática, 1988
- NASCIMENTO, Antonio Dias. Movimentos Sociais Rurais, Quarenta Anos Depois. In: NASCIMENTO, Antonio Dias & HETKOWSKI, Tânia Maria (organizadores). **Memória e Formação de Professores.** Salvador: Edufba, 2007
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A Geografia das Lutas no Campo.** SP: Editora Contexto, 1999
- _____. **A agricultura camponesa no Brasil.** SP: Editora Contexto, 1991
- PAGE, Joseph A. **A Revolução que Nunca Houve: O Nordeste do Brasil (1955-1964).** Tradução de Ariano Suassuna. RJ: Editora Record, 1972
- PANINI, Carmela. **Reforma Agrária Dentro e Fora da Lei:** 500 anos de história inacabada. SP: Paulinas, 1990
- PORFÍRIO, Pablo Francisco de Andrade. **De Pétalas e Pedras:** A Trajetória de Francisco Julião. (Tese de Doutorado) Programa de Pós-graduação em História Social do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, abril de 2013
- PORFÍRIO, Pedro. **Confissões de um Inconformista.** (Memórias).Vol I. RJ: Editora Fábrica do Conhecimento, 2004
- PORPHIRIO, Max Fellipe Cezário. **Terra Livre, Liga e O Nordeste:** o papel dos periódicos na organização política dos trabalhadores rurais, 1961-64 (Dissertação de Mestrado) Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2016
- RANGEL, Maria do Socorro. **Medo da Morte; Esperança de Vida. A história das Ligas Camponesas da Paraíba.** (Dissertação de Mestrado) Departamento de História da Universidade Estadual de Campinas, agosto de 2000
- ROCHA, Ayala A. **Elizabeth Teixeira:** Mulher da Terra. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009
- SALES, Jean Rodrigues. **O impacto da revolução cubana sobre as organizações comunistas brasileiras (1959-1974).** (Tese de Doutorado). Departamento de História da Universidade Estadual de Campinas, dezembro de 2005
- SANTOS, Raimundo. **Agraristas Políticos Brasileiros.** Brasília: Fundação Astrojildo Pereira/IICA/NEAD, 2007
- _____. O agrarismo de José de Souza Martins. In: **Estudos Sociedade e Agricultura.** vol.23, nº01, abril de 2015, pp.214-231
- _____; COSTA, Luiz Flávio de Carvalho. Camponeses e Política no Pré-64. **Estudos Sociedade e Agricultura,** 8, abril 1997: 83-117.
- SCHUWARCZ, Lilia M. & STARLING, Heloisa M. **Brasil: Uma Biografia.** SP: Companhia das Letras, 2015

SERRA, Sônia. **Jornalismo Político dos Comunistas no Brasil:** Diretrizes e Experiências da "Imprensa Popular" (2007) in Anais do II Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política. Disponível em http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2011/01/gt_jmp-sonia.pdf.

Acessado em 20.03.2017

SEGATTO, José Antônio. **Reforma e Revolução:** As vicissitudes políticas do PCB (1954-1964) RJ: Civilização Brasileira, 1999

SHERER-WARREN, Ilse. **Redes de Movimentos Sociais.** 2. ed. SP: Edições Loiola, 1993

SIGAUD, Ligia. Congressos Camponeses, In: **Revista da ABRA**\ano 11 n° 06 novembro. dezembro, 1981, p.03-08

SOUZA, Enilce Lima Cavalcante de. **Campo e Palavras:** Dimensões da questão agrária no Ceará, 1954-1964. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2005

_____. **A Liga e as Lutas Sociais no Brasil.** 2011. Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br>. Acessado em: 05.10.2016

STEDLE, João Pedro (org). **A questão agrária no Brasil. História e natureza das Ligas Camponesas (1954-1964).** 2.ed. SP: Expressão Popular, 2012

WELCH, Clifford Andrew. **A Semente Foi Plantada:** as raízes paulistas do movimento sindical camponês, 1924-1964. SP: Editora Expressão Popular, 2010

ANEXOS

ANEXO A: A LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA DEFENDIDA PELAS LIGAS CAMPONESAS



ANEXO B: DEBATE NA TV TUPI COM FRANCISCO JULIÃO E AMARAL NETTO SOBRE O TEMA DA REFORMA AGRÁRIA RADICAL



ANEXO C: MATÉRIA DO JORNAL FAZENDO UM BALANÇO SOBRE AS FORÇAS POLÍTICAS DE DEVERIAM COMPOR A UNIÃO EM FAVOR DA REFORMA AGRÁRA RADICAL



ANEXO D: LUTA NO CONGRESSO PELA REFORMA AGRÁRIA RADICAL E EXPLICAÇÕES DA LIDER ELIZABETH TEIXEIRA SOBRE A REFORMA



ANEXO E: A REFORMA AGRÁRIA RADICAL DEFENDIDA POR DIFERENTES SETORES DOS TRABALHADORES



ANEXO G: MATÉRIA NOTICIANDO FORMAS DE LUTA RADICALIZADAS FORTALECENDO O SENTIDO DISCURSIVO DA REFORMA AGRÁRIA RADICAL



ANEXO H: A LUTA NOS ESTADOS PELAS REFORMAS RADICais



ANEXO I: NOTÍCIAS SOBRE O PROGRAMA DAS LIGAS CAMPONESAS SOBRE VÁRIAS REFORMAS RADICAIS: AGRÁRIA, URBANA, BANCÁRIA, ENTRE OUTRAS



ANEXO J: MATÉRIA DESTACANDO A PALAVRA DE ORDEM DAS LIGAS CAMPONESAS: REFORMA AGRÁRIA NA LEI OU NA MARRA



